

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: FAMÍLIA, INTERAÇÃO SOCIAL E SAÚDE

JANAINA ANDRADE TENÓRIO ARAÚJO

**CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO SOBRE AS
PRÁTICAS DE CUIDADO À LUZ DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Recife
2019

JANAINA ANDRADE TENÓRIO ARAÚJO

**CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO SOBRE AS
PRÁTICAS DE CUIDADO À LUZ DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Universidade Católica de Pernambuco
como parte dos requisitos para obtenção
do grau de Doutor em Psicologia Clínica.

Linha de Pesquisa: Família, Interação
Social e Saúde

Orientadora: Prof^a Dr^a Albenise de
Oliveira Lima.

Recife
2019

JANAINA ANDRADE TENÓRIO ARAÚJO

**CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO SOBRE AS
PRÁTICAS DE CUIDADO À LUZ DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Banca Examinadora:

Profª Drª Lília Iêda Chaves Cavalcante
Universidade Federal do Pará
Examinadora externa

Profª Drª Lucinda Maria da Rocha Macedo
Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora externa

Profª Drª Célia Maria Souto Maior de Souza Fonseca
Universidade Católica de Pernambuco
Examinadora interna

Profª Drº Marcus Túlio Caldas
Universidade Católica de Pernambuco
Examinador interno

Profª Drª Albenise de Oliveira Lima
Universidade Católica de Pernambuco
Orientadora

Dedico aos meus pais, filhos e marido,
sinônimos de amor e dádiva divina.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido esse caminho tão sonhado, intenso e prazeroso.

A Nossa Senhora da Penha, minha mãezinha santíssima, por sua intercessão nos momentos difíceis.

Aos meus pais, com o olhar delicado, comprometido e carinhoso no meu caminhar, acreditando e valorizando minhas potencialidades.

Aos meus filhos, anjos preciosos de luz, que com olhares acolhedores me preencheram de amor a cada passo dessa trajetória.

A Filipe Franca, meu marido, a quem confio minhas alegrias e dores, com quem divido minha vida.

A Albenise, pela sua luz, generosidade, respeito e maestria como pessoa e docente. Que diante das adversidades soube cumprir, com excelência, seu papel de orientadora.

A minha grande amiga Cirlene, que me presenteou com sua amizade verdadeira.

A Amanda Duque, sinônimo de solidariedade.

A Juliana Tavares, pelas lindas trocas nessa vida.

Aos participantes da pesquisa, pela aprendizagem e crescimento, enquanto compartilhavam suas histórias de vida.

A Dona Cleonice, que com suas orações emanou muitas graças e bênçãos em minha vida.

Aos colegas do doutorado, pela oportunidade de poder discutir, refletir e partilhar teorias e emoções.

Aos professores da minha banca: Lília Cavalcante, Lucinda Macedo, Célia Souto, Marcus Túlio Caldas que com compromisso e competência, ternura e assertiva, me apontaram os equívocos desta pesquisa.

Aos meus alunos, que contribuíram e me motivaram na minha caminhada profissional.

A Capes, órgão financiador da pesquisa, que possibilitou a realização desse sonho.

RESUMO

Ao longo do seu desenvolvimento, crianças são afetadas por situações adversas como: violência familiar, pobreza extrema, maus-tratos, orfandade, abandono, negligência, entre outras. Nesses casos, deparam-se com a necessidade de acolhimento institucional, onde as práticas de cuidado e a proteção infantil, antes destinada à família, são conduzidas por técnicos/cuidadores que têm por função construir um cenário que permita o desenvolvimento salutar dos seus acolhidos. Partindo desse princípio, esta tese analisou as práticas de cuidado nos distintos contextos do ambiente de acolhimento, buscando sua contribuição para o desenvolvimento bioecológico da criança. A pesquisa foi de natureza qualitativa, realizada em oito instituições de acolhimento infantil, em Recife e região metropolitana. Participaram do estudo 14 pessoas entre gestores, cuidadores e técnicos. Todos do sexo feminino, com no mínimo dois anos de experiência. Esses educadores, oferecem suporte a crianças de 3 a 6 anos, em situação de acolhimento institucional. Os instrumentos utilizados foram: a entrevista semiestruturada e o questionário de caracterização da instituição. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo temática e estatística descritiva, respectivamente. Os resultados permitiram a identificação de um bom relacionamento dos técnicos/cuidadores com as crianças, facilitando o processo de vinculação afetiva; as ferramentas utilizadas por estes foram consideradas educativas, beneficiando as crianças acolhidas por meio de um fortalecimento das relações proximais, gerando confiança mútua e coesão entre os objetivos dos diferentes contextos, por exemplo: escola – instituição; serviços de saúde da comunidade – instituição. Esse resultado em particular, representa uma edificação consistente e de qualidade do mesossistema. Todas as instituições - ofereciam como rotina - acompanhamento escolar, e era constante a utilização dos serviços ou equipamentos presentes na comunidade ao redor das instituições (serviços de saúde, espaços recreativos como: praças, quadras e piscinas), e também de assistência psicológica e social. O processo de capacitação dos educadores acontecia constantemente e o regulamento interno era posto como passível de modificações frente às demandas verificadas, através das trocas promovidas por vivências grupais, que ambicionavam a escuta e a captura de sugestões e opiniões críticas construtivas.. Foi identificado que a rotina das instituições é guiada pelos documentos e órgãos reguladores, contudo, os serviços são adequados de acordo com cada instituição. Isso se deve ao fato de que não há fiscalizações constantes para averiguação dos procedimentos internos das instituições de acolhimento investigadas. Algumas limitações e dificuldades foram apontadas como empecilhos para o favorecimento do desenvolvimento infantil, seriam elas: dificuldades financeiras, estrutura física precária, ausência de um número significativo de apadrinhamentos e voluntariado, falta de uma maior participação do Estado com um suporte quantitativo e qualitativo na rede assistencial, assim como nas capacitações e remunerações dos funcionários. Outro ponto a ser destacado diz respeito ao processo de reintegração familiar, prejudicado por haver bloqueios nas visitas dos familiares às crianças, como por exemplo: dias pré-estabelecidos; visita semestral da instituição à família de origem; consentimento para passar final de semana/feriado/férias com familiares e/ou responsáveis. Isso poderá resultar em uma interferência direta nos processos proximais, que são sustentados pelos princípios da reciprocidade, do equilíbrio de poder e das relações de afeto. Frente a esses resultados, sugerem-se novos estudos, objetivando a ampliação da temática, devido à complexidade das relações que envolvem a instituição, criança acolhida e os técnicos/cuidadores.

Palavras-chave: Criança em acolhimento institucional; Práticas de cuidado; Bioecológica.

ABSTRACT

Throughout their development, children are affected by adverse situations such as: family violence, extreme poverty, ill-treatment, orphanhood, abandonment, neglect, among others. In these cases, they are faced with the need of institutional refuge, where care practices and child protection, previously intended for family, are conducted by technician/caregivers, whose function is to build a scenario which allows healthy development of their welcomed. Based on this principle, this thesis analyzed care practices in different contexts of host environments, seeking their contribution to child bioecological development. The research was qualitative, carried out in eight child care institutions, in Recife and metropolitan region. Fourteen people participated in this study, among managers, caregivers and technicians. All of them were female, with at least two years of experience. All educators offered support to children from 3 to 6 years old, in institutional reception situation. The instruments used were: semi-structured interview and characterization questionnaire of the institution. Collected data were submitted to analysis of thematic content and descriptive statistics, respectively. Results allowed identification of a good technician/caregiver relationship with the children, facilitating affective attachment process; the tools used by them were considered educational, benefiting the children they received, through a strengthening of proximal relations, generating mutual trust and cohesion among the objectives of different contexts, for example: school - institution; community health services - institution. This result represents a mesosystem consistent building and quality. All institutions offered as routine: school attendance; and it was constant the use of services and equipment present in community around the institutions (health services, recreational spaces - like squares, courts and swimming pools), as well as psychological and social assistance. Educator training process periodically took place, and internal regulations were put in a position to be modified according to verified demands, through exchanges promoted by group experiences, which sought to listen and capture suggestions and constructive critical opinions. It was identified that institution routine is guided by documents and regulatory bodies; however, services are adequate according to each institution. This is due to the fact that there are no constant inspections to investigate internal procedures of the investigated host institutions. Some limitations and difficulties were identified as impediments to child development, such as: financial difficulties, precarious physical structure, lack of significant sponsorship and voluntary participation, lack of greater State participation, with quantitative and qualitative support in network assistance, as well as in employee training and remuneration. Another point to highlight is family reintegration process, hampered by blocks in family visits to children, such as: pre-established days; biannual visit by institution to original family; consent to spend weekend/holiday/vacation with relatives and/or guardians. This may result in direct interference in proximal processes, which are sustained by the reciprocity principles, balance of power, and affective relationships. In view of these results, new studies are suggested, aiming to broaden the theme due to relationship complexity that involves institution, welcomed child and technicians/caregivers.

Keywords: Child in institutional care; Care practices; Bioecological theory.

RESUMEN

A lo largo de su desarrollo, los niños son afectados por situaciones adversas como: violencia familiar, pobreza extrema, maltrato, orfandad, abandono, negligencia, entre otras. En estos casos, se enfrentan a la necesidad de acogida institucional, donde las prácticas de cuidado y la protección infantil, antes destinada a la familia, son conducidas por técnicos/cuidadores que tienen por función construir un escenario que permita el desarrollo saludable de sus acogidos. A partir de ese principio, esta tesis analizó las prácticas de cuidado en los distintos contextos del ambiente de acogida, buscando su contribución al desarrollo bioecológico del niño. La investigación fue de naturaleza cualitativa, realizada en ocho instituciones de acogida infantil en Recife y región metropolitana. Participaron del estudio 14 personas entre gestores, cuidadores y técnicos. Todos fueron mujeres, con al menos dos años de experiencia. Todos los educadores asisten a niños de 3 a 6 años en situación de acogida institucional. Los instrumentos utilizados fueron: la entrevista semiestructurada y el cuestionario de caracterización de la institución. Los datos tomados fueron sometidos al análisis de contenido temático y estadística descriptiva, respectivamente. Los resultados permitieron la identificación de una buena relación de los técnicos/cuidadores con los niños, facilitando el proceso de vinculación afectiva; las herramientas utilizadas por estos se consideraron educativas, beneficiando a los niños acogidos, por medio de un fortalecimiento de las relaciones proximales, generando confianza mutua y cohesión entre los objetivos de los diferentes contextos, por ejemplo: escuela - institución; servicios de salud de la comunidad - institución. Este resultado, en particular, representa una edificación consistente y de calidad del mesosistema. Todas las instituciones ofrecían como rutina acompañamiento escolar y era constante la utilización de los servicios o equipamientos presentes en la comunidad alrededor de las instituciones (servicios de salud, espacios recreativos como plazas, cuadras y piscinas), así como de asistencia psicológica y social. El proceso de capacitación de los educadores ocurría constantemente y el reglamento interno era puesto como pasible de modificaciones frente a las demandas verificadas, a través de los intercambios promovidos por vivencias grupales que ambicionaban la escucha y la captura de sugerencias y opiniones críticas constructivas. Fue observado que la rutina de las instituciones es guiada por los documentos y órganos reguladores, sin embargo, los servicios son propios de cada institución. Esto se debe al hecho de que no hay fiscalizaciones constantes para averiguar los procedimientos internos de las instituciones de acogida investigadas. Algunas limitaciones y dificultades fueron señaladas como impedimentos para el fomento del desarrollo infantil, serían ellas: dificultades financieras, estructura física precaria, ausencia de un número significativo de apadrinamientos y voluntariado, falta de una mayor participación del Estado con un soporte cuantitativo y cualitativo en la red asistencial, como también en las capacitaciones y remuneraciones de los funcionarios. Otro punto a destacar se refiere al proceso de reintegración familiar, perjudicado por haber bloqueos en las visitas de los familiares a los niños, como por ejemplo: días preestablecidos; visita semestral de la institución a la familia de origen; consentimiento para pasar fin de semana/día festivo/vacaciones con familiares y/o responsables. Esto puede resultar en una interferencia directa en los procesos proximales, que son sostenidos por los principios de la reciprocidad, del equilibrio de poder y de las relaciones de afecto. Frente a esos resultados, se sugieren nuevos estudios objetivando la ampliación de la temática debido a la complejidad de las relaciones que involucran la institución, los niños acogidos y los técnicos/cuidadores.

Palabras clave: niño en acogida institucional; prácticas de cuidado; teoría bioecológica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA GERAL	21
2.1 O <i>locus</i> da pesquisa	23
2.2 Procedimento ético para a coleta dos dados	24
3 ESTUDO I - REVISÃO SISTEMÁTICA DE ARTIGOS SOBRE PRÁTICAS DE CUIDADO NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO NO BRASIL	25
Metodologia.....	31
Resultados e discussão	37
Análise dos serviços/estrutura da instituição de acolhimento infantil	38
Vínculos e interações.....	41
Subjetividade das crianças acolhidas	42
Família e instituição	43
Considerações finais.....	45
Referências.....	48
4 ESTUDO II – AS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE ACOLHIMENTO INFANTIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA...	52
Construção de Modelos de Assistência à Infância no Brasil	53
A construção de modelos de assistência, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e as Instituições de Acolhimento	60
O perfil da criança e do adolescente em situação de abrigo hoje	65
Considerações finais.....	71
Referências.....	73

5 ESTUDO III. INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO INFANTIL SOB A ÓTICA DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	77
Desenvolvimento Humano.....	78
Ambiente Ecológico.....	80
Instituição de acolhimento e os fatores de proteção e riscos no cuidado infantil.....	86
Considerações finais.....	93
Referências.....	94
6 ESTUDO IV - AS PRÁTICAS DE CUIDADO NOS CONTEXTOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL INFANTIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO BIOECOLÓGICO DA CRIANÇA	97
Método.....	101
O locus da pesquisa	102
Participantes	102
Instrumentos	103
Procedimento para a coleta de dados	104
Procedimento de análise	105
Resultados e discussão	106
Considerações finais.....	154
Referências.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICES.....	182
Apêndice A– Entrevista Semiestruturada.....	183
Apêndice B – Questionário de Caracterização da Instituição.....	185
ANEXO A (Parecer consubstanciado do CEP)	189

1 INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional é um fenômeno antigo, que acontece em todo o mundo. No Brasil, o processo de institucionalização de crianças tem avançado na sua legislação, assegurando o direito da criança e orientando as instituições nas suas práticas de cuidado, o que se constata pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), e pelas Orientações técnicas e tipificações nacional de serviços socioassistenciais (Brasil, 2014).

Ao longo das últimas décadas, vimos a formulação de diversas formas de atuação para proteção das crianças acolhidas, como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar Comunitária – PNCFC, que foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no final de 2006.

No estado de Pernambuco, o percentual de surgimento e criação das instituições de acolhimento foi de: 17,3% entre 1950 e 1990; 46,4% se concentraram entre 1991 e 2005, e 31,8% teriam sido fundadas entre os anos de 2006 e 2009 (Instituto Brasileiro Pró-Cidadania, 2010). Estima-se que, atualmente, existam 1.245 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Uma grande parcela destas, 728 crianças, estão acolhidas no Recife e região metropolitana, como mostra o estudo de Guimarães (2011).

Diante desse cenário de mudanças, tem-se observado o empenho de pesquisadores de diferentes campos de conhecimento, ao estudarem as interações que ocorrem no processo de acolhimento institucional, seu impacto na vida e no desenvolvimento dos acolhidos (Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014; Vectore & Carvalho, 2008; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2009). Deve-se ressaltar que o interesse nessa temática abrange também os profissionais que vivenciam o abrigamento dia a dia, com as crianças (Brandão & Williams, 2009; Magalhães, Costa & Cavalcante, 2011; Tomás & Vectore, 2012; Cruz, Dias & Pedroso,

2014). O desejo de investigar suas práticas, as necessidades que os afligem, as vinculações afetivas estabelecidas, e os referenciais que orientam as práticas cotidianas na instituição, também são alvos de investigação (Vasconcelos, Yunes & Garcia, 2009; Tomás & Vectore, 2012; Acioli, Barreira, Lima, Lima & Assis, 2018).

Vale destacar que, quando fazemos referência ao acolhimento institucional infantil, pretendemos associá-lo diretamente à qualidade da rotina e das práticas de cuidado, pois elas irão influenciar na reintegração familiar ou no processo de adoção. É importante considerar o manejo oferecido nas pequenas ações do dia a dia, desde a alimentação e a vestimenta individualizada, até o procedimento para executar a visita familiar no contexto institucional.

Quanto à concepção de desenvolvimento, comungamos com Bonfrenbenner (1996) quando este diz que, tanto a da exposição e interação do ser humano com o seu ambiente, juntamente com os processos psicológicos e sua forma de perceber e entender os conhecimentos que são adquiridos, podem promover ou alterar o desenvolvimento. Dessa forma, a criança ao se envolver ativamente com o meio ambiente em que está inserida, tanto no aspecto físico quanto no social, compreendendo e interpretando os eventos associados, estará passível de se desenvolver.

O reconhecimento da possibilidade de relações entre os ambientes associados à capacidade de compreender as linguagens falada e escrita, faz com que a criança seja capaz de compreender a ocorrência e natureza dos eventos em ambientes ainda desconhecidos, como escola, ou que jamais conheça, como o local de trabalho dos pais, um país estrangeiro, ou um mundo da fantasia de outra pessoa (Haddad, 1997, p. 38).

Haddad (1997) nos alerta para a importância da reciprocidade das relações. No nosso estudo, o foco será a equipe técnica e os cuidadores, haja vista que eles constroem diariamente a rotina e executam as práticas de cuidado. Diz o autor: “a reciprocidade proporciona uma

compreensão chave nas mudanças no desenvolvimento, não apenas nas crianças, mas dos agentes primários de socialização” (p. 40).

Atualmente, as produções nacionais que investigaram as crianças institucionalizadas, foram construídas, em sua maioria, na área de Ciências Humanas. A psicologia, nesse aspecto, torna-se referência, principalmente quando conectamos os descritores “crianças institucionalizadas” e “abrigo”. Surgem, nesse momento, diversos artigos que contemplam o desenvolvimento biossocial da criança. São estudos comparativos entre crianças acolhidas e crianças que estão com suas famílias de origem (Franco, Lopes & Lopes-Herrera, 2014; Misquiatti, Nakaguma, Brito & Olivati, 2015); pesquisas que voltaram seu olhar para o conhecimento do cuidador sobre o desenvolvimento biológico e cognitivo (Cruz et. al., 2014); ou, sobre vínculos afetivos, pois estes constataam que a experiência de acolhimento possibilita a construção de significações direcionadas ao ajustamento psíquico das crianças institucionalizadas (Carlos et. al., 2010; Coutinho & Sani, 2010).

Vários pesquisadores investigaram os motivos que levam ao acolhimento institucional (Giacomello & Melo, 2011; Gabatz, Padoin, Neves & Terra, 2010), e a violência intrafamiliar é retratada como promotora do abrigamento infantil. Dados estes, que podem ser reafirmados pelo Ministério Público (2013) quando aponta que os principais motivos do acolhimento de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento são a negligência dos pais e/ou responsáveis (81%), e a dependência química/alcoolismo dos pais e/ou responsáveis (81%). Em seguida, vemos que o abandono pelos pais ou responsáveis (57%), abuso sexual praticado pelos pais e/ou responsáveis (44%), a vivência de rua (35%) e a ausência dos pais ou responsáveis por motivo de prisão (30%), aparecem também como dados estatísticos significativos para o afastamento da criança de sua família. Variáveis, tais como, carência de recursos materiais da família/responsáveis (26%) e orfandade (25%), surgem como possibilidades que influenciam o encaminhamento dessas crianças a instituições de

acolhimento.

O Ministério Público (2013) ao entrevistar 21.041 crianças e adolescentes de 0 -19 anos, constatou que o maior índice de vítimas por incidência doméstica e sexual praticada pelos pais ou responsável, têm idades entre 1 e 4 anos (78,1%), sendo 67% menores de 1 ano. Quanto ao abandono, vimos que 49,9% das crianças têm 1 ano; e 39,9% possuem idades entre 1 e 4 anos.

Importante destacar que, no processo de acolhimento não se encerram os motivos para terminar os estudos. Sobre a questão, apontam para a necessidade de capacitação da equipe técnica que trabalha com essas crianças, haja vista o alto índice de desqualificação dos pais sociais. Tomas e Vectore (2012), assinalam a necessidade de programa contínuo na formação dessas mães sociais, no sentido de interação e mediações de comportamento em relação a essas crianças. Enquanto, Moré e Sperancetta (2010), ao analisarem a figura específica do pai, ressaltaram a ausência de estudos que focassem a presença paterna.

São poucas as produções - nos últimos dez anos - que utilizaram a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano no estudo da temática em questão. Uma é a de Diniz e Koller (2010); entretanto, ressaltamos a possibilidade de haver produções que utilizem essa teoria sem associá-la ao descritor citado anteriormente. Para essas autoras, o afeto é um dos elementos essenciais para o desenvolvimento humano e, portanto, intrínseco à abordagem supracitada, como também, é um componente relevante de superação da mudança ocorrida ao longo do ciclo da vida. Dessa forma, foi possível identificar o afeto e a capacidade do ser humano de estabelecer relações, como um item transversal nos sistemas bioecológicos. A partir desse foco, optamos por compreender os espaços de acolhimento infantil, e considerar os vários fatores envolvidos nesse processo, tomando por base estudos que tenham um olhar bioecológico.

No processo de revisão, ao buscarmos estudos que retratassem a realidade do nosso

locus de pesquisa, achamos dois estudos realizados na região nordeste, sendo um especificamente na cidade do Recife, ambos não sinalizaram uma teoria específica adotada para análise dos dados colhidos. Os estudos apontaram a necessidade de futuras pesquisas que investiguem as diversas variáveis relacionadas ao contexto de acolhimento, nos seus mais distintos formatos (abrigo, casa-lar, albergue, casa de passagem), para que se possa colaborar com uma política de acolhimento mais eficaz, capaz de atender com melhor qualidade as necessidades dessa população. Vejamos o que as autoras dizem: Souza e Brito (2015), ao analisarem a realidade da cidade de Aracaju, sugerem que há problemas de execução no acolhimento institucional. As pesquisadoras perceberam que há um desmembramento de grupos de irmãos; além disso, algumas instituições restringem o atendimento à criança em determinada faixa etária; existe uma desarticulação na própria rede de proteção à infância e adolescência. Há, também, o encaminhamento de crianças de origem interiorana para a capital, destacando a ausência de instituições de acolhimento no interior.

No segundo estudo, Acioli e colaboradores (2018) avaliaram a estrutura e o processo dos acolhimentos institucionais para a proteção das crianças e adolescentes vítimas de abandono e/ou violência no Recife. Foram realizadas entrevistas com gestores do Poder Judiciário e do Poder Executivo, onde constataram que os maiores entraves para a realização das medidas previstas pelo ECA derivam do uso de drogas, distanciamento geográfico da família, falta de integração com outras instituições e a rotatividade dos profissionais.

Ao término da revisão da literatura específica, sentimos a falta de um número substancial de pesquisas que abordem práticas de cuidado das instituições de acolhimento infantil, na cidade do Recife e Região metropolitana. Assim, acreditamos que se justifica o desenvolvimento e a relevância desta pesquisa.

Dessa forma, surge o problema a ser investigado: os cuidadores possibilitam, através de suas práticas de cuidado, um ambiente estimulador ao desenvolvimento bioecológico

saudável para essas crianças? De que maneira os serviços prestados impactam as crianças acolhidas? Quais são as práticas de cuidado adotadas nos diversos contextos do ambiente de acolhimento infantil, no Recife e/ou Região Metropolitana?

O presente estudo adotou como perspectiva teórica a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Urie Bronfenbrenner (1997/1996), pois nos permitiu analisar uma inter-relação da rotina e práticas de cuidado e o seu impacto no desenvolvimento infantil. Através da compreensão dos aspectos que interferem nos ambientes imediatos dos sujeitos em questão, nas atividades e nas vinculações a que são submetidos diariamente. Assim, buscamos problematizar as repercussões dessas interconexões para a criança e para a equipe técnica/cuidadores.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano observa a pessoa desenvolve quanto às influências de quatro fatores multidirecionais que são inter-relacionados, como dito acima, constituindo o modelo PPCT: pessoa, processo, contexto e tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Bronfenbrenner, 1979). No aspecto “*pessoa*”, são levados em consideração características do indivíduo, processos de mudança ou estabilidades, motivações, local de origem, religião. No fator “*processo*”, seria uma interação complexa entre objetos, símbolos e pessoas no ambiente imediato, como por exemplo, no caso do nosso estudo, criança e cuidadores. Por *contexto*, consideram-se os vários ambientes em que a criança está inserida; podemos citar a instituição, a escola, a comunidade. O *tempo* é visto como o curso da vida dos indivíduos, identificados pelos períodos cronológicos, curtos ou longos, por que passam todos os seres humanos.

Focando especificamente o *contexto*, precisamos deixar claro quais aspectos estão contidos nesse fator; seriam eles: os microssistemas, ambientes imediatos onde as interações ocorrem face a face; os mesossistemas, compostos pelas inter-relações entre dois ambientes imediatos onde se encontram as crianças e participam ativamente: vizinhança, escola, igreja,

redes de apoio; diferente do exossistema, que é composto por ambientes que não proporcionam a participação direta, mas exercem influência sobre a criança desenvolvente: famílias dos cuidadores, conselhos tutelares; e, por fim, o macrossistema, que representa ambientes mais remotos, como a cultura, etnia, classe econômica, tráfico de drogas, criminalidade.

Já os *processos proximais* ocorrem na interação entre os organismos e o ambiente. Esses mecanismos estão operando com o *tempo* e dessa forma, produzem desenvolvimento. Bronfenbrenner e Morris (1998), nos alertam que, para que o desenvolvimento se efetive, é necessário que a pessoa se engaje em uma atividade, por um longo período, de maneira eficaz, afim de que se tornem atividades mais complexas, sofrendo influências de várias direções, não se limitando a contato apenas com pessoas, mas sofrendo influências de objetos e do ambiente.

Os autores citados sinalizam que as crianças vão desenvolvendo suas capacidades, e os *processos proximais* precisam se tornar mais complexos para continuar sendo eficazes e assim realizar potenciais em evolução. Dessa forma, entendemos que os efeitos desenvolvimentais dos *processos proximais* trabalham em paralelo com funções da *pessoa* e do *contexto*.

Devemos ressaltar que as características da *pessoa* passam a ser produto direto e indireto do desenvolvimento. Estarão se relacionando simultaneamente: as disposições, os recursos biológicos de habilidade, conhecimento e experiência; e características da demanda, que convidam e desencorajam reações do ambiente social. Esses fatores resultarão no poder dos processos proximais e nos seus efeitos no desenvolvimento, sendo a competência humana e caráter moldado nos principais cenários em que participa: na família, nos arranjos de cuidado infantil, nas escolas, no bairro (Bronfenbrenner e Morris, 1998).

Outro fator que merece destaque para Bronfenbrenner e Morris (1998) é o fator tempo. Ele pode ser dividido em microtime, ao se refere à continuidade versus descontinuidade nos

episódios contínuos do processo proximal; mesotime, onde os intervalos de tempo são maiores, como dias e semanas; macrotime, eventos que podem durar uma geração, ao longo do ciclo da vida. Nessa perspectiva teórica, são importantes tanto as forças que produzem estabilidade e mudança nas características dos seres humanos, quanto à estabilidade e mudança ao longo da vida.

A partir de um olhar bioecológico, propusemos-nos analisar as interconexões entre as crianças acolhidas e seus cuidadores, vinculações estas construídas através do tempo de convivência, por meio dos processos inter-relacionais que envolvem todos os sujeitos que compõem esse cenário, cada um visto com suas características individuais, afetados pelas implicações contextuais e sociais mais amplas. Entende-se, tal como proposto pelo Modelo PPCT (Bronfenbrenner, 2011), que no processo de acolhimento institucional estão traçadas as dimensões proximais, da pessoa, do contexto e do tempo.

O modelo PPCT contribui para um entendimento de desenvolvimento humano integrado, antes visto como indivíduos descontextualizados, e agora, percebidos como pessoas em um processo de interação ativa e dinâmica – processos proximais - que a partir da inserção em diversos contextos são implicados e afetados no seu estado biopsicossocial; assim, torna-se produto e produtor do seu próprio desenvolvimento, com caráter ativo e protagonista, das suas capacidades cognitivas, sociais e emocionais.

Então, a teoria se configura como uma perspectiva multidimensional, que olha - através do diálogo – entre as pessoas, os objetos e os símbolos do ambiente (Tudge, 2008). Dessa maneira, traz à tona um legado importante para os indivíduos que, no nosso estudo, são as crianças acolhidas institucionalmente, buscando entender os contextos e os seres humanos envolvidos no processo – cuidadores, equipe técnica - apoiando-os de forma inclusiva, e, além disso, ampliando as possibilidades de melhorar a vida dessas pessoas. Por meio dessa visão integrada, políticas públicas podem ser ajustadas e melhoradas e o conhecimento adquirido,

torna-se promotor do desenvolvimento humano.

Frente às considerações elencadas, esta tese tem por objetivo geral analisar as práticas de cuidado dos distintos contextos de acolhimento, buscando sua contribuição para o desenvolvimento bioecológico da criança. E por objetivos específicos: 1) discutir os principais conceitos da teoria bioecológica do desenvolvimento humano; 2) caracterizar a rotina de atendimento em instituições de acolhimento voltadas para as crianças de 3 a 6 anos; 3) analisar, através da percepção dos educadores e cuidadores, a qualidade das práticas de cuidado oferecidas pela instituição; 4) problematizar, a partir do conceito de desenvolvimento bioecológico, as práticas de cuidado oferecidas às crianças em instituição de acolhimento.

Quanto à estrutura da tese, organizamos no formato de artigos. O primeiro estudo “Revisão sistemática de artigos sobre práticas de cuidado nas instituições de acolhimento”, teve por objetivo fazer um levantamento e analisar os artigos científicos sobre a temática nos últimos dez anos (2008/20018), nas bases de dados BVS-PSI e Scielo.

O segundo estudo, denominado “As instituições brasileiras de acolhimento infantil no contexto das políticas públicas de assistência à infância” pretendeu teorizar a vinculação entre políticas públicas de assistência à infância e as instituições de acolhimento infantil interligando-as aos conceitos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

O terceiro estudo, também teórico, buscou discutir “Instituições de acolhimento infantil sob a ótica da teoria bioecológica do desenvolvimento humano”. Propôs-se pesquisar as crianças institucionalizadas e os impactos a partir da Teoria Bioecológica.

O quarto estudo chamado de “As práticas de cuidado nos contextos de acolhimento institucional infantil e sua contribuição para o desenvolvimento bioecológico da criança” teve como finalidade pesquisar as práticas de cuidado nos contextos de acolhimento institucional infantil, buscando sua contribuição para o desenvolvimento bioecológico da criança. A pesquisa foi realizada em oito instituições da cidade do Recife e região metropolitana, sendo

quatro não governamentais, duas municipais e duas estaduais. Participaram do estudo, quatro cuidadores e quatro técnicos, sendo que 2 dos técnicos, também desempenhavam, paralelamente, o cargo de gestor. Todos do sexo feminino, com no mínimo dois anos de experiência na instituição, exercendo a função de técnico, profissional de nível superior, ou cuidador, funcionário contratado para executar os cuidados diários das crianças sem a exigência de uma escolaridade mínima. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicado questionário de caracterização da instituição para identificar a rotina e as práticas de cuidados desses profissionais.

Com esta tese, pretende-se colaborar para a ampliação da temática. A complexidade do debate sobre as relações que ocorrem na instituição entre criança acolhida e cuidadores, aponta para a necessidade de direcionarmos o nosso olhar para a questão, com o intuito de oferecer subsídios teóricos e práticos, tendo em vista os desafios enfrentados por esse contexto.

2 METODOLOGIA GERAL

Esta tese foi desenvolvida em formato de artigo, apresentando no capítulo final uma pesquisa de caráter descritivo exploratória e seguiu o desenho das pesquisas de natureza qualitativa, ou seja, buscou “interpretar o que as pessoas dizem sobre o fenômeno e o que fazem ou como lidam com ele” (Turato, 2003, p. 362). Dessa maneira, cada artigo apresentou uma metodologia própria que descreveremos a seguir.

O primeiro estudo se propôs a realizar uma revisão sistemática acerca das práticas de cuidado nas instituições de acolhimento infantil, contemplando estudos publicados nas bases de dados Scielo e BVS-PSI, nos últimos dez anos. Os descritores utilizados foram: “abrigo”, “criança institucionalizada” e “teoria bioecológica do desenvolvimento humano”. Os critérios de inclusão considerados foram: acesso ao artigo completo de forma gratuita, que tivesse suas publicações até setembro de 2018. Os critérios de exclusão analisados foram: artigos publicados duplicados, dissertações, capítulos de livro, artigos fora do período, artigos fora da temática escolhida previamente.

Para a análise dos artigos selecionados, criou-se um quadro com as informações relevantes da produção científica: autor (ano), objetivos, participantes, procedimentos foco, resultados/discussão e marco teórico. Para discussão dos resultados foram criadas quatro categorias de análise: análise dos serviços/estrutura da instituição de acolhimento infantil, vínculos e interações, subjetividade das crianças acolhidas, família e instituição. Consideramos como as práticas de cuidado eram discutidas no contexto de abrigamento infantil.

No segundo estudo, fizemos uma exposição histórica da construção das Políticas de Assistência à Infância, no Brasil. O objetivo foi entender o acolhimento infantil, como um dispositivo histórico passível de transformações socioculturais e temporais. Essa

contextualização foi relevante para que pudéssemos ter uma compreensão mais ampla de como a rotina e as práticas de cuidado passaram a atuar, a partir das reformulações das políticas públicas de desenvolvimento social. Também, nesse artigo, discutimos o perfil da criança e adolescente em situação de abrigo hoje em dia, fundamentado nos conceitos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

No terceiro estudo, explanamos sobre nossa opção teórica, Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, criada por Urie Bronfenbrenner. Descrevemos, através de uma pesquisa bibliográfica, suas características, a forma como compreende as instituições de acolhimento infantil e sua adequação ao *corpus* do estudo.

No quarto estudo, analisamos as práticas de cuidado dos distintos contextos de acolhimento, buscando sua contribuição para o desenvolvimento bioecológico da criança. Frente a essa contextualização, tomou-se como objetivos específicos: discutir os principais conceitos da teoria bioecológica do desenvolvimento humano; caracterizar a rotina de atendimento em instituições de acolhimento voltadas para as crianças de três a seis anos; analisar, através da percepção dos educadores e cuidadores, a qualidade das práticas de cuidado oferecidas pela instituição; problematizar, a partir do conceito de desenvolvimento bioecológico, as práticas de cuidado oferecidas às crianças em instituição de acolhimento.

Participaram da pesquisa oito gestores, sendo dois também integrantes da equipe técnica; quatro cuidadores; e quatro técnicos. Todos deveriam ter, no mínimo, dois anos de experiência naquela função. Para coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semiestruturada aos técnicos ou cuidadores, e um questionário, aplicado ao gestor. Os dados coletados foram submetidos à Análise de Conteúdo de Minayo.

O método tem a função de tornar aceitável a realidade investigada a partir das perguntas feitas pelo investigador. Isso pressupõe deixar sair das sombras as questões de significados e intencionalidade dos estudos de natureza social (Minayo, 2010).

Segundo Rey (2010), ao descrevermos o método, declaramos como vamos inferir ativamente na história dos protagonistas dessa investigação, interferindo, a partir de suas falas, os contextos e as biografias que cada participante traz, em busca da compreensão desses sentidos que revelaram o material para nossa análise. É a qualidade dessas informações e a comparação das significações conferidas aos conceitos, em especial no seu processo de construção, em nível de elaboração, ao destacar os temas e na maneira como se apoia na temporalidade e nas características gerais do sujeito, que o pesquisador deve estar atento, acompanhando essas diversificadas dimensões – no curso do processo construtivo e interpretativo – ele demonstrará a sua postura no decorrer do desenvolvimento de uma pesquisa científica.

2.1 O locus da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em unidades de acolhimento institucional para crianças de três a seis anos, tanto de caráter municipal, como estadual, privada ou ONGs. A cidade do Recife e/ou região metropolitana foi o contexto escolhido para a pesquisa. Foi realizado um levantamento inicial, por meio de consulta ao órgão que gerencia esses espaços, para identificar as unidades de acolhimento que atendiam crianças nesta faixa etária.

No Censo de 2010, disponibilizado pelo IBGE, os dados revelam que no Estado de Pernambuco existia uma população de 820.278 crianças, de 0 a 5 anos. Ao focarmos o local de nossa pesquisa, a cidade do Recife e Região Metropolitana, nos deparamos com o estudo de Guimarães (2011), sobre o mapeamento das instituições de acolhimento no estado de Pernambuco. Nesse estudo, verificou-se que há 109 instituições oferecendo serviços de acolhimento institucional e familiar, distribuídos em 44 municípios. Destas, 53 são abrigos, 31 são casas lar, 14 são casas de passagens, 05 são informais, 03 são de tratamento de

usuários de drogas, 02 são famílias acolhedoras e 01 é casa de passagem diagnosticada. É importante observar que, dessas instituições, 57,7% situam-se na Região Metropolitana do Recife. A maior parte se concentra na zona urbana 86%. O estudo também nos revelou que 60% das instituições têm sua natureza em Organizações Não Governamentais (ONG), restando 26,6% instituições públicas municipais e 8,3% públicas estadual. Ainda de acordo com esse estudo, foram identificadas 1.245 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional; a grande parcela de 58% era atendida na região metropolitana do Recife. As crianças de 0 a 11 anos totalizavam um número de 728 acolhidas.

2.2 Procedimento ético para a coleta dos dados

O projeto da presente tese foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com humanos da UNICAP, e só após a sua aprovação (Parecer nº 2.147.232 – Anexo A), a pesquisadora convidou as instituições para participar da pesquisa. A partir do primeiro contato com os participantes foram marcadas as datas e os horários convenientes para a aplicação dos instrumentos. Nesse dia, assim que a instituição convidada aceitou participar, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na época em que o projeto foi aprovado, a Resolução regente era nº 466/12; no entanto, atualmente é a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisa com seres humanos no Brasil. Essa Lei garante o desenvolvimento de estudos com respeito, dignidade e proteção aos sujeitos de pesquisa, ao promover o esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e incômodos que poderiam ocorrer, respeitando as singularidades desses participantes.

3 ESTUDO I - REVISÃO SISTEMÁTICA DE ARTIGOS SOBRE PRÁTICAS DE CUIDADO NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO NO BRASIL

RESUMO: O estudo realizou uma revisão sistemática da literatura, objetivando analisar artigos científicos sobre acolhimento institucional infantil. Foram analisados os artigos indexados nas bases de dados Scielo e BVS-PSI, nos últimos dez anos. Consideramos as contribuições dos estudos selecionados para as práticas de cuidado das crianças abrigadas. Dessa forma, foram sinalizadas quatro unidades temáticas: análise dos serviços/estrutura da instituição de acolhimento infantil, vínculos e interações, subjetividades das crianças acolhidas, famílias e instituições. Os estudos revisados apontaram diversos pontos a serem trabalhados: capacitações dos profissionais, condições estruturais, práticas inadequadas e desfavoráveis ao desenvolvimento das crianças, redes de apoio social que enfraquecem a reintegração familiar. Constatamos, que poucos artigos utilizaram a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano para embasar seus estudos, um campo teórico a ser mais explorado. A perspectiva bioecológica entende que a falta de uma articulação entre os microsistemas e o macrosistema gera a ausência de ações de apoio a essas famílias de origem. Dessa forma nos remete à necessidade de propor, atuar e acompanhar o planejamento de ações que visem reduzir significativamente esses danos, diminuindo os anos de permanência na condição de acolhimento institucional, e empoderando as funções parentais fundamentais.

Palavras-chave: Abrigo. Criança institucionalizada. Teoria bioecológica do desenvolvimento humano

ABSTRACT: This study carried out a literature systematic review, aiming at analyzing scientific articles about child institutional care. Articles indexed in Scielo and BVS-PSI databases were analyzed over the last ten years. Contributions were considered of selected studies for care practices of welcomed children. Thus, four thematic units were pointed: analysis of services/structure of child care institution, links and interactions, subjectivities of children, families and institutions. The reviewed studies pointed out several points to be addressed: professional training, structural conditions, inadequate and unfavorable practices for child development, social support networks that weaken family reintegration. It was found that few articles used Bioecological Theory of Human Development to base their studies, a theoretical field to be explored further. Bioecological perspective understands that the lack of an articulation between the microsystems and the macrosystem generates action absence of support to these original families. Thus, this reminded us the need to propose, act and follow up action planning that aims to significantly reduce these damages, diminishing the years of stay in condition of institutional refuge, empowering fundamental parental functions.

Keywords: Shelter. Institutionalized child. Human development bioecological theory

RESUMEN: El estudio realizó una revisión sistemática de literatura con el objetivo de analizar artículos científicos sobre acogida institucional infantil. Se analizaron los artículos indexados en las bases de datos Scielo y BVS-PSI, en los últimos diez años. Consideramos las contribuciones de los estudios seleccionados para las prácticas de cuidado de los niños

abrigados. De esta forma, se señalaron cuatro unidades temáticas: análisis de los servicios/estructura de la institución de acogida infantil, vínculos e interacciones, subjetividades de los niños acogidos, familias e instituciones. Los estudios revisados apuntaron diversos puntos a ser trabajados: capacitaciones de los profesionales, condiciones estructurales, prácticas inadecuadas y desfavorables al desarrollo de los niños, redes de apoyo social que debilitan la reintegración familiar. Constatamos que pocos artículos utilizaron la Teoría Bioecológica del Desarrollo Humano para basar sus estudios, un campo teórico a ser más explotado. La perspectiva Bioecológica comprende que la falta de una articulación entre los microsistemas y el macrosistema genera la ausencia de acciones de apoyo a esas familias de origen. De esta forma nos remite a la necesidad de proponer, actuar y acompañar el planeamiento de acciones que busquen reducir significativamente esos daños, disminuyendo los años de permanencia en la condición de acogida institucional, empoderando las funciones parentales fundamentales.

Palabras clave: Abrigo. Niño institucionalizado. Teoría bioecológica del desarrollo humano

O acolhimento institucional é uma prática desenvolvida há bastante tempo no Brasil e no mundo. Segundo Cavalcante (2008), em todas as sociedades, nas mais diferentes épocas, sempre existiu a necessidade de se criarem formas para acolher crianças que, pelas mais variadas razões, são afastadas de seus pais biológicos e demais familiares. Na fase filantrópica que ocorreu de 1500 a 1700, essa modalidade foi muito praticada com o intuito de disseminar a caridade religiosa entre as pessoas, como também, para ensinar, às crianças acolhidas, princípios cristãos. Com o passar do tempo, o acolhimento institucional tornou-se ferramenta dos senhores de engenho, que buscavam nos acolhidos mão de obra e poder econômico (Rizzini & Pilotti, 2009; Rizzini & Rizzini, 2004).

A cultura da institucionalização, antes do séc XVIII, visava à caridade e à busca por mão de obra e eram as motivações para o acolhimento institucional, que tinha como principal objetivo prover a sobrevivência das crianças rejeitadas por suas famílias. Essa concepção foi reforçada no séc XVIII, no ano de 1726 com a criação da Roda dos Expostos, no Brasil, implantada pelas Santas Casas de Misericórdia, com sede em cidades como Recife, Rio de Janeiro, Salvador. As crianças eram deixadas na Roda, sem que a identidade da família fosse revelada, uma vez que muitas crianças abandonadas eram frutos de relacionamentos fora do

casamento e filhos de famílias pobres (Rizzini & Rizzini, 2004).

A visão sobre o acolhimento institucional, no Brasil, passou por grandes modificações. Inicialmente foi criado o código de Menores, em 1927, como primeiro passo para proteção das crianças e adolescentes em conflito com a Lei, quando o Estado assumiu sua responsabilidade legitimamente (Siqueira, 2012). Em seguida, surgiu a preocupação com a infância e os processos de desenvolvimento que ocorriam nessa faixa etária; a importância da família e da inserção social, além do reconhecimento dessas crianças como sujeitos de direito, trazendo à tona a necessidade de se observar as práticas de cuidado e a qualidade desse serviço oferecido (Rizzini & Rizzini, 2004).

Com Código de Menores de 1979 – Lei nº 6.697 – surge um novo termo “menor em situação irregular”, onde todos os menores de 18 anos de idade, que se encontravam em estado de abandono material, vítimas de maus-tratos, perigo moral, desassistidos judicialmente, com desvio de conduta e também autor de infração penal, poderiam receber essa denominação.

A maior crítica a essa a essa nova denominação “ideologia da situação irregular”, era por não conseguir diferenciar o menor infrator do menor abandonado, vítima da pobreza e das diversas variáveis que levam o sujeito ao acolhimento institucional. Essa nova visão não distinguia, com clareza, a pobreza e exclusão social da delinquência, violando os direitos infante-juvenis, ao retirar de circulação o que atrapalhava a ordem social com soluções paliativas, e assim, evitar entender e atender o objetivo principal, que era o bem-estar das crianças acolhidas (Fonseca, 2013).

A partir disso, criou-se a Lei nº. 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990) que ressalta o acolhimento institucional como de caráter provisório em situações de vulnerabilidade social. O ECA enfatiza a importância da convivência da criança com a sua família e comunidade, para a manutenção dos vínculos familiares e, em casos

excepcionais, quando a convivência não consiga ser reestabelecida, inserir a criança em famílias substitutas.

Todavia, no processo de acolhimento institucional precisam ser observadas variáveis importantes. Independente do tempo de duração desse acolhimento, o ambiente da instituição é o local imediato que pode ou não promover a inserção dessas crianças e o seu desenvolvimento salutar. Por isso, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007a) apontam a necessidade de olhar a instituição através de três aspectos: o ambiente físico e social, que são compostos por espaços, rotinas e equipamentos no âmbito institucional; as crenças e valores sobre o acolhimento que a equipe de profissionais que trabalham nesse local possui; e as práticas cotidianas, que refletem e interferem nas atitudes e padrões de comportamento presentes na equipe técnica. Assim, “o contexto onde a criança cresce e se desenvolve não se limita a um ambiente único e imediato, mas inclui interconexões entre diferentes ambientes” (p.337).

A importância dos diversos contextos em que os sujeitos estão inseridos é enfatizada pela Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, criada por Urie Bronfenbrenner. Essa teoria considera que ambiente é qualquer contexto composto por eventos ou condições que possibilitem, a influência sofrida ou oferecida, pela pessoa em desenvolvimento. Apresenta-se classificado em subsistemas socialmente organizados, que auxiliam e orientam o ser em crescimento (Bronfenbrenner, 1993). Assim, a instituição de acolhimento pode ser um espaço de desenvolvimento humano, haja vista que oferece vivências capazes de estimular as habilidades e as competências das crianças para o enfrentamento das diversas situações do dia a dia, contextualizadas na instituição e/ou fora dela (Carvalho, 2002; Lordelo, 2002). Dessa forma, observar a dinâmica, as práticas institucionais escolhidas, as características e como está o ambiente institucional é o alvo de pesquisas e aprofundamentos para os estudiosos e profissionais que desejam que as instituições de acolhimentos sejam locais facilitadores do

desenvolvimento humano.

Para a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, ao sermos inseridos em um ambiente, interagimos, somos tanto ativos quanto passivos, alterando o meio e nos deixando ser alterados (Savi, 2008). Assim, para ocorrer o desenvolvimento, deve-se buscar o equilíbrio entre o ambiente e o homem com as suas individualidades, ou seja, suas características biopsicológicas que o tornam singular. “Diferentes tipos de ambientes dão origem a padrões distintos de papéis, atividades e relações para as pessoas que nos tornam participantes nestes ambientes” (Bronfenbrenner, 1979, p.87). Nessa perspectiva, entende-se que as interações são sustentadas pelos seguintes princípios: reciprocidade, equilíbrio de poder e relações de afeto. Sendo o ambiente formado por uma soma da dimensão física e cultural, que se constitui por estruturas interconectadas, que sofrem influências interna e externa constantemente e de maneira ininterrupta.

O microsistema é o contexto inicial dinâmico, mutável e interativo em que a criança pode desenvolver suas primeiras interações humanas, explorando aspectos físicos, sociais e simbólicos. A instituição de acolhimento poderia ser considerada como microsistema. O mesossistema é composto pelas inter-relações entre dois ou mais microsistemas, a escola e a instituição, por exemplo. O exossistema são contextos em que a criança não participa ativamente, contudo sofre influência deles. Podemos citar as políticas públicas ou as interações familiares com seus cuidadores. Da mesma forma, o macrosistema: a criança sofre a influência de um contexto mais amplo, no caso das crenças sociais e culturas de uma população, e participa ativamente na construção desse sistema (Savi, 2008; Polônia & Cool, 2005).

Frente à complexidade do desenvolvimento humano e a inquietação natural que o tema nos provoca, o estudo buscou um modelo teórico que encarasse os fenômenos multidimensionais presentes na análise das diversas áreas que compõem o objeto de estudo:

social, psicológico, comportamental, cognitivo, cultural.

A importância desse olhar é reforçada por Lordello e Oliveira (2012) quando dizem que é dever da ciência do desenvolvimento entender como ocorre a inter-relação entre o comportamento do indivíduo e os outros aspectos significativos ao seu redor. A escolha conceitual se adapta ao estudo do objeto – práticas de cuidado nas instituições de acolhimento infantil – haja vista que pretende investigar não de forma determinista e objetiva, mas de maneira a se explorar a qualidade dos movimentos de cada comportamento, construído a partir da influência interna ou externa do organismo. E, dessa forma, identificada a oscilação do comportamento, esta irá promover mudança ou continuidade nos processos adaptativos da vida. A maneira como esses processos e suas propriedades são vivenciados subjetivamente pela pessoa que vive naquele meio ambiente é o que nos interessa (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

É por possuir essa perspectiva subjetiva e descentralizadora, que os modelos sistêmicos são adotados para desvendar os diversos cenários da complexa teia das relações humanas, em especial do processo saúde-doença que envolve a área dos acolhimentos institucionais. A compreensão da pluralidade de determinantes, que promove o desenvolvimento humano nos seus vários níveis de articulação, de complexidade e de vulnerabilidade exige um pleno conhecimento do objeto. Neste caso, da criança acolhida, dos seus contextos, observando as interações que afetam e influenciam. Só assim, é possível permitir a identificação de determinantes multicausais na qualidade das práticas de cuidado e da rotina das crianças.

Diante da necessidade de uma constante atualização exigida pelo tema, e buscando responder aos questionamentos, este estudo se propõe a realizar uma revisão sistemática de literatura dos últimos dez anos (2008 a 2018), objetivando analisar artigos científicos sobre o acolhimento institucional infantil e a sua relação com o desenvolvimento bioecológico das

crianças. A análise realizada sobre os artigos pode fornecer informações relevantes aos profissionais e aos pesquisadores que trabalham com esse público alvo. Esperamos possibilitar a realização de novos futuros estudos, como também, ser fonte de estratégias de intervenção mais adequadas aos imperativos dessas instituições e/ou crianças institucionalizadas.

Metodologia

A presente pesquisa – de revisão sistemática – foi realizada a partir de uma busca eletrônica de artigos indexados nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online.) e BVS- PSI.

Foram utilizados os seguintes descritores: “abrigo”¹, “criança institucionalizada” e “teoria bioecológica do desenvolvimento humano”. Com o intuito de otimizar a estratégia de busca, foi utilizado ainda o operador booleano “AND”. Dessa forma, apresentaram-se as seguintes combinações: abrigo and criança institucionalizada, abrigo and teoria bioecológica do desenvolvimento humano, criança institucionalizada and teoria bioecológica do desenvolvimento humano.

Foram incluídos artigos publicados nos bancos de dados durante o período de janeiro de 2008 a setembro de 2018, que tivessem o acesso ao artigo completo de forma gratuita, nos idiomas inglês, espanhol e português. Os artigos pesquisados poderiam estar sob a ótica da psicologia ou de outra área do conhecimento, como exemplo, saúde pública, enfermagem, educação, dentre outras; como também, nas diversas abordagens teóricas. Definimos como critério de inclusão: artigos disponíveis de forma gratuita em ambas as bases de dados, que tivessem suas publicações até setembro de 2018; como critério de exclusão: artigos

¹ Produções sobre acolhimento institucional anteriores às modificações no ECA (2013) são associadas ao descritor abrigo.

duplicados, dissertações, capítulos de livro, artigos fora do período selecionado e artigos que não apresentassem em seu desenvolvimento uma análise sobre a temática do acolhimento institucional infantil.

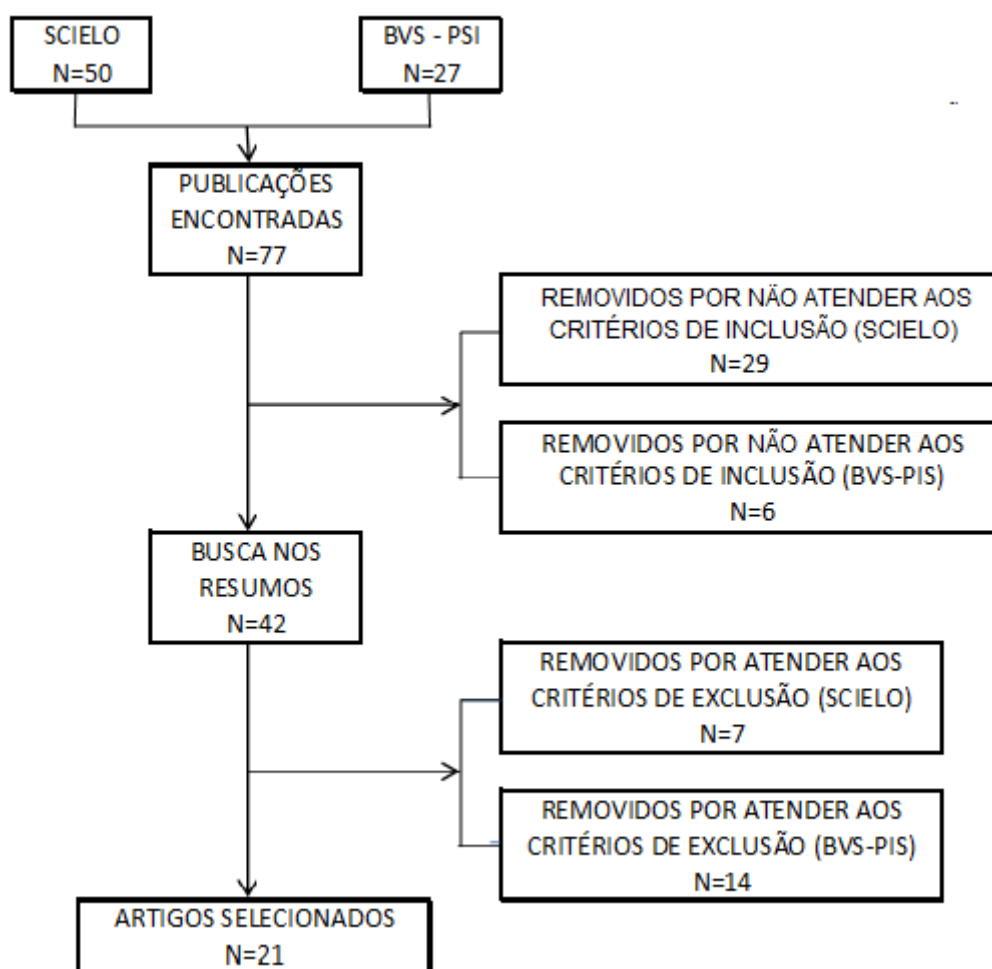


Figura 1. A estratégia de busca

Foram encontradas na base BVS-Psi 27 artigos potencialmente relevantes. Considerando os critérios de inclusão, foram removidas seis publicações por estar fora do prazo pesquisado. Considerando os critérios de exclusão, foram removidas 14 publicações: três por serem duplicados, três por se tratarem de tese, um por ser livro e sete por não abordarem a temática do estudo. Dessa forma, foram obtidos sete artigos para análise.

Na base de dados Scielo, foram encontradas 50 artigos. Considerando o critério de inclusão, foram retiradas 29 publicações que não tratavam da temática do acolhimento de crianças. Avaliando pelos critérios de exclusão, sete artigos não estavam dentro do período pré-selecionado. Assim, foram excluídos um total de 36 artigos.

Totalizamos sete artigos na BVS-PSI, somados a 14 artigos aptos do banco de dados Scielo. Portanto, para essa revisão sistemática tivemos 21 publicações, que foram lidas na íntegra. Foram analisadas observando os seguintes dados: autoria, ano de publicação, periódico, base de dados, participantes/público alvo, instrumentos/procedimentos, foco de análise, principais resultados/discussão, e marco teórico. Abaixo, serão apresentadas as publicações analisadas; estas foram agrupadas conforme o foco de análise adotado.

Quadro 1. Características e resultados dos 21 artigos incluídos nesta revisão sistemática.

Autor (ano)	Objetivos	Participantes	Procedimentos	Foco	Resultados/ Discussão	Marco teórico
Brandão & Williams (2009)	Investigar as estratégias utilizadas por profissionais ao avaliarem abrigos e os indicadores de qualidade	Avaliadores e coordenadores	Entrevista, questionário e análise documental	ED	Baixa frequência de relatos sobre práticas educativas dos monitores	Psicopatologia do desenvolvimento
Cavalcante, Magalhães & Reis (2014)	Análise comparativa do perfil das crianças acolhidas e os aspectos envolvidos no processo	Equipe técnica	Entrevista, questionário e análise documental	ED	Acompanhar a população infantil para adequação dos serviços de acolhimento	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano
Vasconcelos, Yunes & Garcia (2009)	Investigar a interação entre as famílias e os abrigos	Equipe técnica e Família dos acolhidos	Inserção Ecológica	ED	As interações entre a família e a instituição evidenciavam aspectos que dificultavam para reintegração familiar	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano
Magalhães, Costa & Cavalcante (2011)	Analisar a percepção dos cuidadores de abrigo sobre seu trabalho e sobre as crianças institucionalizadas	Cuidadores	Questionário	ED	Os serviços oferecidos satisfazem o aspecto físico, mas não exerce influência sobre o desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças	Não aponta uma teoria específica

Quadro 1. Características e resultados dos 21 artigos incluídos nesta revisão sistemática (continuação).

Autor (ano)	Objetivos	Participantes	Procedimentos	Foco	Resultados/ Discussão	Marco teórico
Tomás & Vectore (2012)	Aborda as interações entre mãe social e criança institucionalizada	Mães sociais	Observação, entrevista, e vídeo-gravações	ED	O critério de mediação mais utilizado pelas mães sociais foi a regulação de comportamento e o menos utilizado foi a expansão	Não aponta uma teoria específica
Vectore & Carvalho (2008)	Compreender o universo da criança institucionalizada	Equipe Técnica	Entrevistas	ED	Surgiram concepções acerca da infância da equipe, da família de origem e a formação de vínculos em contexto institucional	Não aponta uma teoria específica
Coutinho, Sani (2010)	Ajustamento psicológico de crianças em casas abrigo	Criança	Entrevista	ED	O ajustamento psicológico das crianças é determinado pelas significações construídas	Grounded Theory
Iannelli, Assis & Pinto (2015)	Analisar dados do acolhimento institucional de crianças/adolescentes na perspectiva de reintegração familiar	Instituições de acolhimento	Pesquisa documental	ED	A reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados requer profissionais capacitados e uma rede de apoio social eficaz com programas públicos direcionados.	Não aponta uma teoria específica
Acioli, Barreira, Lima, Lima & Assis (2018)	Avaliar a estrutura e o processo dos acolhimentos institucionais para a proteção de crianças e adolescentes	Instituição e gestores	Questionário e entrevistas	ED	A maioria das instituições possuía estrutura adequada. Os entraves para realização das medidas protetivas foram: uso de drogas pelos adolescentes e familiares, distanciamento geográfico, integração com outras instituições e comunidade e grande rotatividade dos profissionais.	Não aponta uma teoria específica

Quadro 1. Características e resultados dos 21 artigos incluídos nesta revisão sistemática (continuação).

Autor (ano)	Objetivos	Participantes	Procedimentos	Foco	Resultados/ Discussão	Marco teórico
Cavalcante, Magalhães & Pontes (2009)	Discutir aspectos do processo saúde doença de crianças institucionalizadas	Equipe técnica	Pesquisa documental e entrevistas	ED	A condição de saúde das crianças traduz as situações de privação submetidas no convívio com a família e no abrigo	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano
Mayer, Lessinger & Borges (2013)	Conhecer a concepção de família para as crianças acolhidas e para os profissionais da instituição	Crianças e equipe técnica	Grupo focal, desenho da família e entrevista	ED	As crianças possuem a representação de família relacionada à família de origem: monoparental e nuclear. Os profissionais representam a partir das suas famílias de origem e pela percepção das famílias das crianças institucionalizadas sob o viés do risco e da culpabilidade	Não aponta uma teoria específica
Gabatz, Schwartz, Milbrath, Zilmer & Neves (2017)	Apresentar e refletir sobre a articulação da teoria do apego, o Interacionismo simbólico e a Teoria fundamentada nos dados no estudo da formação dos vínculos e interações entre cuidadores e crianças institucionalizadas	Cuidadores e crianças	Entrevista, observação e diário de campo	ED	A articulação entre a teoria do Apego, o Interacionismo Simbólico e a Teoria fundamentada nos Dados mostrou-se consistente para o estudo, contribuindo para o cuidado no contexto de abrigamento	Teoria do Apego, Interacionismo Simbólico e a Teoria Fundamentada nos Dados
Giacomello & Melo (2011)	Compreender a criança institucionalizada vítima de violência por meio de sessões de brinquedo terapêutico	Crianças	Brinquedo terapêutico	ED	O brinquedo terapêutico permitiu uma comunicação eficaz da criança por meio da expressão dos seus sentimentos, desejos, relações familiares e experiências vividas	Abordagem fenomenológica

Quadro 1. Características e resultados dos 21 artigos incluídos nesta revisão sistemática (continuação).

Autor (ano)	Objetivos	Participantes	Procedimentos	Foco	Resultados/ Discussão	Marco teórico
Cruz, Dias & Pedroso (2014)	Explorar o conhecimento de cuidadoras sobre o desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional com um instrumento de triagem	Crianças e cuidadores	Questionário: <i>Ages and Stages Questionnaires</i>	ED	A coordenação motora e a identificação de problemas no desenvolvimento, pelas cuidadoras, foi muito pontuada, contudo a comunicação foi pouco referida pelas crianças	Não aponta uma teoria específica
Diniz & Koller (2010)	Descrever a importância do afeto como um dos elementos essenciais para o desenvolvimento humano	-	-	ET	A presença do afeto como um dos fatores que asseguram a continuidade do processo desenvolvimental ao longo das fases da vida	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano
Nascimento, Lacaz & Travassos (2010)	Catografar as escritas sobre o tema de abrigo de crianças e adolescentes	-	-	ET	Divergência entre as Leis e as práticas.	Não aponta uma teoria específica
Guedes & Scarcelli (2014)	Refletir sobre o discurso social em que as crianças institucionalizadas e suas famílias são colocadas	-	-	ET	O cotidiano das instituições é formado por modelos de práticas sociais: caritativa, filantrópica e a do Estado de bem-estar social	Não aponta uma teoria específica
Cintra & Souza (2010)	Problematizar aspectos inerentes a institucionalização das crianças	-	-	ET	Sugere-se que o profissional da instituição necessita tomar a criança como sujeito de direito e de desejo	Não aponta uma teoria específica
Moré & Sperancetta (2010)	Analisa as práticas desenvolvidas pelos pais sociais em instituições de crianças e adolescentes	-	-	ET	São necessárias mais investigações acerca das atividades, papéis, relações, qualidade do ambiente e dos cuidados oferecidos pelas instituições de acolhimento	Não aponta uma teoria específica

Quadro 1. Características e resultados dos 21 artigos incluídos nesta revisão sistemática (continuação).

Autor (ano)	Objetivos	Participantes	Procedimentos	Foco	Resultados/ Discussão	Marco teórico
Souza & Brito (2015)	Apresentar e discutir pesquisas realizadas sobre a execução do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju	-	-	ET	Dificuldade de execução dessa medida devido a: falta de articulação da rede de proteção, existência de instituições que atuam pela divisão de sexo/faixa etária, o expressivo número de acolhimento na capital, ausência de uma trabalho eficaz de reintegração familiar.	Não aponta uma teoria específica
Marques & Czermak (2008)	Investigar os modos de subjetivação em um núcleo de abrigos residenciais de proteção à infância e adolescência	-	Cartografia	EI	A lógica disciplinar tende a produzir sujeitos massificados junto à exacerbação dos fenômenos contemporâneos de enfraquecimento de laços, função simbólica e reflexão.	Não aponta uma teoria específica

Nota: EI= Estratégias de Intervenção; ET= Estudo Teórico; ED= Estudo Descritivo

Resultados e discussão

Analisando as contribuições dos estudos selecionados para a revisão, quatro temáticas foram sinalizadas como principais vertentes de resultados: análise dos serviços/estrutura da instituição de acolhimento infantil; vínculos e interações; subjetividade das crianças acolhidas; família e instituição. Analisamos dentro dessas quatro unidades temáticas, o modo como as práticas de cuidado eram discutidas e refletidas no contexto de abrigamento infantil.

Análise dos serviços/estrutura da instituição de acolhimento infantil

Vectore e Carvalho (2008), ao pesquisarem o universo das crianças abrigadas através dos olhares dos atores sociais envolvidos nesse processo, identificaram o abandono dentro da instituição refletido nas medidas adotadas por profissionais que deveriam oferecer segurança física e afetiva. Entenderam que o período extenso de institucionalização dessas crianças, gera uma rede de relação que precisa ser investigada exaustivamente, pois a questão dos vínculos nesse contexto é fundamental para a qualidade dos serviços oferecidos às crianças em situação de risco.

Moré e Sperancetta (2010), ao analisarem as pesquisas publicadas sobre as práticas desenvolvidas pelos pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, constataram que estão presentes os conflitos em relação ao apego; terminologias como “mãe/pai social” foram substituídas por cuidador/educador residente, buscando evitar ambiguidade de papéis. Acrescentam que condutas inadequadas e desfavoráveis ao desenvolvimento psicossocial parecem comuns e que apenas com capacitação permanente, incentivos e valorização dos profissionais cuidadores ficará mais clara a percepção e os impactos da sua atuação.

Ainda investigando as influências de mediações adequadas para o desenvolvimento das crianças institucionalizadas, Tomás e Vectore (2012) realizaram uma pesquisa que abordou as interações entre a mãe social e criança em situação de acolhimento. Os autores reforçam a importância de um melhor redimensionamento das atribuições dessa função, como também, de uma análise mais atenciosa ao processo de construção de vínculos, haja vista a importância desse aspecto para o desenvolvimento da criança. Apontaram que é através da identificação das potencialidades desse profissional e de um investimento em capacitação que se pode otimizar o desenvolvimento infantil.

Magalhães e colaboradores (2011) analisaram a percepção de cuidadores de abrigo acerca do trabalho desenvolvido por eles sobre as crianças institucionalizadas. Os dados encontrados revelaram que as educadoras compartilharam da opinião de que as crianças têm um atendimento satisfatório em relação à sobrevivência física, contudo, as questões de ordem intelectual e de formação enquanto sujeito social ficaram em aberto. Ressalta que a individualização, o espaço pessoal e a privacidade são pouco favoráveis, além da dicotomia entre cuidar e educar ainda muito presente na visão das educadoras. Portanto, o investimento na capacitação dos profissionais foi a estratégia decisiva, apontada pelo estudo, para uma trajetória desenvolvimental infantil salutar.

Brandão e Williams (2009) buscaram compreender as estratégias utilizadas por profissionais ao avaliarem abrigos, bem como os indicadores de qualidade que orientavam essa tarefa. Assim, encontraram uma gama de ferramentas utilizadas, não havendo um padrão a ser seguido, sendo a visita a mais empregada. A falta de comunicação entre a rede de atendimento, as visitas semestrais, análises que não permitiam uma avaliação individualizada dos participantes, foram aspectos que podem invalidar uma estratégia de avaliação. Além da capacitação dos profissionais responsáveis pela avaliação, sugeriram pesquisas em relação a essa rede de apoio à infância e à juventude, junto às instituições de acolhimento.

Por sua vez, Acioli e colaboradores (2018), objetivando avaliar a estrutura e o processo dos acolhimentos institucionais para a proteção de crianças e adolescentes, vítimas de abandono e/ou violência no Recife, verificaram que, quanto à estrutura, a maioria apresentava condições adequadas para o funcionamento. Porém, em relação ao processo de trabalho, ocorriam entraves substanciais para a realização das medidas protetivas, como: uso de drogas dos acolhidos, distanciamento geográfico da família de origem, integração com outras instituições e comunidade, e alta rotatividade dos profissionais que dificultavam a formação de vínculos.

Cruz e colaboradores (2014) exploraram o conhecimento de cuidadoras sobre o desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional e os resultados encontrados apontam para a importância de instrumentalizar a equipe de cuidados para a detecção de problemas, sendo este um diferencial positivo no acompanhamento e cuidado das crianças acolhidas. A ocorrência de avaliações do desenvolvimento infantil nesse contexto é significativa, pois é capaz de identificar problemas de desenvolvimento em diversas áreas.

Ao analisarem a população infantil atendida em uma instituição de acolhimento na Região Metropolitana de Belém – Pará, Cavalcante e colaboradores (2014) perceberam que aumentou a idade em que as crianças ingressavam na instituição e o tempo que elas permaneciam acolhidas. Verificaram que a pobreza era o fator determinante para a escolha dessa medida de proteção à criança e que as restrições materiais levaram a privações de ordem emocional e social. Sendo assim, as medidas de enfrentamento deveriam ser pensadas em uma perspectiva ecológica, envolvendo estruturas do micro e macrosistema, possibilitando o apoio aos pais no cumprimento de suas funções parentais.

Cavalcante e colaboradores (2009) discutiram aspectos relativos ao processo de saúde/doença entre crianças assistidas em abrigo infantil de Belém, entre 2004 e 2005. Os resultados do estudo sugeriram que há situações de abandono/negligência por parte dos pais e/ou responsáveis; as moradias apresentaram-se como precárias e insalubres, reforçando a reprodução de um padrão de cuidado que revelava privação aos meios necessários à sobrevivência e ao bem-estar. A institucionalização evidencia dificuldades de adaptação e uma sobrecarga emocional, demonstrando impactos biopsicossociais no desenvolvimento da criança, afetando negativamente a aquisição de habilidades sociais, cognitivas e afetivas.

Segundo Souza e Brito (2015), ao revisar as pesquisas sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju – SE, identificaram significativas dificuldades na execução da medida de proteção, enumerando diversas ações, entre elas, a

efetivação do direito à convivência familiar e comunitária. Dessa maneira, destacam a necessidade de avaliar as dificuldades atuais das famílias e oferecer dispositivos de suporte capazes de evitar o acolhimento institucional como primeira medida adotada como proteção à infância e juventude.

Vínculos e interações

Gabatz e colaboradores (2017) fizeram um estudo com cuidadores e crianças acolhidas, observando a formação de vínculos entre eles a partir da interação ocorrida. Destacaram que o processo de institucionalização se faz necessário quando a família não está mais oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento social, afetivo, físico e emocional da criança. Dessa forma, a institucionalização deverá representar um local de proteção e bem-estar que promoverá autonomia a esses sujeitos, mesmo frente à adversidade da adaptação imediata a hábitos, rotina e regras diferentes das praticadas em sua família.

Para isso, o trabalho/cuidado com as crianças é, sem dúvida, fundamental para a formação de vínculos e interações que possibilitarão o desenvolvimento adequado. Os autores utilizaram as seguintes teorias para analisar seus objetivos: a Teoria do Apego, o Interacionismo Simbólico e a Teoria Fundamentada nos Dados. A última teoria citada foi apontada como método para o estudo da formação dos vínculos e interações entre cuidadores e crianças institucionalizadas.

Ainda nessa perspectiva, Diniz e Koler (2010) discutiram o afeto como favorecedor da construção de vínculos e, conseqüentemente, de desenvolvimento humano saudável. Observaram que para estabelecer relações e criar laços era necessário ter a capacidade de construir afetos. Reforçando a ideia de Bronfrenbrenner (1977), que considera importante a transição entre os ambientes e a qualidade relacional conquistada, determinantes no processo

desenvolvimental. Assim, o desenvolvimento é o reflexo da reciprocidade das interações nos diversos ambientes, o que torna o ser humano não apenas um receptor das características ambientais, mas uma peça chave em um sistema interativo, capaz de intervir e alterar as suas circunstâncias (Bronfenbrenner e Morris, 1998; Bronfenbrenner, 1977).

Subjetividade das crianças acolhidas

Essa categoria visa compreender as significações construídas pelas crianças através da experiência do acolhimento. O estudo de Coutinho e Sani (2010) ressalta que os técnicos das instituições foram percebidos como disponíveis, apoiadores e fundamentais no suporte à reorganização do projeto de vida das crianças e das suas famílias, empoderando as suas funções (materna e paterna) através de um acolhimento institucional promotor de bem-estar.

Giacomello e Melo (2011), por meio de uma pesquisa qualitativa fenomenológica, investigou a compreensão da criança institucionalizada, vítima de violência, e constatou que existe a necessidade de profissionais preparados, capazes de oferecer um ambiente saudável a essas crianças. A ausência de uma formação/qualificação mais direcionada interfere no desenvolvimento, pois “no envolvimento entre criança e adulto, ambos encontram oportunidade de desenvolvimento” (p.1579). Assim é sugerido que hajam capacitações, reciclagens e supervisões desses profissionais, visando à criação de um conviver saudável.

O alerta dado pelas autoras supracitadas comunga com a preocupação de Marques e Czermak (2008), quando chamam a atenção do leitor para uma lógica disciplinar que tende a produzir subjetividades massificadas frente aos fenômenos contemporâneos de enfraquecimento de laços, da função simbólica e da reflexão tanto individual quanto coletiva. Essas autoras sugerem as práticas de grupo como ferramenta para o trabalho dessas questões e de possíveis soluções (estratégias) individualizantes, mas também coletivas desses sujeitos.

Cintra e Souza (2010), no seu estudo teórico, problematizaram aspectos inerentes à institucionalização das crianças, considerando as lógicas da exclusão. Reiteraram que a criança institucionalizada encontra-se submetida a identidades estereotipadas que remetem a sua condição de exclusão, sendo levada a intervenções direcionadas à remoção de suas marcas históricas e o enxerto de condutas mais adequadas para o interesse hegemônico social. Entretanto, o necessário é que a institucionalização possa oferecer oportunidades para a ressignificação das experiências e sentidos que não neutralizem mais o sujeito de desejo em valorização ao sujeito de direito.

Guedes e Scarcelli (2014), em seu estudo teórico, refletiram sobre o discurso social em que as crianças institucionalizadas e suas famílias são evidenciadas, bem como a instituição e seus agentes. As autoras acreditam que os modelos de práticas sociais formam a assistência à infância, nos diversos momentos do cotidiano. Seriam eles: a caritativa, a filantrópica, e o modelo de bem-estar social. A construção de políticas públicas e práticas sociais éticas, juntamente com os saberes *psis*, atrelados à subjetividade, podem colaborar para realização desses marcos legais, proporcionando o entendimento dos impactos do seu significado e de sua apropriação.

Família e instituição

Bronfenbrenner e Morris (1998) afirmaram que os processos proximais são as principais fontes de desenvolvimento psicológico, considerados “formas particulares de interações entre o organismo e o ambiente” (p. 994). Essas interações podem favorecer ou impedir o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social dessas crianças, que recebem e percebem influências de pessoas significativas, que atuam no seu mesossistema, ou seja, que formam sua rede de relacionamentos.

As famílias das crianças institucionalizadas, ao exporem-nas ao contexto de vulnerabilidade, acabam revelando uma fraca rede de apoio social (Garbarino & Abramowitz, 1992; Luthar, 1999; Szymanski, 1995). Consequentemente, acabam permitindo que estas sofram o processo de “transição ecológica” ao serem institucionalizadas.

No estudo de Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009), buscou-se compreender e caracterizar a relação da família com os trabalhadores da instituição, observando a interação desses dois microssistemas através da inserção ecológica. O que se percebeu foi que os profissionais ainda entendem a família como culpada pelos seus padrões de organização, que revelam a precariedade social e ambiental, e o predomínio de uma idealização do modelo de família, que se caracteriza como nuclear e com poucos filhos. Reforçando uma crítica que se perpetua às famílias de crianças em situação de acolhimento institucional, quanto ao seu padrão de configuração familiar e de moradia. Contudo, as famílias investigadas demonstraram uma coesão familiar expressiva. Esse dado revela que a retirada dessas crianças da família pode não resolver o problema, como também, agravar o sofrimento causado pelo distanciamento.

Mayer, Lessinger e Borges (2013) corroboraram essa ideia ao pesquisarem a percepção dos profissionais e das crianças institucionalizadas. Viram que o discurso dos profissionais ainda está muito associado à culpabilização das famílias e na incapacidade e/ou limitação para criar e educar os filhos. Alertam que tais concepções podem interferir no trabalho desses profissionais e na reinserção familiar dessas crianças que demonstram perceber suas famílias de forma favorável, relatando lembranças positivas. Os autores chamam a atenção para a necessidade de um atendimento não estigmatizado ao público atendido, ao possibilitar a criação de estratégias de intervenção mais eficazes e menos hostis.

Nascimento e colaboradores (2010), ao revisar vários estudos sobre o tema abrigamento de crianças e jovens e a convivência familiar, constataram que, em muitos casos,

inexiste um trabalho com as famílias que garanta a atitude provisória e excepcional da medida protetiva. Ressaltam que a pobreza ainda é usada como motivador para a institucionalização. Tal levantamento comprova que a incoerência entre a lei e o cotidiano do acolhimento tem produzido infâncias desiguais que violam os direitos da população infante-juvenil pobre.

A reintegração familiar de crianças e adolescentes, segundo Iannelli e colaboradores (2015), requer profissionais capacitados para a sua atuação, como também, uma rede de apoio social capaz de subsidiar o gozo aos direitos previstos por lei, e programas/políticas que possibilitem a proteção dessas famílias e a superação das vulnerabilidades em que estão inseridas.

Considerações finais

Essa revisão constatou que, apesar de haver um número significativo de pesquisadores investigando o universo do acolhimento institucional, ainda existe uma gama de situações que merecem atenção e que possuem demandas que não se esgotaram frente a sua complexidade; podemos citar, como por exemplo: as políticas públicas de suporte às famílias, as famílias e a convivência comunitária, a institucionalização, a formação dos vínculos afetivos, as funções dos profissionais/cuidadores/educadores envolvidos no acolhimento e capacitação destes, a adoção, dentre outras. Essas variáveis presentes no cotidiano do processo de acolhimento merecem pesquisas permanentes para que possam originar políticas eficazes à proteção da infância e do seu desenvolvimento salutar.

As pesquisas analisadas sugeriram diversos pontos a serem trabalhados, entre eles, o mais citado foi a capacitação dos profissionais que atuam no acolhimento infantil, assim como as condições estruturais existentes. A união desses dois aspectos precisa ser melhorada para possibilitar a identificação criteriosa de possíveis problemas no acompanhamento e no

cuidado de crianças acolhidas, de maneira a ajudá-las a se desenvolver plenamente, com a superação do estado de vulnerabilidade social, empoderando-as para o protagonismo na sua vida.

A partir dos estudos revisados, percebe-se que práticas inadequadas e desfavoráveis ao desenvolvimento da criança são corriqueiras, surgindo divergência entre as expectativas propostas para essa atuação e a interação dos cuidadores com os acolhidos. Existe uma diversidade de pontos de vistas, conseqüentemente intervenções distintas entre os profissionais, no cuidado com as crianças, comprometendo a qualidade dos serviços oferecidos.

A institucionalização deve representar um ambiente seguro, promotor de bem-estar, que proporcione autonomia aos acolhidos, mesmo diante da adversidade de adaptação imediata a hábitos, rotina e regras diferentes da sua família. Por isso, são sugeridas capacitações, reciclagens e supervisões dos profissionais que atuam nesse âmbito, visando à criação de um conviver saudável e uma percepção mais clara dos impactos dessa atuação.

Outro aspecto que merece destaque é o paradoxo vivido pelos educadores/profissionais/cuidadores que demonstram medo do estabelecimento de vínculos com as crianças, devido à transitoriedade da situação, já que essa poderá ser rompida a qualquer momento. Vem, em contraponto, a necessidade de se oferecer segurança e conforto que, necessariamente, surgiria dessa construção de vínculos, a partir das relações de afeto. Essas contradições e dificuldades na dinâmica das relações foram apresentadas pelos pesquisadores, tornando imprescindível sua compreensão mais detalhada, pois é de grande importância para o desenvolvimento pleno da criança.

A reintegração familiar também foi abordada como fator a ser considerado, ao reforçar a necessidade de profissionais capacitados que, a partir de uma rede de apoio social, possam atuar com eficácia e cautela. Estes devem avaliar e acompanhar os serviços, as

vulnerabilidades dessas famílias, o desejo de retorno dessa criança, as condições socioeconômicas e afetivas, como o vínculo entre os parentes, a fim de garantir o sucesso dessa volta ao convívio familiar.

Em uma perspectiva bioecológica, entende-se que a falta de uma articulação entre os microsistemas e o macrossistema geram a ausência de ações de apoio a essas famílias de origem. Tal situação nos remete à necessidade de propor, atuar e acompanhar o planejamento de ações que visem reduzir significativamente esses danos, diminuindo os anos de permanência na condição de acolhimento institucional, e criando condições de enfrentamento da pobreza, empoderando as funções parentais fundamentais.

Entre os estudos, percebemos que um número significativo apontou o acolhimento institucional de crianças como medida a ser evitada ao máximo, devido aos seus aspectos pouco favoráveis ao desenvolvimento infantil. Sinalizaram para uma série de características que condenariam essa tomada de decisão, como: significativas dificuldades na execução da medida de proteção e a não execução ao direito à convivência familiar e comunitária, dificuldades de avaliar a situação atual das famílias dos acolhidos, individualização e espaço pessoal/privacidade pouco favoráveis, entre outros. Acrescentam que condutas inadequadas e desfavoráveis ao desenvolvimento psicossocial parecem comuns; dessa forma, orientam a oferecer dispositivos de suporte capazes de evitar o acolhimento institucional como primeira medida adotada para proteção à infância e à juventude.

E, por fim, constatamos que poucos artigos utilizaram a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano para embasar seus estudos. Dos 21 pesquisados, apenas quatro deles buscaram tal referência, mostrando-se, assim, um campo teórico a ser mais explorado, pois possui um abrangente esquema para estudar os fatores que envolvem o desenvolvimento humano, valorizando as inter-relações e seus quatro aspectos: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo.

Referências

- Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C., Lima, M. L. L. T., & Assis, S. G. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(2), 529-542. Recuperado em 24/01/2019, de: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018232.01172016>
- Brandão, A. S., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 334-352. Recuperado em 12/12/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300003>
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon & R. M. Lerner (Orgs.), *Handbook of child psychology. Theoretical models of human development* (Vol. 1, 5a ed. pp. 993-1028). New York: John Wiley.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, Washington, DC: American Psychological Association, (32), p.513-531.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1993). The ecology of cognitive development: Research models and fugitive findings. In R. Wozniak & K. Fischer (Eds.), *Development in context: Acting and thinking in specific environments* (pp. 3-44). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Carvalho, A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In: E. Lordelo, A. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cavalcante, L. I. (2008). *Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituições de abrigo*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Pará, Belém do Pará.
- Cavalcante, L., Magalhães, C., & Reis, D. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45(1), 90-99.
- Cavalcante, L.I. C.; Magalhães, C. M. C. & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*. (25) 20-34. Recuperado em 05/12/2018, de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n25/n25a03.pdf>
- Cintra, A. L., & Souza, M. (2010). Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 10(3), 809-833. Recuperado em 24 de setembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000300006&lng=pt&tlng=pt

- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2010). Casa abrigo: a solução ou o problema?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 633-641. Recuperado em 27/11/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000400007>
- Cruz, E. J. S., Dias, G. B., & Pedroso, J. S. (2014). Estudo do "Ages and Stages Questionnaires" com cuidadores de crianças institucionalizadas. *Psico-USF*, 19(3), 411-420. Recuperado em 15/01/2019, de: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-82712014019003004>
- Diniz, E. & Koller, S. H. (2010). O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. *Educar em Revista*, (36), 65-76. Recuperado em 18/10/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602010000100006>
- Fonseca, J. B. (2013) *Código de Menores e o Estatuto da Criança e do adolescente*. Recuperado em 14 de janeiro de 2019, de: <https://juliabr.jusbrasil.com.br/artigos/155146196/codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>
- Gabatz, R. I. B., Schwartz, E., Milbrath, V. M., Zillmer, J. G. V., Neves, E. T. (2017). Teoria do Apego, Interacionismo Simbólico e Teoria Fundamentada nos Dados: articulando referenciais para pesquisa. *Texto & Contexto Enfermagem*, 26. Recuperado em 18 de setembro de 2018, de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71453540024>.
- Garbarino, J., & Abramowitz, R. H. (1992). Sociocultural risk and opportunity. In: Garbarino (Ed.), *Children and families in the social environment* (2a. ed., pp. 35-70). Berlin: Aldine de Gruyter.
- Giacomello, K. J., & Melo, L. L. (2011). Do faz de conta à realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (Suppl. 1), 1571-1580. Recuperado em 11/01/2019, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700093>
- Guedes, C. F., & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 58-67. Recuperado em 05/01/2019, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500007>
- Iannelli, A. M., Assis, S. G., & Pinto, L. W. (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 39-48. Recuperado em 12/11/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014201.19872013>
- Mayer, G. V. L., Lessinger, L., & Borges, L. G.V. M. (2013). Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicol. cienc. prof.*, 33(4), 852-867. Recuperado em 03/11/2018, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400007>.
- Lordello, E. R. (2002). Interação social e responsabilidades em ambientes domésticos e de creche: cultura e desenvolvimento. *Estudos de Psicologia*, 7, 343-350.
- Lordello, S. R., & Oliveira, M. C. S. L. (2012). Contribuições conceituais e metodológicas do modelo bioecológico para compreensão do abuso infantil sexual intrafamiliar. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, 43(2), pp. 260-269.

- Luthar, S. S. (1999). *Poverty and children's adjustment* (Developmental Clinical Psychology and Psychiatry, Vol. 41.). London: Sage.
- Magalhães, C. M. C., Costa, L. N., & Cavalcante, L. I. C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Journal of Human Growth and Development*, 21(3), 818-831. Recuperado em 24 de setembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000300008&lng=pt&tlng=pt.
- Marques, C. C., & Czermak, R. (2008). O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 360-366. Recuperado em 10/11/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000300006>
- More, C. L. O. O., & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519-528. Recuperado em 10/11/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000300012>
- Nascimento, M. L., Lacaz, A. S., & Travassos, M. (2010). Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. *Aletheia*, (31), 16-25. Recuperado em 23 de setembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Polônia, A. C., Dessen, M. A., & Silva, N. L. P. (2005). O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen, & A. L. Costa Júnior (Orgs.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp.71-89) Porto Alegre: Artmed.
- Rizzini, I., & Pillotti, F. (2009). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Savi, A. E. (2008). *Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Siqueira, A.C. (2012). Avanços na legislação de proteção à criança e ao adolescente: superando desafios e construindo novas perspectivas no atendimento ao jovem em situação de institucionalização. In D. M. Arpini, & A. C. Siqueira (Eds.), *Psicologia, famílias e leis: desafios à realidade brasileira* (pp.19-44). Santa Maria: Editora da UFSM.
- Souza, F. H. O., & Brito, L. M. T. (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psicologia Clínica*, 27 (1), 41-57.
- Szymanski, H. (1995). Teoria e teorias de famílias. In. M. C. B. Carvalho (Org.), *A família contemporânea em debate* (pp. 23-77). São Paulo: Educ/Cortez.

- Tomas, D. N. & Vectore, C. (2012). Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. *Psico. Cien. Prof.*(32). 576-587. Recuperado em 01/12/2018, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932012000300005&script=sci_abstract&tlng=pt
- Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M., & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia*, Ribeirão Preto, 19(43), 221-229. Recuperado em 01/12/2018, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000200010>.
- Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), 441-449. Recuperado em 07/12/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200015>

4 ESTUDO II – AS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE ACOLHIMENTO INFANTIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA

RESUMO: A infância tem sido foco de política e ações do Estado. Contudo, esse foco passou a ter funcionamento regulamentado por Lei no Brasil. Com isso, as instituições de acolhimento infantil passaram a reformular sua atuação, analisando a rotina e as práticas de cuidado à luz das políticas públicas de desenvolvimento social. Este trabalho tem como objetivo discutir as práticas de cuidado nas instituições de acolhimento infantil a partir dos conceitos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano; o seu desenvolvimento partiu de uma pesquisa bibliográfica. Nos estudos pesquisados constatou-se que existem diferenças significativas entre o cuidado institucional e o ambiente familiar: individualidade ferida; dificuldades técnicas de reinserção na família de origem; baixa qualidade da estrutura física e nos cuidados com a higiene. Todavia, foi possível identificar que o ambiente institucional pode ser um local acolhedor, promotor de bem-estar social, psíquico e biológico a partir das vinculações afetivas estabelecidas com as pessoas envolvidas nesse processo. Dessa forma, o olhar bioecológico acredita em um impacto positivo ao desenvolvimento dessas crianças, desde que as variáveis supracitadas sejam superadas.

Palavras-Chave: Abrigo. Criança institucionalizada. Teoria bioecológica do desenvolvimento humano.

ABSTRACT: Childhood has been focus of State policy and actions. However, this focus began to operate regulated by Law in Brazil. With this, childcare institutions began to reformulate their activities, analyzing routine and care practices in light of public policies of social development. This study aims to discuss care practices in child care institutions, based on the concepts of Bioecological Theory of Human Development; its development started from a bibliographical research. In researched studies, it was verified that there are significant differences between institutional care and family environment: wounded individuality; technical difficulties of reintegration into the family of origin; low quality of physical structure and hygiene care. However, it was possible to identify that institutional environment can be a welcoming place, promoting social, psychic and biological well-being, based on affective bonds established with people involved in this process. Thus, bioecological view believes in positive impact on development of these children, since that aforementioned variables are overcome.

Keywords: Shelter. Institutionalized child. Bioecological theory of human development.

RESUMEN: La infancia ha sido el enfoque de políticas, acciones del Estado. Sin embargo, ese enfoque ha pasado a tener funcionamiento regulado por la Ley en Brasil. Con eso, las instituciones de acogida de niños pasaron a reformular su actuación, analizando la rutina y las prácticas de cuidado a la luz de las políticas públicas de desarrollo social. Este trabajo tiene

como objetivo discutir las prácticas de cuidado en las instituciones de acogida infantil a partir de los conceptos de la Teoría Bioecológica del Desarrollo Humano; para ello, se realizó este estudio que consiste en una investigación bibliográfica. En los estudios investigados se constató que existen diferencias significativas entre el cuidado institucional y el ambiente familiar: individualidad herida; dificultades técnicas de reinserción en la familia de origen; baja calidad de la estructura física y en el cuidado de la higiene. Sin embargo, fue posible identificar que el ambiente institucional suele ser un lugar acogedor, promotor de bienestar social, psíquico y biológico a partir de las vinculaciones afectivas establecidas con las personas involucradas en ese proceso. De esta forma, la mirada bioecológica cree en un impacto positivo en el desarrollo de estos niños desde que se superan las variables arriba citadas.

Palabras Clave: Abrigo. Niño institucionalizado. Teoría bioecológica del desarrollo Humano.

Construção de Modelos de Assistência à Infância no Brasil

Para compreendermos a infância é necessário inseri-la no campo do desenvolvimento humano. Tomamos de Bronfenbrenner (1996, p. 5) a concepção de desenvolvimento bioecológico humano a ser utilizada como guia de nosso estudo. Segundo ele, o desenvolvimento consiste em:

Mudança duradoura na maneira pela qual uma pessoa percebe e lida com o seu ambiente, (...). É o processo através do qual a pessoa desenvolve uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou restituem aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo.

Os teóricos do desenvolvimento estudam a mudança física, cognitiva e psicossocial relacionada à idade, tanto qualitativa como quantitativa, realçando os três principais domínios do desenvolvimento: o físico, o cognitivo, e o psicossocial, considerando que todos afetam simultaneamente uns aos outros.

Seguindo a premissa de que os períodos do desenvolvimento são construídos socialmente, eles variam de teórico para teórico. Assim, concordamos com Papalia, Olds & Feldman (2010) quando afirmam que o ciclo de vida está dividido em oito períodos: pré-natal, primeira infância, segunda infância, terceira infância, adolescência, início da vida adulta, vida adulta intermediária e vida adulta tardia. Em cada período, há necessidades e tarefas específicas em termos de desenvolvimento, e as influências sobre o desenvolvimento vêm tanto da hereditariedade quanto do ambiente. Variáveis que proporcionam mudança estão ligadas à maturação; as diferenças individuais tendem a aumentar com a idade. Em algumas sociedades, a condição socioeconômica afeta os processos de desenvolvimento e suas consequências por meio da qualidade do ambiente do lar e da vizinhança, da nutrição, dentre outros. São as importantes influências ambientais que se originam na cultura, na etnia e no contexto histórico, podendo ser normativas ou não normativas (Papalia et. al., 2010).

A infância “pode reforçar uma concepção de criança enquanto um vir-a-ser” (Senkevics & Carvalho, 2016, p.180). Os estudos sociológicos apontam uma infância com dois lados de uma mesma moeda: expectativas que solidificam o perceber a criança como objeto de socialização, passiva e reduzida a um local transitório no protagonismo da sociedade, e outro olhar, que revela um ser dotado de capacidades e habilidades sociais que a lançam não apenas para um futuro atuante, como também, para um presente significativamente vivido (Senkevics & Carvalho, 2016). É sobre esse olhar que desejamos dissertar sobre a infância.

Para tanto, ao fazermos um regaste dessa visão da infância e a construção do significado dessa fase do ciclo da vida, referenciamos Ariès (1981) que nos lembra: na Idade Média as crianças eram percebidas como adultos em miniatura, executando trabalhos semelhantes, vestindo-se igualmente, não sendo poupadas de vivências e condutas sexuais, passando pelos maiores perigos, até caminhar e responder por si mesmas. O autor segue

relatando que, apenas no século XVII começa um sentimento diferenciado pela criança, que passa a ser o centro das atenções da família, recebendo cuidados dos membros desta e da sociedade. Dessa maneira, percebe-se que a valorização da singularidade da infância é construída a partir do século XVI, indo até o século XIX.

Em continuidade, Bujes (2002) nos alerta que, para entendermos os conceitos de criança e infância, é preciso compreendê-los como reflexos das formas de governabilidade e de governo. Ao mesmo tempo, ele diz que se trata de um processo de construção social, contextualizado em um determinado momento da história, organizado por discursos que nem sempre são hegemônicos. Apenas na Modernidade foi estabelecido o olhar singularizado para as necessidades específicas das crianças, como também se estabeleceu o conhecimento científico direcionado para responder aos questionamentos que pudessem surgir. É nesse sentido que Bujes (2002, p. 39) justifica a intervenção do governo nos dizendo:

Portanto, é esta perspectiva adultocêntrica de representar a infância, na qual a criança é significada como um ser em falta – imaturo, débil, desprotegido, em alguns casos necessitando de correção, em outros, de proteção – que vai justificar a necessidade de intervenção e de governo da infância.

Como já dito, é na modernidade que é atribuída à infância um lugar particular e característico, não apenas na família, mas fora dela; por exemplo: na escola e nas instituições que a assistem, surgindo, assim, novas formas de intervenção e governabilidade para a criança.

Poderíamos afirmar que na Modernidade um novo sentimento de infância, novos conceitos de disciplina e dos processos de escolarização surgem de maneira intensa, de forma que poderíamos pensar que ocorre aí uma descontinuidade com relação às formas de pensar a infância e a Antiguidade (Lockmann & Mota, 2013, p.91).

Voltando para o Brasil, especificamente, para identificar e descrever o processo das

Políticas Públicas de Assistência Social à Infância, precisamos compreender o sentido de governabilidade desde o seu início até os dias atuais. Dessa forma, nos será permitido elucidar os modos subjetivos de vida dos sujeitos e, também, das populações, suas formas de organização, bem como as estratégias desenvolvidas e utilizadas para promoção, prevenção, intervenção na assistência à infância, no percurso histórico do Brasil.

O processo de criação e intervenção/atuação das políticas públicas no Brasil vem sofrendo transformação desde os seus primórdios: no séc XV, percebia-se um modelo autoritário e burocrático; mas, paulatinamente, os processos que fundamentam as modificações vão se tornando mais participativos e democráticos, haja vista a necessidade induzida pelos problemas sociais, econômicos e políticos (Câmara, 2013). Essa postura é um reflexo da evolução das políticas públicas, que busca um olhar atento na adoção de princípios de descentralização das ações, da participação social e da institucionalização de processos gerenciais integrados e dinâmicos.

Entendemos como governabilidade a “capacidade de uma estrutura de poder de implementar efetivamente planos e programas em face das demandas sociais e econômicas presentes no meio governado” (Pereira Júnior, 2008, p.521), onde os indivíduos são levados a agir e interagir de acordo com o seu contexto específico de gestão governamental. As práticas de assistências e atendimento à infância estão sob esse olhar histórico, construído ao longo do tempo, contudo, alertados pelas emergências que a modernidade aponta.

As primeiras Santas Casas surgiram por volta de séc XV, objetivando amenizar o abandono, a dor física ou moral da população brasileira. No Brasil colônia (século XVI e XVII), havia uma proposta de catequização das crianças pobres, realizada pela Companhia de Jesus, que ensinava a ler, escrever e se evangelizar. Esse método visava ensinar bons costumes aos abandonados. Com a chegada do século XVIII, a “Roda dos Expostos” foi a principal política de acolhimento ocorrida do período colonial ao período republicano,

fortalecida pela Lei da Abolição dos Escravos, especialmente a Lei do Ventre Livre (Del Priori, 2012; Rizzini, 1997).

A princípio, por volta do século XIX, no Brasil, adjetivos como caridade, misericórdia, ajuda e favor eram utilizados para justificar o início da assistência à infância. Sob ordens religiosas, igrejas e conventos abriam suas portas para um auxílio material, espiritual e moral às crianças abandonadas à própria sorte, por seus parentes. Essas ferramentas governamentais eram usadas com o intuito de propagar uma verdade específica da época. Nesse período histórico, o cristianismo agia e influenciava a vida dos sujeitos por meio da crença da salvação eterna. Com isso, dois movimentos bem distintos eram difundidos pela mesma crença de redenção, ou seja, que não há apenas o intuito de salvar a criança necessitada, mas também, de obter salvação com esse “ato de caridade” (Lockmann & Mota, 2013).

Podemos dizer que a assistência à infância funciona por meio da benemerência e da caridade ao próximo com a finalidade de salvar – neste mundo e no outro mundo – tanto a criança pobre e abandonada, que recebe a ajuda, quanto aquele que a oferece (Lockmann & Mota, 2013, p. 93).

Apenas em 1838, com a Lei nº 148, essas instituições começaram a ser denominadas de “hospitais de caridade”, ajudando no acesso à medicina, de forma filantrópica, à população brasileira. Entretanto, é importante ressaltar a ausência do Estado nas verbas financiadoras dessas “ajudas”. O Estado era totalmente ausente nos repasses dos recursos, nas responsabilidades sociais e legais a esses sujeitos (Corazza, 1998). Esta autora aponta que a educação formal também era exercida pelas Santas Casas e que destinava as crianças a mães criadoras, que ficavam com essa tutela até os sete anos de idade, quando elas eram devolvidas à instituição, visto o alto custo para o sustento destas. Nesse momento, se vislumbra a primeira relação entre educação e assistência social. Essas crianças eram preparadas para

serviços que já subclassificavam-nas na categoria de pobreza; seriam eles: empregada doméstica, sapateiro, costureira, ou seja, objeto da esfera doméstica. O que já demonstrava que estas ocupariam cargos inferiores às demais crianças.

Apenas por volta do século XX é que se observa o movimento contrário da assistência à educação associada à assistência social. A assistência social ensinava às crianças ofícios que as preparavam para o mercado, embora classificando-as hierarquicamente em profissões inferiores às das outras crianças; foram criadas as casas de correção, as escolas agrícolas, as escolas de aprendizes, a profissionalização subalterna, a inserção no mercado do trabalho pela via do emprego informal ou apenas assalariado. O acesso a programas e serviços educacionais só entra na instituição em meados de 1920. Entendia-se que os pais eram os responsáveis pela educação, e não o Estado. No caso dos “abandonados”, eram classificados como em “situação irregular”: Neste sentido, Faleiros (2005, p. 172) ilustra essa visão no recorte de texto a seguir:

Privação das condições de subsistência, de saúde e de instrução, por omissão dos pais ou responsáveis, além da situação de maus-tratos e castigos, de perigo moral, de falta de assistência legal, de desvio de conduta por desadaptação familiar ou comunitária, e de autoria de infração penal.

Um ponto curioso, é que nesse período, muitas famílias tinham filhos adotivos, denominados de filhos de criação, mesmo sem a existência da Lei da adoção. Posteriormente, cabia aos juízes decidir a colocação dessa criança ou adolescente em família substituta, adoção e/ou para punição, com o intuito de impor a ordem social dominante.

Uma questão relevante nesse processo foi quando o Ministério da Educação desvinculou-se do Ministério da Saúde, em 1953. Com isso, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação passou a compreender que estudantes pobres deveriam ser alvos da Assistência Social; portanto, cabia ao Estado oferecer recursos à família. Contudo, era algo

apenas declarado, mas pouco aplicado na realidade. A própria Lei que obrigava pais e/ou responsáveis a colocarem seus filhos na escola (Art. 30) não punia os pais pobres da obrigatoriedade escolar dos seus filhos. O que se viu foi um reforço da exclusão da maioria da população no acesso à escola. Mantinha-se, assim, a divisão de classes, a desigualdade e a política da oferta de mão-de-obra pobre e desqualificada (Faleiros, 2005).

Foi com a Constituição Federal de 1988, que se estabeleceu um novo modelo de segurança social, baseado em direitos de cidadania. Seus pilares eram regidos pela seguridade social, saúde e assistência social. Esta última, assume caráter de política pública, e em 1993 aprova-se a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que assegura como direito do cidadão e dever do Estado a seguridade social não contributiva, através de um conjunto de ações de iniciativa pública, a fim de garantir as necessidades básicas. Essa estratégia passou a ser a ferramenta de combate à pobreza, discriminação, vulnerabilidade social, econômica e política (Silva, 2013).

É nesse cenário que surgem novas modificações com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004, seguido da Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social em 2005, (atualizado em 2012), Norma Operacional Básica/Recursos Humanos – NOB/RH em 2006, e a resolução 109/2009 – Política de Assistência Social, que apresenta a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, padronizando os serviços a partir das especificidades locais/regionais em todos os municípios (Silva, 2013).

O reordenamento da Política Nacional de Assistência Social busca uma dimensão mais preventiva, protetiva e proativa, no sentido de superar modelos que visavam a em atendimentos fragmentados e centralizados. Dessa maneira, surge o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que “é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira” (MDS, 2010, p. 42).

O SUAS divide a proteção social em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média e alta complexidade). A Proteção Social Básica tem por objetivo “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2004). As ações socioassistenciais são desenvolvidas em Centros de Referências de Assistência Social – CRAS. A Proteção Social Especial é a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializados destinados a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. Ambos destinados à população que vive em situação de vulnerabilidade social, fruto da pobreza, fragilidade dos vínculos afetivos e discriminações (etárias, étnicas, deficiências, entre outras).

A assistência Social oferta serviços com o objetivo de garantir aos cidadãos seus direitos, ao buscar a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, assegurando-lhes qualidade de vida e o desenvolvimento de suas potencialidades para romper o ciclo de desigualdade social (Silva, 2013).

A construção de modelos de assistência, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e as Instituições de Acolhimento

Tomando como foco o que foi desenvolvido até aqui, é possível ver que a infância e a adolescência têm sido foco de política e ações do Estado. Somente no século XX, nos diz Faleiros (2005), houve uma série de acontecimentos que corroboraram no protagonismo desse ciclo da vida. No âmbito nacional, vimos: a criação dos Serviços de Assistência ao Menor (SAM), em 1941; da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1946; do Departamento Nacional da Criança (DNCR), dos serviços de proteção à maternidade e à infância no campo da saúde; das Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (Febem); a convenção dos

Direitos da Criança (20 de novembro de 1989), que veio estabelecer a criança como sujeito de direito e cidadã e o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, advindo da Constituição de 1988. No campo internacional, foram criadas a Organização das Nações Unidas (ONU), que enfatizou os cuidados e assistência especial para as crianças, fundando a UNICEF (1976); Pacto Social dos Direitos Civis e Políticos da ONU (1976).

Observa-se que o ECA (1990), Lei 8069/90, trouxe o protagonismo infanto-juvenil, situando seus direitos legais, promovendo a cidadania e uma discussão acerca da elaboração de novas políticas, além de uma ampla atuação da sociedade em defesa das crianças e dos adolescentes. Isso pode ser constatado através da criação de Conselhos, Promotorias, Varas da infância, Defensorias, Delegacias, SOS, Núcleos de Assistência e Atendimento.

O Ministério Público tem por destinação constitucional garantir os direitos de todos os cidadãos, protegendo as liberdades cívicas e democráticas, como salienta o art. 127, da Constituição Federal (Ministério Público, 2015). Em um estudo realizado na mesma época, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foram ressaltados pelo Ministério Público pontos de conquistas e pontos a serem trabalhados para a melhoria dos serviços oferecidos às crianças e adolescentes, no que concerne ao resguardo dos seus direitos e deveres frente à Constituição. Os pontos que ainda são reconhecidos como desafios a serem superados e melhorados, com relação às demandas sociais são: o combate à pobreza; condições de moradia e saneamento básico; o trabalho infantil; a violência e as medidas socioeducativas e suas baixas taxas de eficácia; abuso e exploração sexual; crianças sem creches e sem acesso a variáveis que a educação proporciona (cultura, lazer, esporte).

Com relação ao combate à pobreza, mesmo existindo artigos que assegurem a proteção à vida e à saúde proveniente de Políticas Públicas já desenvolvidas e em processo de aperfeiçoamento, o que se tem visto é um país composto por 206 milhões de pessoas, dentre elas, 8,2 milhões são crianças de 0 a 14 anos em estado de pobreza extrema, impossibilitando

o desenvolvimento saudável dessas. Ligado a esse fator, está a qualidade da moradia. O previsto por lei seria um local estruturado e digno, facilitador do desenvolvimento integral da criança. Contudo, o constatado por esse estudo é que 3,2 milhões de domicílios são localizados em favelas, com mais de 11 milhões de pessoas sem condições mínimas de sobrevivência quanto a serviços básicos. No que diz respeito ao saneamento básico, um número significativo dos domicílios não têm acesso à rede de água (17,15%) e de esgoto sanitário (32,94%) (Ministério Público, 2015).

Além do exposto acima, outro dado alarmante são crianças e adolescentes em situação de rua. Se entendermos que uma moradia de qualidade favorece um desenvolvimento salutar, como podemos oferecer essa estrutura quando todos os direitos assegurados (saúde, alimentação, educação, higiene, segurança, proteção à vida) são violados? Vinculado a essa realidade está o trabalho infantil. Até 2013, mais de 3 milhões de crianças e adolescentes, de 5 a 7 anos, trabalhavam no nosso país (IBGE, 2010). O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil já alerta para o não cumprimento da meta de erradicação do trabalho infantil proposto para o ano de 2020.

A violência, juntamente com os homicídios, é outra variável que cresce e assusta, como podemos ver através dos registros de 2012, onde ocorreram 56 mil mortes no Brasil, entre pessoas de 0 a 19 anos (Waiselfsz, 2016). Arelada a essa informação está o levantamento de medidas socioeducativas oferecido pela Secretaria de Direitos Humanos. Mesmo possuindo um objetivo válido e pertinente, o que vemos são superlotações, condições insalubres, excesso de poder, o que inviabiliza a efetivação da Lei criada como uma nova oportunidade para uma recuperação de jovens em conflitos com a justiça (Ministério Público, 2015).

Um indicador bastante discutido e ainda com muito a ser trabalhado é o abuso e a exploração sexual. A pesquisa realizada pelo Ministério Público (2015) registrou um

quantitativo de 25,71% do total das denúncias, que não representa a realidade, já que sabemos que muitos casos são omitidos por falta da conscientização e apoio da população. Os órgãos que poderiam contribuir para o combate desses indicadores são: os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que têm o intuito de elaborar e deliberar Políticas Públicas para essa população alvo; contudo, cerca de 6% dos municípios ainda não o possuem efetivamente; e os Conselhos Tutelares, que têm como missão providenciar ações no combate à violação dos direitos infanto-juvenis. Segundo o estudo supracitado, os dados apresentados indicam que 44 municípios no Brasil não criaram seus Conselhos e os que existem, muitas vezes, não desempenham suas funções (Ministério Público, 2015).

Outra questão a ser repensada, que impede a entrada das mulheres no mercado de trabalho e dificulta um acesso de qualidade à educação, são os entraves para a entrada às creches. Apenas $\frac{1}{4}$ das crianças de 0 a 3 anos estão na creche, o que representa um quantitativo limitador para as famílias. Outro problema é a alta distorção entre idade e série, que, além de revelar uma educação deficitária, demonstra que o abandono escolar tem sido a escolha de muitos alunos e famílias, aumentando a incidência do trabalho infantil. Consequentemente, crianças e jovens sem acesso à educação são privados de cultura e lazer. As atividades lúdicas e esportivas não são disponibilizadas - na maioria dos municípios - nas proporções desejadas em relação ao número de crianças e jovens existentes (Ministério Público, 2015).

Após apontar os aspectos que devem ser revisitados e aperfeiçoados, é necessário indicar as conquistas alcançadas nesses 25 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, visto que esse estatuto avançou no sentido de garantir os direitos humanos, protegendo essa faixa etária e conscientizando a sociedade da importância de um olhar mais ampliado e aprofundado para as políticas públicas e os serviços que os envolvem.

Observou-se que, com a criação do Plano Nacional de Educação, houve melhorias dos

serviços de educação, tais como: redução das taxas de analfabetismo, universalização do Ensino Fundamental, da Pré-escola, do respeito à Cultura da criança na escola. Esse plano traça metas que devem ser atingidas até 2024 e que vêm sendo construídas paulatinamente (Ronca & Alves, 2015). Reforçando esse caminho, criou-se a Lei da Aprendizagem, a qual determina que empresas de médio e grande porte devam ter, em seu quadro de contratados, um número de aprendizes equivalente a 5%, devendo esses aprendizes estar devidamente matriculados e frequentando instituições de ensino técnico profissional (Ministério Público, 2015).

Outra Lei importante foi a do “Menino Bernardo”, que proíbe castigos físicos ou tratamentos cruéis na educação de crianças e adolescentes. Os pais ou responsáveis que descumprirem a lei deverão ser encaminhados ao programa oficial de proteção à família e a cursos de orientação, como também, a tratamentos psicológicos e/ou psiquiátricos, se necessário (Ministério Público, 2015).

Somado a esses fatores estão o combate à redução do trabalho infantil, a criação de novos Conselhos Tutelares, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implementação de medidas Socioeducativas a partir do ECA. Todas essas instâncias estão sendo desenvolvidas, objetivando uma atuação mais presente e eficaz. Trata-se de um movimento que ressalta o empenho em transformar a proteção da criança e do adolescente em algo constante e real no nosso país. Nesse sentido, a exploração sexual infanto-juvenil pretende ser reduzida com a categorização desses atos como crime hediondo, em 2014. Ficou caracterizada como pena inafiançável, com duração prevista de 10 anos de detenção (Ministério Público, 2015).

Existem variáveis que devem ser ressaltadas como significativas nesse processo de conquistas; são elas: a redução da taxa de mortalidade materna e também infantil, no que diz

respeito aos nascimentos e aos primeiros anos de vida; redução da desnutrição infantil; o acesso aos testes da linguinha, pezinho, orelhinha, coraçãozinho, objetivando detectar, precocemente, diagnósticos de anomalias nessas áreas; incentivo ao aleitamento materno, ao pré-natal e perinatal assistido; e, por fim, atendimento especializado a crianças e aos adolescentes com deficiências (Ministério Público, 2015).

O perfil da criança e do adolescente em situação de abrigo hoje

No Censo 2010, disponibilizado pelo IBGE, os dados revelam que no Estado de Pernambuco existe uma população de 820.278 crianças, de 0 a 5 anos. É sabido que as crianças são sujeitos de direitos, e elas estão resguardadas pela Constituição Federal: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária. Entretanto, algumas crianças são afetadas por situações adversas, tais como: violência familiar, pobreza extrema, maus tratos, orfandade, abandono, negligências, entre outros. Nesses casos, as crianças podem ser levadas à institucionalização.

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no artigo 101, parágrafo único, quando verificada qualquer das hipóteses previstas no art.98, a autoridade competente pode determinar, dentre diversas medidas, o acolhimento institucional (Redação utilizada pela Lei 12.010, de 2009). Cavalcante (2008) afirma que, em todas as sociedades, nas mais diferentes épocas, sempre houve a necessidade de se criar maneiras para cuidar das crianças que, por razões diversas, são afastadas dos seus pais biológicos e familiares.

O acolhimento institucional é entendido pelo ECA (Fonseca, 2013) como uma medida protetiva. As medidas protetivas são realizadas por instituições que atendem crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido violados, e que, por isso, e pela especificidade do caso precisem ser afastados da convivência das suas famílias (IPEA, 2004; Fonseca, 2013).

Dessa forma, os espaços institucionais servem de moradia alternativa até o retorno à família de origem ou ida para uma família substituta.

Cavalcante (2008) nos diz que o abrigo² pode ser conceituado como asilo, albergue, refúgio, moradia, ninho ou acolhida. Todavia, independentemente das inúmeras variações de significados que essa palavra possibilita, o nosso interesse aqui recai sobre o olhar atento para as possíveis influências/interferências *para e no* desenvolvimento humano em ambiente coletivo de cuidado infantil, aqui denominado de acolhimento institucional.

Assim, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento institucional é uma ferramenta de prevenção, assegurando à criança e ao adolescente um possível retorno à convivência familiar e comunitária, como previsto em seu art. 100, § 1º: “o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (Fonseca, 2013). A inserção de crianças e adolescentes em ambiente institucional é uma estratégia utilizada, apenas, quando há, efetivamente, riscos à integridade física, psíquica, sexual e social do indivíduo. Esses espaços de acolhimento institucional são formados por cuidadores/funcionários que visam assistir as crianças separadas das suas famílias de origem.

No estudo de Wolff e Fesseha (1999), o acolhimento e o cuidado institucional são vistos como uma realidade muito presente nos países de Terceiro Mundo, apresentando-se como reflexo de uma situação socioeconômica desses países. Os autores ressaltam que há diferenças entre o cuidado institucional e o ambiente familiar, as quais necessitam ser investigadas de forma mais contextualizada, principalmente, quanto aos impactos no desenvolvimento infantil. Para os autores acima citados, o contexto de acolhimento institucional fere a individualidade das crianças e adolescentes, afetando o seu

² Mantivemos a palavra “Abrigo” por se tratar de um texto que antecede as reformulações do ECA (Fonseca, 2013).

desenvolvimento, quando esses são submetidos a regras gerais circunscrevendo um repertório comportamental pouco variado para o enfrentamento das circunstâncias do cotidiano. Eles ainda sugerem que as repercussões emergem na vida adulta, quando esses sujeitos tenderiam a ter poucas habilidades sociais, dependência afetiva, dificuldades para resolução de problemas, incapacidade de expressar sentimentos, entre outros aspectos.

Acreditando que o cuidado infantil nas instituições pode interferir no desenvolvimento geral da criança, Cavalcante (2008, p. 4) afirma que “nos primeiros anos de vida, as sequelas físicas, cognitivas, afetivas e sociais podem ser ainda mais graves, posto que a criança é afastada do seu ambiente natural e passa a conviver de maneira intensa com pessoas e situações estranhas”. Segundo a autora citada, as interações e relações familiares estabelecidas inicialmente, podem constituir uma base segura e estável para a construção de um desenvolvimento salutar a essas crianças, que poderiam ter seus vínculos afetivos e sociais fortalecidos através da sua família de origem, ou seja, a família possibilita um apoio que nem sempre acontece nas instituições de acolhimento infantil.

As histórias singulares de cada criança e os motivos que a levam a ser colocada em situação de acolhimento institucional emergem de um contexto mais abrangente, retrato da realidade de famílias marcadas por vidas precárias e, muitas vezes, por infortúnios que se reprisam por gerações seguidas (Sousa & Paravidini, 2011). Nesse caso, quando a entrada dessas crianças na instituição de acolhimento se faz necessária, surge a interferência de variáveis que podem ser negativas ou de risco para o desenvolvimento infantil, tais como: o número limitado de atividades oferecidas a elas e a padronização do atendimento, uma vez que, geralmente, há uma quantidade extensa de crianças com um único cuidador responsável por seu zelo (Carvalho, 2002; Pesce, Assis, Santos & Oliveira, 2004).

Azor e Vettore (2008) nos chamam a atenção para o fato de como ocorre o processo de institucionalização, afirmando que essa ação se caracteriza como a de um somatório de

muitas variáveis que são analisadas:

O pertencimento das famílias aos estratos mais inferiores da sociedade, fatores de adoecimento psíquico – alcoolismo e drogas – que, em algum momento da trajetória das famílias, se inter-relacionam e desestruturam a frágil organização familiar, culminando com uma medida extrema, representada pelo afastamento do membro mais suscetível, ou seja, a criança pequena (Azor & Vectore, 2008, p. 9).

A vulnerabilidade social advinda de uma pobreza extrema, mesmo não sendo a causa para o acolhimento é uma realidade; deixa crianças e adolescentes susceptíveis ao adoecimento psíquico, como também, a fatores de riscos (drogas lícitas e ilícitas, violência, entre outros). Nesse cenário, o mais seguro é o afastamento familiar, levando ao acolhimento institucional desse membro. Estudos realizados pelos autores citados elencam as principais preocupações com as crianças acolhidas: o reencontrar/reinseri-la na sua família de origem; ou encontrar um novo lar que a adote, visando restabelecer uma filiação e, com isso, um sentimento de pertencimento familiar que promova segurança e afeto.

Não apenas esses aspectos levantados por Azor e Vectore (2008) tornam-se importantes para a discussão sobre o acolhimento institucional; mas também, olhar para o ambiente da instituição enquanto local de inserção imediata, onde as crianças viverão períodos curtos ou longos de suas vidas. Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007a) assinalam que pesquisadores da psicologia do desenvolvimento vêm investindo inúmeros esforços ao discutir a instituição de acolhimento como local de desenvolvimento humano. Para esses pesquisadores, “o contexto onde a criança cresce e se desenvolve não se limita a um ambiente único e imediato, mas inclui interconexões entre diferentes ambientes” (p. 337). Nesse sentido, os autores citados afirmam a necessidade de observar, simultaneamente, três aspectos relevantes sobre a instituição de acolhimento. O primeiro deles diz respeito a um ambiente físico e social, ou seja, os espaços, rotinas e equipamentos que compõem o ambiente

institucional. O segundo, refere-se às crenças e valores da equipe de profissionais que trabalham nesse local, acerca do acolhimento. Por fim, as práticas cotidianas que refletem e interferem nas atitudes e padrões de comportamento presentes na equipe técnica.

Como já explicitado no início deste capítulo, a teoria bioecológica do desenvolvimento considera ambiente, qualquer contexto, composto por eventos ou condições que possibilitem a influência sofrida ou oferecida pela pessoa em desenvolvimento. Apresenta-se classificado em subsistemas socialmente organizados, que ajudam a auxiliar e orientar o ser em crescimento (Bronfenbrenner, 1993). A importância desses contextos na vida do ser em desenvolvimento é objeto enfatizado pela teoria. O ambiente ecológico pode ser comparado a matrioscas – bonecas russas, que se encaixam umas dentro das outras, na ordem da maior (exterior) até a menor – e que se movem do nível mais interno para as superfícies externas (amplas). Ressaltamos que esses contextos, considerados subsistemas, envolvem a pessoa em desenvolvimento. A visão que Bronfenbrenner defende sobre o ambiente é a de que este influencia os indivíduos e também é influenciado por eles, não podendo nenhum evento ser compreendido isoladamente, posto que o ser biológico está em comunicação direta com o psicológico e o social.



Figura 1. Matrioscas abertas



Figura 2. Conjunto de Matrioscas³

Brandão e Williams (2009), em estudo realizado com o objetivo de investigar as

³ Fonte: imagem fotográfica disponível no Google.

estratégias utilizadas por profissionais para avaliar a qualidade do ambiente institucional, identificaram que, para os sujeitos entrevistados, os indicadores de qualidade dizem respeito à estrutura física, às questões de higiene e ao cronograma de atividades. Em outro estudo sobre o tema, Vectore e Carvalho (2008) apontam que a rotina institucional e pessoal, e o segmento de normas propiciam cuidados significativos para o desenvolvimento infantil. Os referidos autores consideram esses fatores como indicadores de qualidade de cuidado. Ainda nessa direção, Cavalcante e colaboradores (2007b) assinalam que se deve dar maior atenção à exposição de um padrão de cuidado às crianças institucionalizadas, uma vez que esse tipo de ambiente pode comprometer o desenvolvimento infantil. Os autores consideram que, as crianças encontram-se sujeitas a um ambiente impessoal, inclusive no que diz respeito às práticas de cuidado. Partindo desse ponto de vista, os pesquisadores assinalam a “propagação de doenças infectocontagiosas, déficits cognitivos, estados depressivos e distúrbios diversos” (p.32) que podem afetar o desenvolvimento.

Não obstante os prejuízos elencados pelos autores acima citados, do nosso ponto de vista, acreditamos que a situação de acolhimento institucional pode ser promotora do bem-estar social, psíquico e biológico a partir das vinculações afetivas estabelecidas com os educadores e os cuidadores. O acolhimento institucional e o ato de ser cuidado diariamente, sob o auxílio do Estado, através de profissionais capacitados, tais como: pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, cuidadores e educadores, pode favorecer a construção de vínculos afetivos, através da convivência diária. Esse contato efetivo, além de possibilitar às crianças institucionalizadas um sentido de existência, permite laços e relações significativas com as pessoas envolvidas nesse processo. Essa ação afetiva, através do ato de acolher, pode contribuir para uma convivência salutar, como aponta o estudo de Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004), ao indicarem que a instituição é também vista como um fator de proteção.

Comungando com essa perspectiva, autores como Carvalho (2002) e Lordelo (2002)

defendem que a instituição de acolhimento pode ser considerada um espaço de desenvolvimento humano. Eles consideram que as instituições oferecem a vivência de experiências capazes de estimular as habilidades e competências das crianças para o enfrentamento das variadas situações do cotidiano, não só dentro, como fora da instituição.

Considerações finais

A infância tem sido foco de políticas e ações do Estado. Ao longo dos anos, vem-se construindo Modelos de Assistência à Infância no Brasil. Essas políticas de acolhimento infantil visam retirar as crianças de uma situação de vulnerabilidade, proporcionando-lhe a oportunidade de um desenvolvimento salutar.

Em nosso estudo, vimos que o desenvolvimento é um conjunto de períodos que são construídos socialmente, e estes são vistos de formas diversas, variando de teórico para teórico (Ariès, 1981; Bujes, 2002; Papalia et. al., 2010). Ressaltamos que, diferentes variáveis podem interferir nos processos de desenvolvimento, como, por exemplo, a condição socioeconômica, a qualidade do ambiente, a nutrição, a convivência comunitária. Essas influências se originam nos contextos onde as crianças estão inseridas e são originadas de uma cultura, etnia ou contexto histórico, podendo ser normativas ou não normativas.

Quanto aos Modelos de Assistência à Infância, no Brasil, passaram a ter o seu funcionamento regulamentado por Lei a partir do ECA. As instituições de acolhimento infantil reformularam sua atuação, analisando a rotina e as práticas de cuidado à luz das políticas públicas de desenvolvimento social. O objetivo era acolher uma infância vulnerável socialmente, proporcionando-lhe protagonismo, sem esquecer o seu passado difícil, mas, percebendo suas capacidades para viver um presente transformador, capaz de ressignificar suas dores e, assim, alcançar o futuro com autonomia.

Nesse sentido, é a governabilidade que traz um processo de construção social, contextualizado em um determinado momento da história, organizado por discursos que nem sempre são hegemônicos, mas que têm um olhar singularizado para as necessidades específicas das crianças, e um conhecimento científico direcionado para responder aos questionamentos que possam surgir. Essa postura é vista nas ações de descentralização, na participação social e na institucionalização de processos gerenciais integrados e dinâmicos.

Assim, diversas leis foram implementadas, garantindo direitos e promovendo cidadania, a partir do ECA; haja vista a criação de Conselhos, promotorias, Varas da infância, defensorias, delegacias, SOS, núcleos de assistência e atendimento. Todavia, ainda há pontos frágeis a serem enfrentados, como: o combate à pobreza, as condições de moradia e saneamento básico, o trabalho infantil, a violência e suas diversas faces, o acesso à educação e cultura, a entrada da mulher no mercado de trabalho, entre outros.

O acolhimento institucional surge como possibilidade de cuidado e também ferramenta a ser utilizada quando a garantia dos direitos é violada. Contudo, alguns estudos apontam as diferenças entre o cuidado institucional e o cuidado fruto do ambiente familiar. Seriam várias negativas das práticas de cuidado institucionais o repertório comportamental e de atividades pouco variado, reflexo de uma padronização do atendimento; uma individualidade ferida; dificuldades técnicas de promover a reinserção na família de origem; baixa qualidade na estrutura física e nos cuidados com a higiene. Todas essas variáveis podem interferir no desenvolvimento das crianças acolhidas.

Como contraponto, foi possível identificar, nas pesquisas estudadas, que o ambiente institucional pode ser um local acolhedor, promotor de bem-estar social, psíquico e biológico a partir das vinculações afetivas estabelecidas com os técnicos e os cuidadores. Entendemos que todos os profissionais exercem, de alguma forma, a função de educar as crianças. Entretanto, denominamos técnicos os profissionais de nível superior, e cuidadores, os

profissionais que não precisam ter formação acadêmica, mas disponibilidade para executar a rotina diária tais como dar banho, alimentar, levar à escola, entre outros. A construção de uma vinculação afetiva favorece às crianças institucionalizadas um sentido de existência, permitindo a criação de laços e relações afetivas com as pessoas envolvidas nesse processo.

Ao discutir as práticas de cuidado nas instituições de acolhimento infantil, a partir dos conceitos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, vimos que esta teoria considera ambiente, qualquer contexto, composto por eventos ou condições que possibilitem a influência sofrida ou oferecida pela pessoa em desenvolvimento. Dessa forma, é preciso compreender que, no acolhimento institucional, a criança e os técnicos/cuidadores ao conviverem, interagem entre si, construindo relações que são estabelecidas não apenas no ambiente imediato (microssistema), mas, que sofrem, também, influências de ambientes externos (messosistema, exossistema e macrosistema), do tempo de interação e acolhimento (cronossistema); é identificar a possibilidade real de um impacto positivo no desenvolvimento dessas crianças. Desde que as variáveis, apontadas anteriormente, que oferecem riscos e que podem interferir negativamente, sejam superadas e eliminadas.

Referências

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. (2ª Ed). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Azor, A. M. G., & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: Conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 77-89.
- Brandão, A. S., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 334-352. Recuperado em 11/11/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300003>
- Brasil (2004). Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília.

- Brasil (2013). *Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1090*. Rio de Janeiro: Imprensa oficial.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (1993). The ecology of cognitive development: Research models and fugitive findings. In R. Wozniak & K. Fischer (Eds.), *Development in context: Acting and thinking in specific environments* (pp. 3-44). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bujes, M. I. E. (2002). *Infância e maquinarias*. (1ª Ed). Rio de Janeiro: DP&A.
- Câmara, J. B. D. (2013). Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), 125-146. Recuperado em 14/02/2017, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000200008>
- Carvalho, A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In: E. Lordelo, A. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo
- Cavalcante, L. I. (2008). *Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituições de abrigo*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Pará, Belém do Pará.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007b). Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre diferentes concepções e suas interfaces. *Mal estar e Subjetividade*. (2). 329-352. Recuperado em 24/03/2018, de: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_abrigos/cavalcante_abrigo_para_crianças_de_0_a_6_anos.pdf
- Cavalcante, L.I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007a). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*. (25) 20-34. Recuperado em 14/07/2018, de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n25/n25a03.pdf>.
- Conselho Nacional do Ministério Público. (2013). *Relatório da Infância de Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.
- Corazza, S. (1998, jan./jun.). A Roda do Infantil. *Revista Educação & Realidade*. 23(1), 87-141.
- Del Priori, M. (2012). A criança negra no Brasil. In. A. M. Jacó-Villela, L. Sato (Orgs.) *Diálogos em psicologia social* (pp. 232- 253). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Faleiros, V. P. (2005, agosto) Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. *Políticas Sociais - Acompanhamento E Análise*, 11. Recuperado em 25/09/2018, de: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/bps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf

- Franco, E. C., Lopes, A. C., & Lopes-Herrera, S. A. (2014). Linguagem receptiva e expressiva de crianças institucionalizadas. *Rev. CEFAC.*, (16), 1837-1841. Recuperado em 05/10/2018, de: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v16n6/1982-0216-rcefac-16-06-01837.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). *Estatísticas da população por estado 2010*. Recuperado em 03 de julho de 2018, de: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pe&tema=resultgeramostra_censo2010_
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2004). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC*. Brasília. Recuperado em 12 de outubro de 2015, de: <http://www.ipea.gov.br/portal/>.
- Lockmann, K., Mota, M. R. A. (2013, jan./jun.). Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica. *Revista Linhas*, 14(26), 76-111.
- Lordello, E. R. (2002). Interação social e responsabilidades em ambientes domésticos e de creche: cultura e desenvolvimento. *Estudos de Psicologia*, 7, 343-350.
- Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). (2010). *Capacitação para controle social nos municípios: assistência social e Programa Bolsa Família*. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Ministério Público (2015) *Um retrato: dados de 2014* (vol. 4). – Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2010). *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: AMGH.
- Pereira Júnior, A. A. (2008). Legitimidade e governabilidade na regulação do sistema financeiro. *Revista Direito GV*, 4(2), 517-538. Recuperado em 03/04/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322008000200008>
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N., & Oliveira, R. V. C. (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 135-143.
- Rizzini, I. (1997). *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás – BR; Ministério da Cultura; USU Ed. Universitária.
- Ronca, A. C. C., Alves, L. R. (2015). *O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: educar para a equidade*. São Paulo: Fundação Santillana.
- Senkevics, A. S, & Carvalho, M. P. (2016). O que você quer ser quando crescer?. Escolarização e gênero entre crianças de camadas populares urbanas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 97(245), 179-194. Recuperado em 25/08/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/380613879>
- Silva, A. P. T. (2013). Proteção social no Brasil: impactos sobre a pobreza, desigualdade e crescimento. Anais do *III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*. Recuperado em 15 de janeiro de 2019, de: http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simpósio/PROTE%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20NO%20BRASIL_%20IMPACTOS%20SOBRE%20

A%20POBREZA,%20DESIGUALDADE%20E%20CRESCIMENTO.pdf

- Sousa, K. K., & Paravidini, J. L. L. (2011). Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. *Psicologia: ciência e profissão*, 3(31), 536-553. Recuperado em 23 de outubro de 2014 de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000300008.
- Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), 441-449. Recuperado em 29/08/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200015>
- Waiselfsz, J. J. (2016). *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Flacso Brasil. Recuperado em 27/07/2018, de: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf
- Wolff, P. H., Fessecha, G. (1999). The orphans of eritrea: a five-year follow-up study. *Journal Child Psychology and Psychiatry*, 40, 1231-1237.

5 ESTUDO III. INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO INFANTIL SOB A ÓTICA DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

RESUMO: A partir de uma pesquisa bibliográfica, este estudo teve como objetivo trabalhar os diversos fatores/variáveis a serem analisados em estudos com crianças institucionalizadas, e os impactos causados pelos distintos contextos naturais em que as crianças em foco estão inseridas, identificando a pessoa em desenvolvimento, com seu repertório individual de características biológicas, sociais, cognitivas e comportamentais; os contextos; o processo; e o tempo que administra as mudanças ao longo do ciclo da vida. Observou-se que um maior número de crianças atendidas no estado de Pernambuco encontra-se na região metropolitana, não tendo sido encontrado estudos científicos que investiguem as práticas de cuidado nesse estado. Contudo, a literatura especializada sinaliza a importância de se investigar as características de acolhimento infantil no Brasil, visando proporcionar projetos e programas que promovam o desenvolvimento salutar dessas crianças, minimizando os riscos da institucionalização.

Palavras-Chave: Criança institucionalizada. Teoria bioecológica do desenvolvimento humano. Acolhimento institucional.

ABSTRACT: Based on a bibliographical research, this study aimed to work various factors/variables to be analyzed in studies with institutionalized children and impacts caused by different natural contexts in which the children, in focus, are inserted, identifying the developing person, with his/her individual repertoire of biological, social, cognitive and behavioral characteristics; contexts; process; and the time that manages changes throughout life cycle. It was observed that a greater number of children attended in pernambuco state is in metropolitan region, and no scientific studies have been found that investigate care practices in this state. However, specialized literature points out the importance of investigating characteristics of childcare in Brazil, aiming to provide projects and programs that promote healthy development of these children, minimizing institutionalization risks.

Keywords: Institutionalized child. Bioecological theory of human development. Institutional shelter.

RESUMEN: A partir de una investigación bibliográfica, este estudio tuvo como objetivo trabajar los diversos factores/variables a ser analizadas en estudios con niños institucionalizados y los impactos causados por los distintos contextos naturales en que los niños están insertadas, identificando a la persona en desarrollo, con su repertorio individual de características biológicas, sociales, cognitivas y comportamentales; los contextos; el proceso; y el tiempo que administra los cambios a lo largo del ciclo de la vida. Se observó que el mayor número de niños atendidos en el Estado de Pernambuco se encuentra en la región metropolitana, no habiéndose encontrado otros trabajos científicos que investigan las prácticas de cuidado en ese Estado. Sin embargo, la literatura especializada apunta la

importancia de investigar las características de acogida infantil en Brasil, buscando proporcionar proyectos y programas que promuevan el desarrollo saludable de esos niños, minimizando los riesgos de la institucionalización.

Palabras clave: Niño institucionalizado. Teoría bioecológica del desarrollo humano. Acogida institucional.

A leitura de textos dos autores Bronfenbrenner (1979; 1996), Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009; 2007), Szelbracikowski, Corcete & Nascimento (2016), Jager & Dias (2014), Diniz & Koller (2010), Portes, Vieira, Crepaldi, More, & Motta (2013), Prati, Couto, Moura, Polleto & Koller (2008) serviram-nos como ponto de partida para nossa contextualização teórica. Esses autores nos levam aos seguintes questionamentos: os cuidadores possibilitam, através de suas práticas de cuidado, um ambiente estimulador ao desenvolvimento bioecológico saudável para crianças em situação de abrigo institucional? De que forma os serviços prestados impactam as crianças acolhidas? Quais são as práticas de cuidado adotadas nos diversos contextos do ambiente de acolhimento infantil, no Recife e/ou Região Metropolitana?

Nesse debruçar-se sobre os estudos desenvolvidos a partir desse tema, percebemos um grande número de críticas relativas à institucionalização de crianças, tendo como foco as práticas de cuidado despersonalizadas para com estas, e que permanecem privadas da convivência familiar e comunitária. Diante desse contexto, interessa-nos compreender o desenvolvimento infantil em circunstância de abrigo, tomando como base, os pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Desenvolvimento Humano

Na tentativa de responder as questões levantadas acima, retomaremos a concepção de

desenvolvimento humano apresentada por Bronfenbrenner. Com relação ao desenvolvimento, Bronfenbrenner (1996) o descreve como um processo contínuo e temporal; que não se restringe a um espaço físico, e sim, a diversos contextos que se comunicam e podem ser diversificados. Os sujeitos em desenvolvimento são constituídos por características singulares de percepção e ação social, que adaptam suas funções e papéis, modificando-se de acordo com as interações sociais e vinculações afetivas que vão se estabelecendo em díades, tríades, ou em grupos maiores.

As características desse modelo consistem em uma visão integrada do ser humano, observando uma interdependência entre os organismos vivos e seu ambiente, buscando realçar a dimensão temporal. Essa perspectiva rompeu as barreiras nas ciências sociais ao mostrar como os sistemas interagem de maneira complexa e dinâmica, além de compreender que a pessoa em desenvolvimento também pode retroalimentar esses sistemas e gerar mudanças neles. Na perspectiva Bioecológica, são valorizados os aspectos objetivos e subjetivos, visando compreender que ambos são imprescindíveis para que ocorram as interações/processos proximais, e assim, o desenvolvimento humano. São forças que operam em um campo fenomenológico onde a experiência enfoca os sentimentos e todos os fatores que o circundam: crenças pessoais, esperanças, dúvidas, amor, ódio, dentre outros, que acontecem no decorrer das fases do ciclo da vida e que podem estar relacionados consigo mesmo e com os outros: familiares, amigos, sociedade. Em contrapartida, está o campo experimental, frequentemente associado ao desenvolvimento cognitivo e às mudanças do ambiente percebidas em fases sucessivas do curso da vida, até o envelhecimento.

Cada organismo humano traz consigo características biopsicológicas ativas que ficarão em contato com pessoas, objetos e ambientes externos, em um processo de evolução por todo o tempo. Essas interações com o ambiente imediato, chamadas de processos proximais, promovem o desenvolvimento.

Dessa forma, os processos de desenvolvimento humano ocorrem a partir da mudança e da estabilidade. A mudança é percebida de duas formas: a primeira delas é a quantitativa, quando acontecem, por exemplo, aquisições do vocabulário, ganho de peso e altura; e a segunda delas é a qualitativa, marcada por alterações na organização ou na estrutura; a aprendizagem de uma habilidade é um exemplo da mudança qualitativa. Essas modificações tendem a se estabilizar no decorrer dos ciclos da vida; entretanto, enquanto estão acontecendo, afetam vários aspectos/domínios do ser humano, como: o desenvolvimento físico, o crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais, as habilidades motoras e a saúde; o desenvolvimento cognitivo, a aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade; e o desenvolvimento psicossocial, emoções, personalidade e relacionamentos sociais. Dessa forma, é visto como um processo que se dá de forma unificada (Papalia, Olds & Feldman, 2010).

Ambiente Ecológico

Bronfenbrenner criou o modelo *Pessoa-Processo-Contexto-Tempo- PPCT*. Segundo sua própria descrição (Bronfenbrenner 1977, citado por Bronfenbrenner, 2011, p. 24) o modelo tem quatro componentes interligados:

- (a) o processo de desenvolvimento, envolvendo a fusão e a dinâmica de relação entre os indivíduos e o contexto;
- (b) a pessoa, com seu repertório individual de características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais;
- (c) o contexto do desenvolvimento humano, definido como níveis ou sistemas entrelaçados da ecologia do desenvolvimento humano; e
- (d) o tempo, conceituado como envolvendo as dimensões múltiplas da temporalidade, constituindo o cronossistema que modera as mudanças ao longo do ciclo de vida.

Entende-se por processos proximais as “formas particulares de interação entre organismos e ambiente que operam ao longo do tempo” (Narvaz & Koller, 2004, p. 54), sendo caracterizadas a partir de cinco aspectos: só ocorrerá o desenvolvimento se houver o engajamento da pessoa em alguma atividade; a interação na atividade exige uma regularidade e uma reciprocidade por meio de períodos prolongados de tempo; as atividades devem ser progressivamente mais complexas; os objetos e símbolos existentes no ambiente devem estimular a atenção, a exploração, a manipulação e a imaginação da pessoa em desenvolvimento.

Ao contextualizar com a realidade das crianças institucionalizadas, para que os processos proximais ocorram, será necessário que as crianças participem das atividades propostas pela instituição, dedicando-se e motivando-se para sua execução, por um período de tempo esclarecido e determinado anteriormente; cabe à instituição elaborar essas atividades com graus de aprofundamento, levando a uma maior capacitação não apenas para a análise crítica, mas também, gerando interações promotoras de desenvolvimento, contidas em um ambiente com materiais e estruturas capazes de estimular e favorecerem sentimentos de pertencimento e engajamento nas crianças. Dessa forma, gera desenvolvimento humano a partir de padrões duradouros de interação.

O modelo Bioecológico ressalta três características relevantes, ao se observar o componente “Pessoa”, sendo elas: disposições, recursos e demanda. As disposições são os elementos que podem colocar os processos proximais em movimento e continuar sustentando sua funcionabilidade, oferecendo mais probabilidade para influenciar o desenvolvimento futuro. A segunda característica diz respeito aos recursos bioecológicos da pessoa em desenvolvimento, como: habilidades, experiência e conhecimento, para que os processos proximais sejam eficazes em distintas etapas do desenvolvimento. E, por fim, a demanda sugere ou desestimula ações e reações do contexto social que pode favorecer ou inibir a

efetivação dos processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Ao tratar do contexto de desenvolvimento, o modelo teórico faz referência ao ambiente global em que o indivíduo está inserido (Bronfenbrenner 1977, 1989, 1996), já que é nesse ambiente que se desenvolvem os processos de interação que geram o crescimento, de forma contextualizada e em ambientes naturais. Não se limita apenas a um ambiente imediato e único, e é entendido como um conjunto de estruturas “que lembra um jogo de bonecas russas encaixadas uma dentro da outra; interferem mutuamente entre si e afetam conjuntamente o desenvolvimento da pessoa” (Martins & Szymanski, 2004, p.67). Assim, Bronfenbrenner (1996, p. 18) diz que o ambiente é “concebido topologicamente como uma organização de estruturas concêntricas, cada uma contida na seguinte”.

Bronfenbrenner (1996) define o ambiente a partir de quatro níveis ambientais, que estão interconectados entre si, e interferem no desenvolvimento infantil: o *microsistema*, o local em que acontecem os processos proximais, a partir da presença de pessoas próximas; aqui poderíamos utilizar como exemplo o local imediato onde as crianças estão inseridas e estabelecem suas relações mais próximas, por exemplo, com os educadores e cuidadores, crianças e seus pares; o *mesossistema* constitui-se em um conjunto de microsistemas que o indivíduo convive e as suas inter-relações que foram instituídas. Podemos exemplificar, através da ligação entre dois ou mais microsistemas, como as relações entre as crianças e a sua família de origem, as crianças e a comunidade, as crianças e a vizinhança, as crianças e a igreja, as crianças e a escola; já o *exossistema* consiste em ambientes que a pessoa não participa ativamente, entretanto, influencia indiretamente o seu desenvolvimento, como por exemplo, os processos pré e pós institucionalização da criança em acolhimento: juizado, conselho tutelar, delegacias, promotoria, meios de comunicação, condições de trabalho dos pais ou responsáveis, relações familiares dos educadores, entre outros; e, por fim, o *macrossistema* constituído pelo conjunto de ideologias, valores e crenças, religiões, formas de

governo, além de diversos fatores, que influenciam o desenvolvimento do sujeito.

Ainda na perspectiva do autor supracitado, é importante no microsistema, a maneira como o sujeito vivencia a experiência no ambiente e as características deste, com interações permeadas pelas variáveis já citadas: disposição, recursos e demandas das pessoas envolvidas. No mesossistema, o ponto chave é a influência constante e mútua entre os papéis desempenhados pela pessoa e as atividades diárias nos variados ambientes frequentados por ela; no exossistema, o que vemos é a forma indireta que o sujeito sofre a influência e como isso interfere no seu desenvolvimento; estamos nos referindo a contextos específicos. Portanto, relativizando com a instituição de abrigamento, uma cuidadora sobrecarregada com problemas familiares pode refletir seu cansaço nas relações com as crianças institucionalizadas. Com relação ao macrosistema, este apresenta características gerais das diversas culturas, que podem influenciar a prática de atividades e determinar estruturas de regras sociais que caracterizam as sociedades. Seriam variáveis como: valores, crenças, modos de viver. Como já visto, o cronossistema é percebido como o responsável por apresentar os eventos normativos dos ciclos da vida nos sistemas, mas também, os não normativos, os eventos inesperados que interferem no desenvolvimento do indivíduo e impactam, significativamente, sua atuação nos contextos em que estão inseridos (Bronfenbrenner, 1996, 2011; Narvaz & Koller, 2004).

Bronfenbrenner (1996) enfatizou os ambientes, mas, foi para além desse aspecto, uma vez que valorizou as estruturas interpessoais nos contextos de desenvolvimento humano. O autor acredita que é nas relações entre as pessoas que se cria a condição mínima para a formação de uma relação interpessoal, por ele chamado de díade. A essência dessa díade é o entendimento de que, se um membro passa por um processo de desenvolvimento, o encontro com outro indivíduo proporciona o desenvolvimento deste também. Segundo o autor, uma díade é “formada sempre que duas pessoas prestam atenção nas atividades uma da outra ou

delas participam” (p. 46).

A díade já é peça fundamental no modelo ecológico original, mas ela pode ocorrer em proporção maior, ou seja, outras estruturas de inter-relações interpessoais com mais de dois membros, o que poderíamos chamar de tríade ou tétrades, por exemplo. Essas díades podem se apresentar em três maneiras diferentes quanto ao seu potencial de impacto psicológico nos indivíduos.

A *díade observacional* ocorre quando uma pessoa está prestando uma cuidadosa atenção à atividade do outro e este, por sua vez, reconhece o interesse demonstrado por aquilo que está fazendo. Já a *díade de atividade conjunta* refere-se à situação em que duas pessoas se percebem fazendo juntas alguma coisa, e a *díade primária* consiste naquela que, mesmo quando dois membros não estão próximos, ainda continua existindo fenomenologicamente. Os dois membros são objetos de fortes sentimentos um para com o outro e aparecem sempre em seus pensamentos. Mesmo separados, um influencia o comportamento do outro (Martins & Szymanski, 2004, p.69).

Segundo Bronfenbrenner (1996), a *Díade* pode ser ampliada tornando-se *Díade + N*. Seria quando ocorre a participação de mais pessoas fazendo parte dessa dinâmica de interações. Assim, agregando maior valor sentimental aos membros participantes, “a capacidade da díade de funcionar efetivamente como um contexto de desenvolvimento dependerá da existência e natureza de outros relacionamentos diádicos com terceiras pessoas” (p. 62).

Pensando nessas inter-relações que ocorrem para além das pessoas próximas, pais e responsáveis, o modelo teórico compreende como importante as interações de crianças pequenas com pessoas mais velhas, cuidadores, professores, parentes, irmãos e pares. Percebe esse movimento como possibilitador de um contexto de desenvolvimento. Esses momentos de

interação contribuem para que as práticas educativas e sociais resultem em elementos que promovam o desenvolvimento infantil (Martins & Szymanski, 2004). Há um fator a ser salientado quanto a esse aspecto: as mudanças temporárias que ocorrem sem um estabelecimento prévio e que também geram influência nesse desenvolvimento bioecológico, como por exemplo, a chegada de um parente, a ida à casa de um amigo em outra cidade. Bronfenbrenner (1996) nos diz que mudanças, sejam temporárias ou duradouras, podem produzir mudanças nos contextos de desenvolvimento, sendo chamadas de *efeito de segunda ordem*.

Outro elemento considerado pelo modelo é o tempo. Os ciclos da vida são constituídos por mudanças e regularidades sofridas no decorrer do tempo. Esses eventos podem alterar e/ou direcionar o desenvolvimento humano, já que interfere no curso da vida. Essa passagem do tempo pode ter efeitos profundos em uma sociedade, ou ser um evento isolado, para determinada família (Martins & Szymanski, 2004). No caso das crianças em situação de acolhimento institucional, a transferência para o contexto de abrigo reflete a mudança do ambiente e a necessidade de adaptação ao novo local, haja vista que os papéis mudam e a rotina é alterada. Ocorre, nesse caso, o surgimento de novas circunstâncias, ritmo de vida e estímulos diários que as levam a adaptar-se, apropriadamente, às regras estabelecidas.

Bronfenbrenner (1996) nos diz que essa readaptação à nova situação/contexto é considerada uma dinâmica de mútua acomodação, ou seja, a pessoa em questão e os sujeitos ao seu redor necessitam se readaptar uns aos outros, já que essa nova contextualização promoverá uma interação entre os envolvidos. Devemos compreender que esse processo de institucionalização das crianças pode fazer essa dinâmica de mútua acomodação de diversas formas. Tudo dependerá das variáveis e atores que envolvem essas mudanças. Para algumas crianças, a institucionalização será um processo doloroso e de muita resistência; para outras, ocorrerá com tranquilidade e aceitação.

Diante do exposto, concordamos com o posicionamento de Yunes e Juliano (2010) quando assinalam que o modelo bioecológico visa explicar os elementos efetivos das interações no desenvolvimento humano, sugerindo uma abordagem ampliada na compreensão relacional das dimensões e propriedades, tanto da própria pessoa, quanto dos múltiplos contextos.

Instituição de acolhimento e os fatores de proteção e riscos no cuidado infantil

As instituições de acolhimento têm por objetivo central abrigar crianças e adolescentes, que por motivo variado, tiveram que deixar suas famílias de origem ou extensas. Cabe ao serviço de acolhimento e ao seu funcionamento, ajustamentos em suas formas de ofertar acomodações, visando oferecer privacidade, convívio social e segurança, para que as medidas protetivas acionadas pelos órgãos competentes sejam garantidas.

No momento em que os motivos que levaram crianças e adolescentes ao afastamento de suas famílias são entendidos, analisados e trabalhados pela equipe técnica, cria-se um mundo de possibilidades, não apenas de resgate dos vínculos com suas famílias de origem, mas, também, com possíveis famílias substitutas, se assim for percebido como alternativa necessária para o melhor desenvolvimento delas, quando estiverem esgotadas as possibilidades de reintegração familiar.

Quando o órgão gestor encaminha para o acolhimento institucional, entende que os vínculos afetivos, assim como o atendimento e os cuidados necessários, serão oferecidos e criados de maneira saudável. Dessa forma, um espaço social será formado por crianças e adolescentes que dividem uma realidade de abandono familiar, na tentativa de ressignificar a condição de pobre, vulnerável e vítima abandonada.

Guimarães (2011) fez um mapeamento das instituições de acolhimento do estado de

Pernambuco e encontrou 75 instituições espalhadas pelo estado, tendo a maior concentração dos serviços de acolhimento concentrados na região metropolitana. Esse dado aponta para a demanda maior de serviços de acolhimento nessa região, já que apenas a partir do diagnóstico da violação dos direitos cometidos por familiares é que se coloca a criança ou o adolescente na condição de medida protetiva.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (2013) diz que as medidas protetivas são realizadas por instituições que atendem crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados, e que, por isso, e pela especificidade do caso, precisem ser afastados da convivência das suas famílias (IPEA, 2004; ECA, 2013). Dessa forma, os espaços institucionais servem de moradia alternativa até o retorno à família de origem, ou a ida para uma família substituta.

Guimarães aponta, em pesquisa realizada em 2011, que o estado de Pernambuco possui uma população de 820.278 crianças, de 0 a 5 anos. Dessas crianças, 1245 estão em situação de abrigo, sendo 58,9% concentradas na região metropolitana (Guimarães, 2011).

Não temos dados sobre as práticas de cuidado no estado de Pernambuco, no entanto, Prada, Williams & Weber (2007), em um estudo realizado nas cidades de Curitiba e Santos, colheram informações importantes para refletirmos sobre as acomodações e os cuidados oferecidos às crianças abrigadas no Brasil. Constataram que a maioria das instituições investigadas tinha o número adequado de crianças para um cuidador: 20 crianças para abrigo e 10 para casa-lar; no entanto, revelou um dado preocupante: as noções de limites e práticas disciplinares utilizadas nos abrigos demonstra a prevalência de práticas coercitivas sobre a prática não coercitiva, práticas educativas notoriamente inadequadas, por exemplo punição física e castigos que utilizavam funções discriminativas, que se constituem como uma função de exclusão para essas crianças.

A importância de pesquisas que retratem as características das instituições de

acolhimento infantil no Brasil, consiste em favorecer o delineamento de projetos e programas de intervenção que promovam o desenvolvimento salutar das crianças, amenizando os riscos que uma rotina mal estruturada possa causar na vida delas (Prada et. al., 2007). Por exemplo: os estudos têm revelado que na casa lar, a individualidade é respeitada 100%; no abrigo, as roupas próprias e os brinquedos pessoais não são respeitados; nas atividades, as instituições no formato casa lar, 70% realizavam saídas para recreação, enquanto no abrigo, nenhuma atividade fora da instituição é realizada, com exceção, da ida à escola (Guimarães, 2011), esse dado demonstra que o bom funcionamento do microssistema reflete em uma interlocução de qualidade com o mesossistema, como preconizado pela Teoria Bioecológica. Esta teoria entende que os contextos se influenciam mutuamente, podendo promover ou inibir o desenvolvimento humano.

Chaves, Lima, Mendonça, Custódio e Matias (2013) realizaram pesquisa que teve por objetivo avaliar o crescimento e o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos, institucionalizadas, em um abrigo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Ceará, com uma amostra de 44 crianças, sendo 59,1% de meninos, com o tempo de abrigamento superior a um ano (72,7%). Constataram que as crianças estavam na faixa de normalidade nutricional, contudo, 65,9% delas não alcançaram pelo menos um dos marcos do desenvolvimento proposto pelo Ministério da Saúde, que são: alimentação, saúde, higiene, habitação e cuidados integrais de forma interligada a fim de facilitar o desenvolvimento. Na grande maioria dos casos, havia atrasos nos fatores sociais e psíquicos, destacando-se a linguagem, que apresentou déficits significativos em todas as faixas etárias. Os referidos pesquisadores recomendam um acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento das crianças, visando a uma possível intervenção sobre as alterações encontradas.

Todavia, Ayres, Coutinho, Sá & Albernaz (2010) nos alertam para as produções científicas que impactam e reforçam verdades estigmatizadas que se atualizam no cotidiano

das crianças, na fala dos técnicos, por vezes na fala dos pais ou educadores, impondo um estereótipo de vitimização, despotencialização e sua ligação com déficit no desenvolvimento salutar das crianças abrigadas, segregando estas das não abrigadas.

Não desconsideramos, na sociedade contemporânea, os males provocados pelo rompimento dos laços familiares para crianças e adolescentes e também não é nosso intuito defender a prática do abrigamento como a melhor alternativa para aqueles que têm direitos violados e não podem conviver com a família, mas privilegiando pensar o que se quer produzir quando se instaura como verdade legitimada cientificamente, que a infância e a juventude que passaram pelo programa de abrigamento carregarão uma marca que os torna inadequados e inferiores aos padrões de convívio social (Ayres et al., 2010, p. 427).

Sem dúvida, é um desafio diário para os psicólogos que têm seu campo de atuação nas instituições de acolhimento infantil. Construir práticas de trabalho permanentemente, enfrentando as adversidades da burocratização dos serviços, limitações/desvios de recursos, interdisciplinaridade nas intervenções de forma qualitativa são considerados obstáculos a serem superados e melhorados. O psicólogo deve mediar e facilitar a construção da autonomia dessas crianças e adolescentes, visando à independência emocional, social e financeira. Dessa forma, estará promovendo saúde e qualidade de vida (Rotondaro, 2002).

A instituição de acolhimento infantil tem, em seu objetivo central, possibilitar o cuidado a crianças e a adolescentes em caráter provisório e excepcional, de modo a abreviar o período de afastamento e permitir o retorno para seus lares em condições de segurança. No entanto, esse processo de transição para a família de origem ou substituta pode durar um longo período, sendo necessária a oferta de serviços personalizados, promotores do desenvolvimento salutar através da inserção desse sujeito na rede de proteção integral, possibilitando uma intervenção psicossocial eficaz.

Após um levantamento de literatura, Brandão e Williams (2009) apontaram os indicadores mais utilizados para identificar os fatores de proteção nas instituições de acolhimento infantil; seriam eles: habilidades dos funcionários para reconhecer os objetivos da instituição; composição multidisciplinar da equipe de profissionais; habilidades dos funcionários em identificar a relação entre seu trabalho e os demais funcionários da entidade; plano de trabalho da instituição coerente com o ECA; ausência de rotatividade dos profissionais da entidade; cultura institucional que favoreça a educação continuada dos funcionários; habilidades dos profissionais para o trabalho em equipe; práticas diárias da instituição que propicie a organização da rotina dos institucionalizados; rotina da instituição que possibilite a inserção das crianças e dos adolescentes em atividades fora da entidade; estrutura física compatível com o número de internos; oferta de oportunidades para a profissionalização dos adolescentes institucionalizados; práticas educativas com objetivos trazidos das casas das crianças/adolescentes; registros dos momentos vividos dos internos na instituição; práticas que impeçam o desmembramento dos irmãos; políticas que evitem a transferência dos institucionalizados para outras entidades; práticas educativas positivas dos funcionários aos adolescentes internos; ações de preservação dos vínculos familiares ou integração com a família substituta; e qualidade do espaço físico.

Outros aspectos interferem na qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições de acolhimento infantil; um deles seria a rede de proteção à criança e ao adolescente. A Constituição de 1988 foi o ponto de partida para o reconhecimento das crianças e dos adolescentes brasileiros como sujeitos de direito. Dessa forma, famílias, poder público e a sociedade reuniram-se para garantir a execução desses direitos. Assim, o sistema de garantia de direitos e a rede de proteção integral à criança e ao adolescente foi estabelecido através de dispositivos, um deles foi o ECA. O Estatuto da Criança e do Adolescente facilita a interpretação dos direitos e reduz a possibilidade de divergências extremadas. Assim, vem

fixar essa nova concepção, organização e gestão das políticas direcionadas a esse segmento da população. Quando nos referimos à concepção, entendemos como um campo extenso de atuação que alcança os direitos universais quanto à proteção especial daqueles sujeitos que tiveram seus direitos violados ou foram ameaçados. Do ponto de vista da organização, o sistema baseia-se na interlocução de um conjunto de órgãos públicos, instrumentos e espaços institucionais que têm seus papéis descritos no estatuto. Por fim, a gestão é entendida como mola propulsora da descentralização político-administrativa e da participação social no cumprimento das ações de atenção ao público infante-juvenil, podendo ser governamentais ou não-governamentais (Aquino, 2004).

O autor citado acima enfatiza que para a garantia de direitos é necessário promover a interlocução entre três aspectos fundamentais: a promoção dos direitos instituídos, a defesa em resposta à sua violação e a do controle na implantação das ações que visam realizá-los. Acrescentamos que outro ponto importante é observar a especificidade de cada contexto em que atua a garantia dos direitos, como também, compreender a complexidade das relações, pelos agentes de cada organização, nos seus diferentes momentos, incluindo a ampliação e o aperfeiçoamento da qualidade dos direitos.

Para avaliar ecologicamente o dinamismo das inter-relações e das transições na vida das pessoas, em momentos distintos, deve-se compreender o desenvolvimento humano não apenas como fruto dos ambientes imediatos em que a pessoa se encontra, mas também, das interações e transições nos demais ambientes, dos quais participam direta ou indiretamente. No modelo bioecológico, “os aspectos do meio ambiente mais importantes no curso do crescimento psicológico são, de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação” (Bronfenbrenner, 1996, p. 9). Dessa maneira, a instituição para crianças abrigadas pode ser promotora e influenciadora no desenvolvimento, assim como, nos diversos contextos que a rede de proteção integral à criança possa vir a oferecer. As relações

decorrentes dos processos proximais, bem como a influência do contexto e tempo a que estão submetidos, são variáveis que não podem deixar de ser consideradas para essa análise ecológica.

As autoras Poletto & Koller (2008), ressaltam que há fatores de proteção considerados fundamentais no processo de institucionalização, como: atributos disposicionais das pessoas, tais como: a autonomia, autoestima, competência emocional, entre outros; rede de apoio social, com recursos individuais e institucionais que motive ou reforce a enfrentar as adversidades da vida; coesão familiar, ausência de negligência e possibilidade de administrar conflitos, frente à presença de um adulto envolvido com as causas das crianças, e a presença de um suporte familiar, além de contextos que ofereçam esse suporte em momentos de crises emocionais.

Se compararmos o estudo de Poletto & Koller (2008) com o de Brandão & Williams (2009), perceberemos que o primeiro estudo, evidencia as atribuições da Pessoa e nos Processos Proximais derivados dos diversos contextos em que a criança acolhida está inserida como possibilidade de desenvolvimento. O segundo estudo concentra-se mais no ambiente imediato e suas implicações para a estimulação desse desenvolvimento.

Quanto ao termo coesão ecológica, Poletto & Koller (2008) chamam a atenção para a equivalência com a coesão familiar. Com crianças institucionalizadas e moradoras de rua, deve-se utilizar o primeiro, respectivamente. Mesmo que os ambientes em que essas crianças estão inseridas ofereçam vulnerabilidade, também favorecem o desenvolvimento humano. Essa coesão é vista como “a ausência de negligência, pela administração dos conflitos, pela presença de pelo menos um adulto com interesse pela criança e de laços afetivos que forneçam suporte em momento adverso e de estresse” (Poletto & Koller, 2008, p. 410).

Considerações finais

Entendemos que, para analisar o desenvolvimento humano em uma perspectiva bioecológica, devemos compreendê-lo observando o dinamismo dos diversos ambientes em que a pessoa está inserida e não apenas o ambiente imediato; é preciso observar, também, as inter-relações e as modificações que ocorrem na vida. Dessa forma, a instituição de acolhimento e a rede de proteção integral à criança podem ser ferramentas para um desenvolvimento salutar, sendo utilizada para intermediar as relações que ocorrerão no cenário de abrigamento e na análise ecológica: os processos proximais, os contextos e o tempo.

As instituições de acolhimento, conscientes da sua função de abrigar crianças e adolescentes; que por razões diversas, foram levados a deixar as suas famílias de origem ou extensas, compreendem que precisam verificar as causas desse afastamento, analisá-los e trabalhá-los visando a um possível resgate dessas relações ou à construção de um lar substituto, capaz de promover desenvolvimento. Essas mediações serão realizadas por toda equipe técnica, gestores ou cuidadores, além dos mesossistemas e macrossistemas que criam uma infinidade de possibilidades.

Observou-se que, um maior número de crianças atendidas no estado de Pernambuco, encontra-se na região metropolitana; não foram identificados estudos científicos que observem as práticas de cuidado neste estado. Entretanto, as pesquisas nacionais indicam a relevância de se investigar as características de acolhimento infantil no Brasil, ambicionando a criação de estratégias de promoção e intervenção que provoquem o desenvolvimento salutar das crianças abrigadas, minimizando os riscos da institucionalização.

É relevante apontar que alguns estudos demonstraram preocupação com o crescimento e desenvolvimento das crianças institucionalizadas, reflexo de uma rotina e de práticas de

cuidado que interfiram na individualidade das crianças, com repertório comportamental limitado. São realizadas, poucas atividades frutos de uma padronização no atendimento, baixa qualidade nos serviços de alimentação e higiene, estrutura física inadequada, além de um corpo técnico com dificuldades na inserção familiar, como também, com produções científicas, o que estigmatiza e reforça um estereótipo de fragilidade e exclusão social, comprometendo a percepção do empoderamento das crianças abrigadas frente às não abrigadas (Chaves, Lima, Mendonça, Custódio e Matias, 2013; Ayres et. al, 2010). Assim, entendemos que os profissionais que atuam no campo do acolhimento institucional enfrentam um desafio diário na execução de uma prática que encara obstáculos, como a burocratização dos serviços, limitações, desvios de recursos e interdisciplinaridade comprometida.

Referências

- Aquino, L. M. C. (2004). A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária: A experiência em nove municípios. In E. R. A. da Silva (Ed.). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* (pp. 325-365). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Ayres, L. S. M., Coutinho, A. P. C., Sá, D. A., & Albernaz, T. (2010). Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ*, 10(2), 420-433. Recuperado em 20 de maio de 2012, em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a09.pdf>
- Brandão, A. S., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 334-352. Recuperado em 29/02/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300003>
- Brasil (2013). *Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1090*. Rio de Janeiro: Imprensa oficial.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, Washington, DC: American Psychological Association, (32), p.513-531.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. *Annals of Child Development*, Greenwich, CT, JAI Press, (6), p.187-249.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon & R. M. Lerner (Orgs.), *Handbook of child psychology. Theoretical models of human development* (Vol. 1, 5a ed. pp. 993-1028). New York: John Wiley.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2009). Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. *Ciênc saúde coletiva*, 14(2), 615-625. Recuperado em 04/05/2018, de: [http:// dx.doi.org/ 10.1590/ S1413 - 81232009000200030](http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000200030)
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007b). Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre diferentes concepções e suas interfaces. *Mal estar e Subjetividade*. (2). 329-352. Recuperado em 17/10/2018, de: [http://www.mpsp.mp.br /portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_abrigos/cavalcante_abrigo_para_crianças_de_0_a_6_anos.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_abrigos/cavalcante_abrigo_para_crianças_de_0_a_6_anos.pdf).
- Cavalcante, L.I. C., Magalhães, C. M. C. & Pontes, F. A. R. (2007a). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*. (25) 20-34. Recuperado em 13/07/2018, de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n25/n25a03.pdf>.
- Chaves, C. M. P., Lima, F. E. T., Mendonça, L. B. A., Custódio, I. L., & Matias, E. O. (2013). Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 66(5), 668-74. Recuperado em 13/07/2018, de: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n5/05.pdf>. doi: 10.1590/S0034-71672013000500005
- Diniz, E. & Koller, S. H. (2010). O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. *Educar em Revista*, (36), 65-76. Recuperado em 09/09/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602010000100006>
- Guimarães, B. (2011). Breve cartografia dos acolhimentos de Pernambuco: instituições, cuidados e direitos. In.: B. Guimarães (Org.). *Acolhimentos em Pernambuco: a situação de crianças e adolescentes sob medida protetiva*. Recife: Instituto Brasileiro Pró-Cidadania.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). *Estatísticas da população por estado 2010*. Recuperado em 03 de julho de 2018, de: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pe&tema=resultgeramostra_censo2010_
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2004). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC*. Brasília. Recuperado em 12 de outubro de 2015, de: <http://www.ipea.gov.br/portal/>.
- Jager, M. E., & Dias, A. C. G. (2014). Paternidade adolescente e o envolvimento paterno na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano. *Pensando famílias*, 18(1), 45-54. Recuperado em 05/08/2018, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext

&pid=S1679-494X2014000100005&lng=pt&tlng=pt.

- Martins, E., & Szymanski, H. (2004). Abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, (1), 63-77. Recuperado em 11/09/2018, de: <http://www.revispsi.uerj.br/v4n1/artigos/Artigo%205.pdf>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In S. H. Koller (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo. Recuperado em 17 de outubro de 2014, de: <http://books.google.com.br/books?id=Ntljjs0UtGUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2010). *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: AMGH.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008, julho- setembro). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25(3), 405-416.
- Portes, J. R. M., Vieira, M. L., Crepaldi, M. A., More, C. L. O. O., & Motta, C. C. L. (2013). A criança com síndrome de Down: na perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, com destaque aos fatores de risco e de proteção. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 33(85), 446-464. Recuperado em 06/10/2018, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2013000200015&lng=pt&tlng=pt.
- Prada (2007). *Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil*. 2007. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Prada, C. G., Williams, L. C. A., Weber, L. N. D. (2007, dezembro). Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. *Psicol. teor.prat.*, 9(2), 14-25, Recuperado em 10 de maio de 2018, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872007000200002&lng=pt&nrm=iso.
- Prati, E. P., Couto, M. C. P. P., Moura, A., Polleto, M., & Koller, S. H. (2008). Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia, reflexão e crítica*, 21(1), 160-169.
- Rotondaro, D. P. (2002). Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. *Psicol. cienc. prof.* 22(3), 8-13. Recuperado em 19/04/2018, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-989320020000300003>.
- Szelbracikowski, K., Corcete, J., & Nascimento, L. A. (2016). Reflexões sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de abrigamento sob a perspectiva dos direitos humanos. In: L. Orsolin. (Org.). *Temas sociais: Reflexões Contemporâneas*. (1ª Ed, vol. 1, pp. 143-150). São Luiz Gonzaga: EDIURI.
- Yunes, M. A. M., & Juliano, M. C. (2010). A bioecologia do desenvolvimento humano e suas interfaces com a educação ambiental. *Caderno de Educação*, (37), 347-379.

6 ESTUDO IV - AS PRÁTICAS DE CUIDADO NOS CONTEXTOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL INFANTIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO BIOECOLÓGICO DA CRIANÇA

RESUMO: Este estudo teve como finalidade pesquisar as práticas de cuidado nos contextos de acolhimento institucional infantil, buscando sua contribuição para o desenvolvimento bioecológico da criança. A pesquisa foi de natureza qualitativa, realizada em oito instituições de acolhimento infantil, em Recife e região metropolitana, sendo quatro não governamentais, duas municipais e duas estaduais. Participaram do estudo 14 pessoas: oito gestores, quatro cuidadores e dois técnicos. Todos do sexo feminino, com no mínimo dois anos de experiência. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicado o questionário de caracterização das instituições, para identificar a rotina e as práticas de cuidado desses profissionais. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo temática e estatística descritiva, respectivamente, os quais apontam que o ambiente imediato, ou seja, o microsistema foi destacado pelos técnicos e cuidadores como o espaço que colabora tanto com a execução das atividades, como promove o desenvolvimento das crianças, interferindo na percepção destes sobre a qualidade das práticas de cuidado. Os participantes salientaram a boa convivência com as crianças, sendo essa harmonia facilitadora dos processos de vinculação e apontaram a necessidade de uma rede de assistência psicossocial eficaz, para a oferta de bons serviços institucionais às crianças.

Palavras-chave: Criança em acolhimento institucional. Práticas de cuidados. Teoria bioecológica.

ABSTRACT: The purpose of this study was to investigate care practices in child institutional contexts, seeking their contribution to child bioecological development. The research was qualitative, carried out in eight child care institutions, in Recife and metropolitan region, being four non-governmental, two municipal and two state ones. Study was attended by 14 people: eight managers, four caregivers and two technicians. All female with, at least, two years of experience. Semi-structured interviews were conducted and a questionnaire was used to characterize the institutions to identify routine and care practices of these professionals. Collected data were submitted to thematic content analysis and descriptive statistics, respectively. Data indicate that immediate environment, that is, the microsystem, was highlighted by technicians and caregivers as the space that collaborates with activity execution, as well as promoting child development, interfering in perception of these on the quality of care practices. Participants emphasized good relationship with children, and this harmony facilitated attachment processes and pointed out the need for effective psychosocial assistance network to provide good institutional services to children.

Keywords: Child in institutional care. Care practices. Bioecological theory.

RESUMEN: Este estudio tuvo como finalidad investigar las prácticas de cuidado en los contextos de acogida institucional infantil, buscando su contribución al desarrollo bioecológico del niño. La investigación fue de naturaleza cualitativa, realizada en ocho instituciones de acogida infantil en Recife y su región metropolitana, siendo cuatro organizaciones no gubernamentales, dos municipales y dos estatales. Participaron del estudio 14 personas: ocho gestores, cuatro cuidadores y dos técnicos. Todas fueron mujeres, con al menos dos años de experiencia. Se realizaron entrevistas semiestructuradas y aplicado el cuestionario de caracterización de las instituciones, para identificar la rutina y las prácticas de cuidados de esos profesionales. Los datos tomados fueron sometidos al análisis de contenido temático y estadística descriptiva, respectivamente. Los datos apuntan que el ambiente inmediato, o sea, el microsistema, fue destacado por los técnicos y cuidadores como el espacio que tanto colabora con la ejecución de las actividades como promueve el desarrollo de los niños, interfiriendo en la percepción de éstos sobre la calidad de las prácticas de cuidado. Los participantes subrayaron la buena convivencia con los niños, siendo esa armonía facilitadora de los procesos de vinculación y apuntan la necesidad de una red de asistencia psicosocial eficaz para la oferta de buenos servicios institucionales a los niños.

Palabras clave: Niño en acogida institucional. Prácticas de cuidado. Teoría bioecológica.

Escolhemos a Teoria Bioecológica para embasar o nosso estudo, visto que esse campo teórico propõe uma dinâmica conceitual capaz de abarcar as subjetivas variáveis que circulam, criam-se e ressignificam-se no universo do acolhimento institucional infantil. Essa teoria entende que o desenvolvimento humano é um processo contínuo e temporal, contido em diversos contextos que interagem dentro da sua pluralidade, não se restringindo a um espaço físico. Os sujeitos em desenvolvimento possuem características singulares de percepção; flexibilizam e reorganizam as suas funções e papéis, transformando-se de acordo com as interações sociais e vinculações afetivas que vão se construindo em díades, tríades, ou em grupos maiores (Bronfenbrenner, 1996).

Entendendo o ambiente ecológico como sendo uma percepção ativa e em contínuo movimento da relação pessoa e contexto, observando o seu desenvolvimento a partir dessas modificações que vão surgindo, Bronfenbrenner criou o modelo *Pessoa-Processo-Contexto-Tempo - PPCT*. O processo de desenvolvimento é formado pela dinâmica da relação do indivíduo com o contexto; a pessoa é constituída por suas características singulares:

biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais. O contexto do desenvolvimento humano é definido como níveis ou sistemas emaranhados da ecologia do desenvolvimento humano; e o tempo, abrangendo as dimensões múltiplas da temporalidade, compõe o cronossistema que se adapta as alterações, ao longo do ciclo de vida (Bronfenbrenner 1977, citado por Bronfenbrenner, 2011).

Nesse modelo, ao analisar o componente “Pessoa”, Bronfenbrenner observou três variáveis que são relevantes para discussão: a *disposição* – são os elementos que dão funcionalidade aos processos proximais, proporcionando uma capacidade de desenvolvimento futuro; os *recursos* – que seriam as características/habilidades que fazem com que o desenvolvimento ocorra na sua fase distinta, como: habilidades, experiência e conhecimento; a *demandas* – seriam situações que sugerem ou desestimulam ações e reações do contexto social, que podem favorecer ou inibir a efetivação dos processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Outro fator importante para a compreensão do ambiente ecológico são os “Processos proximais”. Narvaz e Koller (2004, p. 54) os definem como sendo “formas particulares de interação entre organismos e ambiente que operam ao longo do tempo”. Para que ele se estabeleça, é necessário que ocorra o engajamento da pessoa em alguma atividade; a interação na atividade exige uma regularidade e uma reciprocidade por meio de períodos prolongados de tempo; as atividades devem ser progressivamente mais complexas; os objetos e símbolos existentes no ambiente devem estimular a atenção, a exploração, a manipulação e a imaginação da pessoa em desenvolvimento.

O elemento é o “Contexto de desenvolvimento”, que pode ser definido como o ambiente onde o sujeito está inserido. Nele, ocorrem os processos de interação que proporcionam desenvolvimento, não sendo restrito a um ambiente imediato e único; mas, entendido como organizações estruturais, cada uma delas contidas uma na outra, como

bonecas russas, símbolo da teoria (Bronfenbrenner 1977, 1989, 1996). São as estruturas: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

Interligando a teoria com a nossa tese, o microsistema seria o local em que acontecem os processos proximais a partir da presença de pessoas próximas, o local imediato onde as crianças institucionalizadas estão inseridas e estabelecem suas relações mais imediatas.

O mesossistema constitui-se em um conjunto de microsistemas que o indivíduo convive e as suas inter-relações que foram instituídas através da ligação entre dois ou mais microsistemas, como as relações entre as crianças e as suas famílias de origem, as crianças e a comunidade. O exossistema consiste em ambientes em que a pessoa não participa ativamente, entretanto, influenciam, indiretamente, o seu desenvolvimento: Juizado, Conselho Tutelar, Delegacias. O macrosistema, constituído pelo conjunto de ideologias, valores e crenças, religiões, formas de governo, dentre outros, que influenciam o desenvolvimento do sujeito (Bronfenbrenner, 1996). Nosso estudo priorizou o mesossistema, sem desconsiderar o valor agregado dos outros níveis do contexto ecológico. Todavia, observou que um ponto forte é a influência constante e mútua entre os papéis exercidos pela pessoa e as atividades diárias nos diversos ambientes visitados por ela.

Também consideramos o elemento “Tempo”, que determina os eventos normativos do ciclo da vida, e os não normativos, que impactam de maneira significativa no desenvolvimento do sujeito, chamados também de eventos inesperados, afetando a dinâmica dos contextos dos quais esse indivíduo faz parte (Bronfenbrenner, 1996, 2011; Narvaz & Koller, 2004).

Um fato ressaltado na teoria são as estruturas interpessoais nos contextos de desenvolvimento humano. Elas acontecem nas relações entre as pessoas, criando um ambiente propício para o estabelecimento das díades. Díades, “formada sempre que duas pessoas prestam atenção nas atividades uma da outra ou delas participam” (Bronfenbrenner, 1996, p.

46). Esse “encontro” pode acontecer em maior ou menor intensidade e, assim, criar novas estruturas inter-relacionais, como as tríades ou as tétrades, com mais de dois membros.

No nosso caso, a partir do exposto, temos como objetivo analisar as práticas de cuidado nos contextos de acolhimento institucional infantil, buscando sua contribuição para o desenvolvimento bioecológico da criança. Frente a essa contextualização, tomamos como objetivos específicos: caracterizar a rotina de atendimento em instituições de acolhimento voltadas para crianças de 3 a 6 anos; analisar, através da percepção dos educadores e cuidadores, a qualidade das práticas de cuidado oferecidas pela instituição; problematizar, a partir do conceito de desenvolvimento bioecológico, as práticas de cuidado oferecidas às crianças em instituição de acolhimento.

Método

A pesquisa teve caráter descritivo exploratório e seguiu o desenho das pesquisas de natureza qualitativa, ou seja, buscou “interpretar o que as pessoas dizem sobre o fenômeno e o que fazem ou como lidam com ele” (Turato, 2003, p 362).

As pesquisas que visam compreender os objetivos situados em redes complexas e estritamente particulares, que buscam essa metodologia, pois podem, através dela, descrever, verificando a complexidade de um fato; analisar a influência de certas variáveis, compreendendo-as e considerando-as nos processos dinâmicos vivenciados pelos grupos sociais; podem, ainda, apontar como essas situações favorecem os processos de mudanças, observando as intensidades e impactos, possibilitando, assim, a compreensão das singularidades envolvidas nos comportamentos dos sujeitos em estudo (Richardson, 1999).

O locus da pesquisa

O estudo foi desenvolvido em oito unidades de acolhimento institucional para crianças de 3 a 6 anos, sendo dois de caráter municipal, dois estaduais, quatro ONGs. A cidade do Recife e/ou região metropolitana formaram o contexto da pesquisa. Para se chegar a essas unidades de acolhimento foi realizado um levantamento inicial, por meio de consulta a órgãos que gerenciam estes espaços: Ministério Público e a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude.

Participantes

Participaram da pesquisa oito gestores, quatro cuidadores e dois técnicos, que lidam com a rotina da prática de cuidado a crianças de 3 a 6 anos, além de oito gestores, pertencentes a instituições de acolhimento da cidade do Recife e região metropolitana. Dois gestores também eram parte da equipe técnica. Dessa forma, somamos 14 participantes no geral, todos do sexo feminino.

O critério para a escolha dos participantes foi do tipo proposital, também denominado de intencional ou deliberado. Para Turato (2003, p. 357),

O autor do projeto delibera quem são os sujeitos que comporão seu estudo, segundo seus pressupostos de trabalho, ficando livre para escolher entre aqueles cujas características pessoais (dados de identificação biopsicossocial) possam, em sua visão enquanto pesquisador, trazer informações substanciais sobre o assunto em pauta.

Apoiando-nos no autor citado, o número de participantes foi determinado posteriormente, visto o que ele sugere, “devemos ter em mente que para o pesquisador qualitativista não cabe raciocinar como um apriorista, isto é, como quem detém afirmações ou

conhecimentos anteriores à experiência” (Turato, 2003, p. 359). Dessa forma, o quantitativo de sujeitos ocorreu por um processo de saturação, isto é, o número de participantes foi considerado fechado quando “novas entrevistas passarem a apresentar uma quantidade de repetições em seu conteúdo” (Turato, 2003, p. 363). Utilizamos como critério de inclusão, o tempo mínimo de dois anos de experiência dos técnicos e educadores, na instituição.

Quadro 1. Unidades de Acolhimento e participantes da pesquisa.

ORDEM DA INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES	IDADE	PROFISSÃO (FUNÇÃO)	TEMPO DE VINCULAÇÃO NA INSTITUIÇÃO	FORMAÇÃO DO GESTOR
ONG (1)	1	44 anos	Assistente Social (Técnico)	5 anos	Nesta Ong o gestor também exerce a função técnica
ONG (2)	2	61 anos	Psicóloga (Técnico)	4 anos	Contadora
ONG (3)	2	29 anos	Pedagoga (Técnico)	4 anos	Psicóloga
Estadual (4)	1	46 anos	Pedagoga (Técnico)	3 anos	nesta Ong o gestor também exerce a função técnica
Municipal (5)	2	50 anos	Educadora Social (Cuidador)	2 anos	Pedagoga
ONG (6)	2	38 anos	Educadora Social (Cuidador)	7 anos	Pedagoga
Municipal (7)	2	40 anos	Educadora Social (Cuidador)	3 anos	Assistente Social
Estadual (8)	2	37 anos	Educadora Social (Cuidador)	5 anos	Assistente Social

*Em algumas situações, os gestores também exerciam função de Técnico.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram a entrevista semiestruturada e um questionário de caracterização da Instituição. Quanto à entrevista, foi realizada a partir de um roteiro com questões que faziam referência às práticas de cuidado e à rotina das crianças institucionalizadas, permitindo a análise de percepções, atitudes e opiniões a respeito do nosso objetivo. A sequência dos tópicos explorados foi determinada pelo caminhar da entrevista, seguindo o que nos aponta Minayo (2010), quando descreve uma conversa com finalidade. Seguimos Trivinos (1995), quando diz que a entrevista semiestruturada é um instrumento que

possibilita, por meio de certos questionamentos básicos, apoiados em toda informação teórica e prática que o investigador coletou sobre o fenômeno social em questão, o surgimento de interrogativas. Estas são consequências das novas hipóteses, ou seja, respostas aos dados apresentados pelo entrevistado; assim, o informante, espontaneamente, coloca suas experiências e seus posicionamentos acerca do tema central apresentado pelo investigador, tornando-se participante ativo na elaboração do conteúdo de pesquisa.

O questionário de caracterização das instituições foi composto por questões abertas e fechadas, preenchido pelo gestor da instituição, objetivando identificar as características destas. Esse instrumento foi criado pela pesquisadora, inspirado no estudo de Silva (2015). As questões foram organizadas em torno dos seguintes eixos temáticos: procedimentos de rotina, características físico-funcionais da instituição, atendimento às crianças, dificuldades e necessidades da instituição.

Procedimento para a coleta de dados

Inicialmente, foi feito um levantamento das instituições situadas na cidade do Recife e Região Metropolitana, que lidam com o acolhimento de crianças com idades entre 3 e 6 anos. Para tanto, foi requerida uma autorização da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, para termos acesso às instituições. Após autorização, encaminhamos uma carta convite às instituições, que corresponderam aos critérios já estabelecidos na proposta de pesquisa, para verificar o interesse de participação e colaboração com o desenvolvimento do estudo.

Em seguida, após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (Parecer nº 2.147.232) foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos participantes. O termo é

uma prerrogativa ética que apresenta aos participantes o objetivo da pesquisa, o resguardo do anonimato, os possíveis riscos e benefícios de participação. Salienta, também, a possibilidade de, a qualquer momento, desistir da sua participação, sem que isso acarrete algum ônus, e ressalta a responsabilidade da pesquisadora com os resultados obtidos. Foram atribuídos nomes fictícios aos participantes do estudo, visando manter o sigilo e a preservação das suas identidades.

As entrevistas foram individuais e realizadas em ambiente adequado e cômodo ao entrevistado. Foram gravadas (com autorização do participante), tendo a duração média de 40 minutos. Em seguida, as entrevistas foram transcritas textualmente, sendo mantido o máximo de fidelidade com relação ao que foi dito e expresso, para posterior análise.

O questionário foi preenchido por um gestor(a), que também faz parte da equipe técnica; após a entrevista com a equipe técnica ou cuidador, se disponibiliza a fornecer as informações sobre a instituição. Geralmente, esse momento ocorria na própria sala do gestor(a) ou em local reservado, sem interferência de terceiros.

Procedimento de análise

Levando-se em consideração os objetivos da pesquisa, os dados colhidos foram analisados a partir da Análise Temática. Segundo Minayo (2010, p. 316) “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

Para a realização da análise, seguimos os passos apresentados por Minayo (2010): a pré-análise, que é a escolha dos documentos que serão analisados e o retorno às hipóteses e aos objetivos traçados inicialmente; a exploração do material, que consiste no momento

classificatório, objetivando alcançar o núcleo de compreensão do texto; e, por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, instante em que os resultados passam por operações estatísticas simples ou complexas, que possibilitam destacar as informações relevantes obtidas.

A definição das unidades temáticas foi elaborada em função dos objetivos dessa pesquisa. Elegemos três unidades, sendo elas: 1. caracterização da rotina de atendimento em instituições de acolhimento infantil; 2. a percepção dos educadores e cuidadores sobre a qualidade das práticas de cuidado oferecidas pela instituição; 3. práticas de cuidado oferecidas às crianças em instituição de acolhimento.

Quanto ao questionário, apresentaremos uma descrição geral de cada unidade, considerando as seguintes categorias: procedimentos de rotina, características físico-funcionais da instituição, atendimentos às crianças, e as dificuldades e necessidades da instituição. Os dados coletados por meio deste instrumento serão analisados a partir de estatística descritiva.

Resultados e discussão

Caracterização das instituições

Caracterizamos os locais onde os serviços de acolhimento foram oferecidos, as modalidades propostas (abrigo, casa lar), o funcionamento e a organização de cada instituição, assim como os critérios de convivência social e comunitária, que são orientados pelos órgãos reguladores. Essas informações são relevantes e justificam a sua investigação, pois a instituição de acolhimento deverá representar estratégia e condição para a transformação de crianças e adolescentes frente ao trauma da separação/abandono familiar.

Os espaços de acolhimento têm a função de criar possibilidades de vínculos saudáveis e humanizados para a criança ou adolescente que ali chegam junto ao novo grupo social (equipe de profissionais e demais crianças e adolescentes acolhidas), enquanto os motivos que levaram à separação sejam competentemente compreendidos, trabalhados e os vínculos com a família de origem ou extensa fortalecidos, ou, quando esgotadas as possibilidades de reintegração familiar, contribuam na construção dos vínculos com as famílias substitutas (Guimarães, 2011, p. 19).

Em relação à natureza do programa das instituições entrevistadas foram identificadas quatro ONGs, duas instituições estaduais e duas instituições municipais (Gráfico 1).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, art. 86, nos diz que “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios”. O ECA afirma a possibilidade de atuação nas políticas de proteção dos governos, público-municipais, do Estado e da União, como também da sociedade civil, estando o primeiro, respectivamente, responsável por coordenar a execução da medida protetiva. Segundo o IPEA (2004), os acolhimentos no estado de Pernambuco são executados 68,3% por ONGs e 21,7% por ONGs municipais.

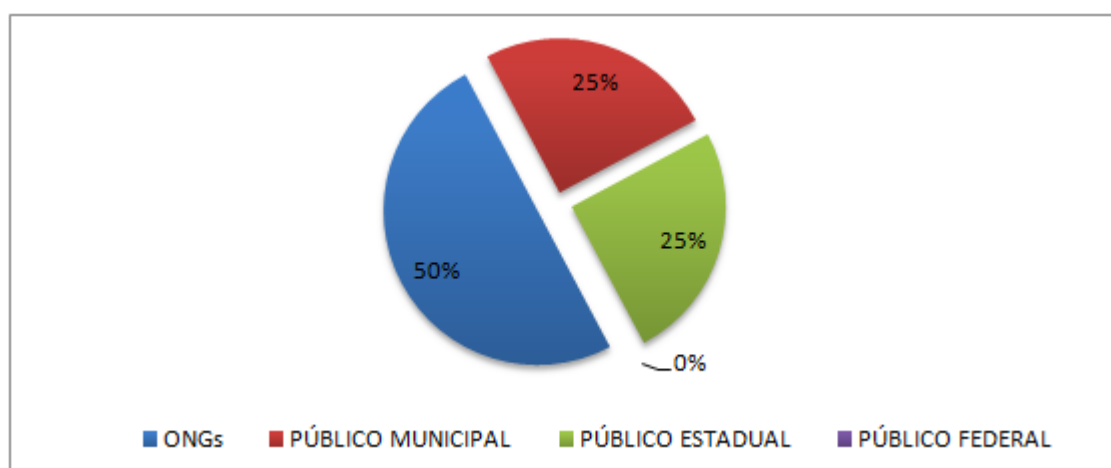


Gráfico 1. Natureza do programa da instituição

De acordo com os dados levantados, quanto à fundação dessas instituições, constatamos que havia duas que tinham até 10 anos de funcionamento; cinco tinham até 30 anos de história e apenas uma estava funcionando há mais de 30 anos. Esses dados possuem coerência com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro Pró-Cidadania (2010), que apresentou o tempo de fundação das instituições de acolhimento do estado de Pernambuco. Entre os anos de 1950 e 1990 foram criadas 17, 3%, já entre os anos de 1991 e 2005 foram fundadas 46,4%, entre nos anos de 2006 e 2009 nasceram 31,8% instituições.

Nesse último período, 2006 e 2009, foi formulado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar Comunitária – PNCFC, que foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, no final de 2006.

De posse dos dados coletados pelo questionário e entrevista passaremos à análise destes. No sentido de facilitar a compreensão do leitor, dividiremos esta fase em dois segmentos: a) análise do questionário e b) análise das entrevistas.

a) Análise do questionário

Procedimentos de Rotina

A pesquisa buscou levantar informações a respeito da rotina e práticas de cuidados que envolvem as crianças acolhidas, e observou que das oito instituições entrevistadas, três acolhem até 15 crianças, enquanto cinco conseguem acolher até 20 crianças. (Gráfico 2). Em relação à capacidade de atendimento recomendada pelo documento intitulado Orientações Técnicas e Tipificações Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), percebemos

que nenhuma das instituições participantes ultrapassou o limite preconizado que aponta 20 crianças e adolescentes para abrigo, nosso maior número de participantes; e 10 crianças e adolescentes para casa lar, onde só tivemos uma instituição participante.

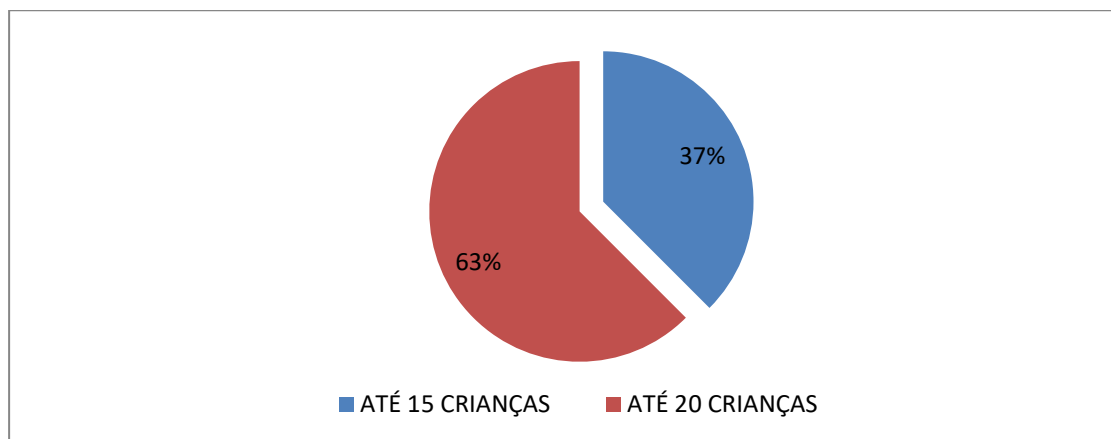


Gráfico 2. Capacidade de atendimento da instituição

Quanto ao atendimento mensal, foi constatado que três instituições atendem até 15 crianças, duas instituições recebem até 20 crianças e três instituições não souberam responder, como pode ser observado no Gráfico 3. A situação encontrada revela que, mesmo aquelas que não preencheram o questionário com a informação solicitada, disse seguir o bom senso de receber crianças e/ou adolescentes que a estrutura física pode suportar. Interessante perceber que os parâmetros mínimos de atendimento e a definição sobre a capacidade de acolhimento fica sob responsabilidade das instituições. Não sendo citado nenhum controle por parte das instâncias maiores como: Conselhos de Direito, Varas da Infância e Juventude e gestores públicos.

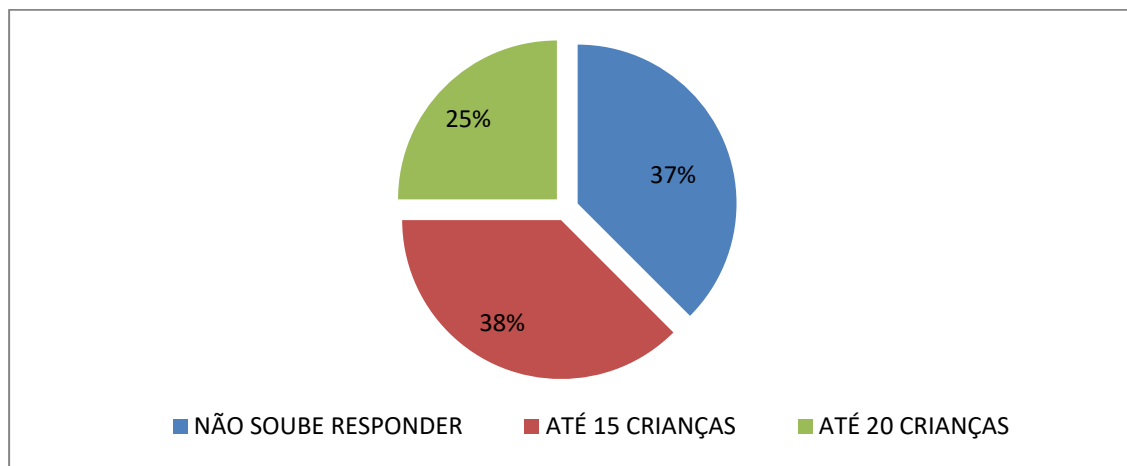


Gráfico 3. Média de atendimento por mês

A faixa etária das crianças atendidas é bem diversificada: duas instituições atendem o público de 0 até 18 anos; três instituições recebem o público de 0 até 14 anos, uma instituição acolhe crianças de 1 a 9 anos; e, por fim, duas instituições abrigam o público de 2 até 14 anos, o que pode ser visto no Gráfico 4. Lembrando que estes dados estão relacionados diretamente ao perfil dos participantes investigados, crianças entre 3 e 6 anos.

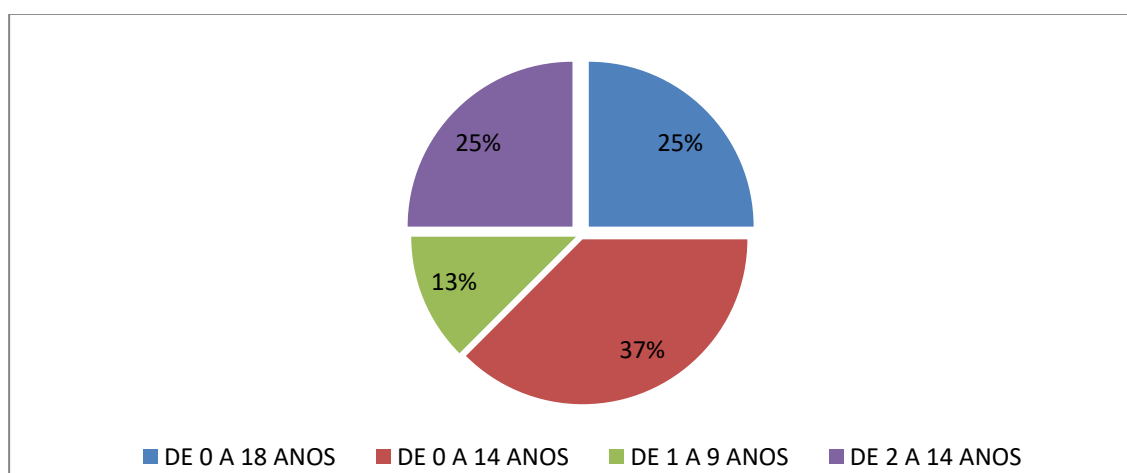


Gráfico 4. Idade das crianças acolhidas

Considerando o tempo de permanência na instituição, encontramos os seguintes dados: em duas instituições as crianças permaneciam por tempo indeterminado; duas unidades ficavam com as crianças até dois anos; e quatro instituições permaneciam com as crianças por

mais de dois anos; o que pode ser observado no Gráfico 5.

Devemos compreender que o tempo de permanência na instituição é singular, e deve se enquadrar nas necessidades de cada criança. Deve-se investir na família de origem ou extensa, a fim de, o mais brevemente possível, possibilitar um retorno saudável dessas crianças ao lar, quando as famílias modificam suas dinâmicas, não oferecendo mais os riscos que levaram ao afastamento. Compreender o motivo do afastamento familiar, conhecer o funcionamento da dinâmica psicossocial, cultural e econômica dessa família, como também tentar estabelecer uma vinculação próxima ao grupo familiar, são estratégias que devem ser utilizadas pelos técnicos, além de uma análise atenta das variáveis que foram consideradas importantes pelos técnicos na hora de optar pela institucionalização.

A reintegração à família deve ser construída e acompanhada de perto, observando o conjunto de circunstâncias que levaram ao afastamento, cabendo a cada equipe técnica lançar mão das suas próprias ferramentas de atuação. Isso determinará a brevidade ou não da reintegração familiar, dependendo de cada caso. Visando sempre à garantia do direito da criança e do adolescente ao convívio familiar e comunitário, o tempo de investimento junto à família de origem ou extensa será determinado a partir das reflexões dos técnicos quanto ao fortalecimento dos elos parentais e da redução máxima de um ambiente familiar hostil.

No ECA, art.19, parágrafo 2º, podemos ver que “ a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária”.

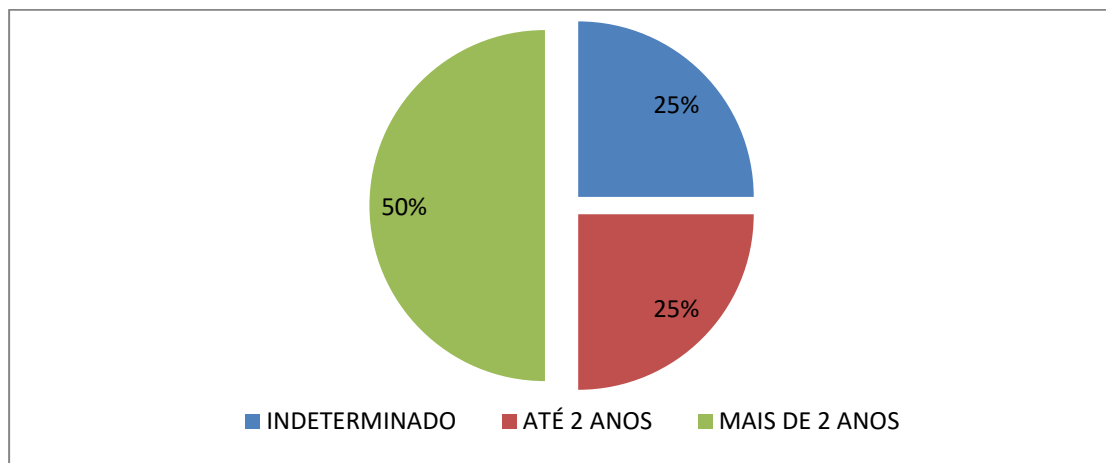


Gráfico 5. Regime de permanência

O desenvolvimento infantil é permeado por mudanças físicas e emocionais que vão sendo construídos através da interação com as figuras de referência, lugares estimuladores, repleto de afeto, gerando sentimento de pertencimento, promovendo segurança e identidade. Serviços como educação, garantem que a criança mantenha os vínculos construídos no âmbito escolar independente do afastamento familiar, facilitando a socialização e a interação, mesmo durante as adversidades do processo de institucionalização.

Quanto aos serviços de saúde e psicológico, estes são bastante acionados no período de acolhimento, já que muitas crianças apresentam extrema fragilidade frente aos maus tratos, abandono e as diversas formas de violência que as levaram ao afastamento familiar. Elas necessitam de proteção e atenção redobradas no momento do acolhimento.

De acordo com os dados levantados pelo questionário sobre os serviços oferecidos às crianças institucionalizadas, percebermos que foi unânime a disponibilidade de acompanhamento escolar. As assistências psicológicas e sociais vieram em segundo lugar, como estratégias para possibilitar uma melhor acolhida das necessidades apresentadas pelas crianças. Contudo, os serviços de lazer, saúde e esportes foram pouco acionados para estimular o desenvolvimento. Ressaltando que, nesse quesito era possível destacar mais de uma alternativa escolhida para dar suporte ao acolhimento institucional infantil (Gráfico 6).

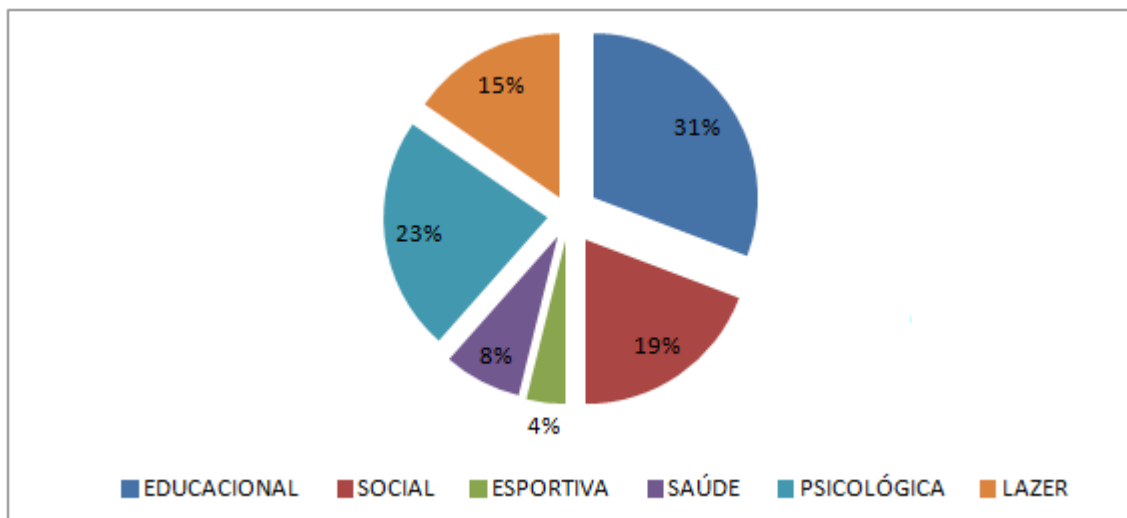


Gráfico 6. Atividades oferecidas como serviço

O acolhimento institucional não pode significar a privação do direito à convivência familiar e comunitária, já que ambiciona a reintegração dessas crianças em suas famílias através do fortalecimento dos vínculos dentro de uma mesma vivência espaço-sócio-cultural. O estatuto da Criança e do Adolescente, art. 19 nos diz que: “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.

Dados da pesquisa revelaram que três instituições permitiam o acesso dos familiares todos os dias; quatro instituições estabeleciam dias específicos durante a semana para as visitas dos entes familiares, e uma instituição determinou que as visitas ocorressem de forma semanal. (Gráfico 7)

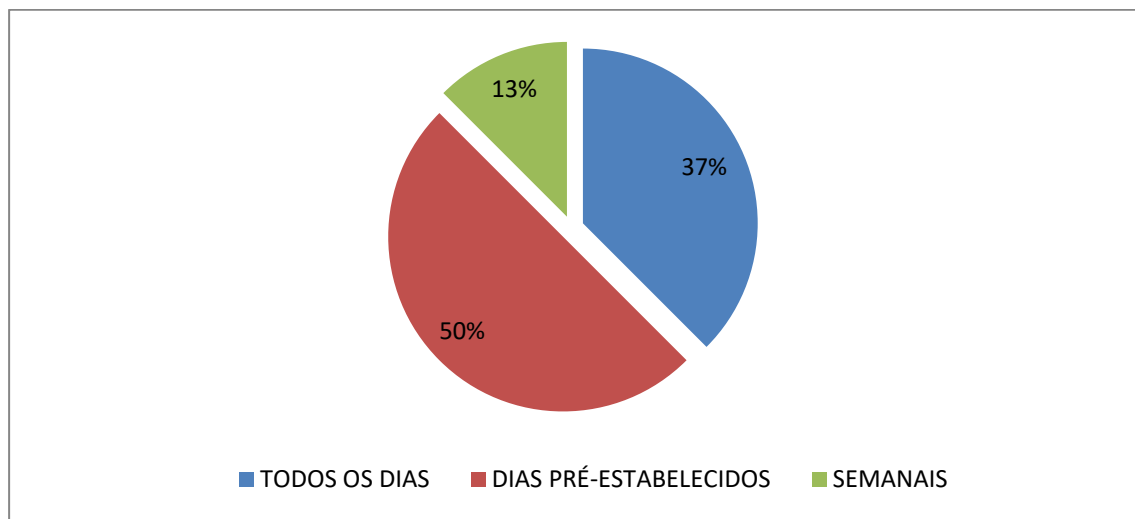


Gráfico 7. Dinâmica de visita à instituição

Portanto, entendemos que o fortalecimento dos vínculos familiares será prejudicado, ao passo que as visitas só podem acontecer em dias e datas pré-estabelecidas. Ressaltamos que, se não houver prejuízo nas atividades escolares ou horas de descanso, as visitas devem ser estimuladas como uma estratégia de reintegração dessas crianças às suas famílias, que poderão ser submetidas a um conjunto de ações planejadas pela equipe técnica. Essas intervenções deverão sofrer monitoramento, ajustes, sempre que necessário, para se analisar os avanços e retrocessos a cada encontro.

Das visitas realizadas pela instituição às famílias, vimos que quatro instituições proporcionam esse encontro mensalmente; três só conseguem realizar a visita semestralmente, e uma instituição realiza o encontro sob decisão judicial (Gráfico 9). Esse quadro nos alerta para como o processo de reintegração pode ser comprometido devido ao afastamento das famílias de origem e extensa, das instituições acolhedoras.

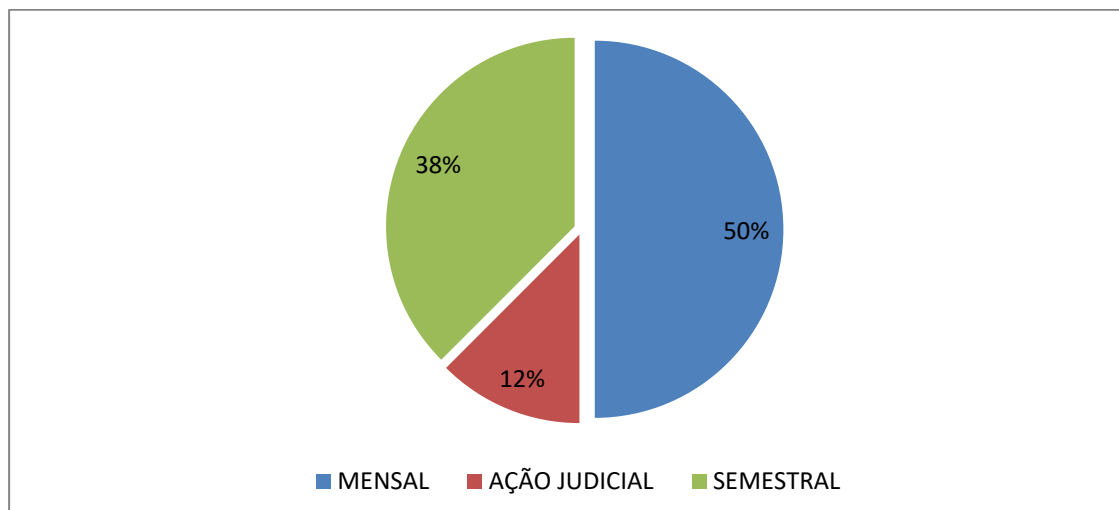


Gráfico 8. Dinâmica de visita da instituição à família

Com relação aos familiares que realizavam as visitas, constatamos que a maior parte era realizada pela família de origem, seguida pela família extensa, deixando uma pequena parcela para a sociedade civil.

Características físico-funcionais da instituição

Em relação aos imóveis, mesmo compreendendo que as instituições deveriam ser locais transitórios, com estadas breves, sabemos que, a realidade é que muitas crianças e adolescentes perduram mais tempo do que o indicado. Então, sem dúvida, as condições físico-estruturais interferem na qualidade dos serviços, na convivência e, também, na saúde dos acolhidos. É um espaço que será desfrutado tanto no privado como no comunitário.

De acordo com os dados colhidos, vimos que quatro instituições trabalham em sedes que são alugadas; três em sedes cedidas; e apenas uma tem seu próprio imóvel (Gráfico 9).

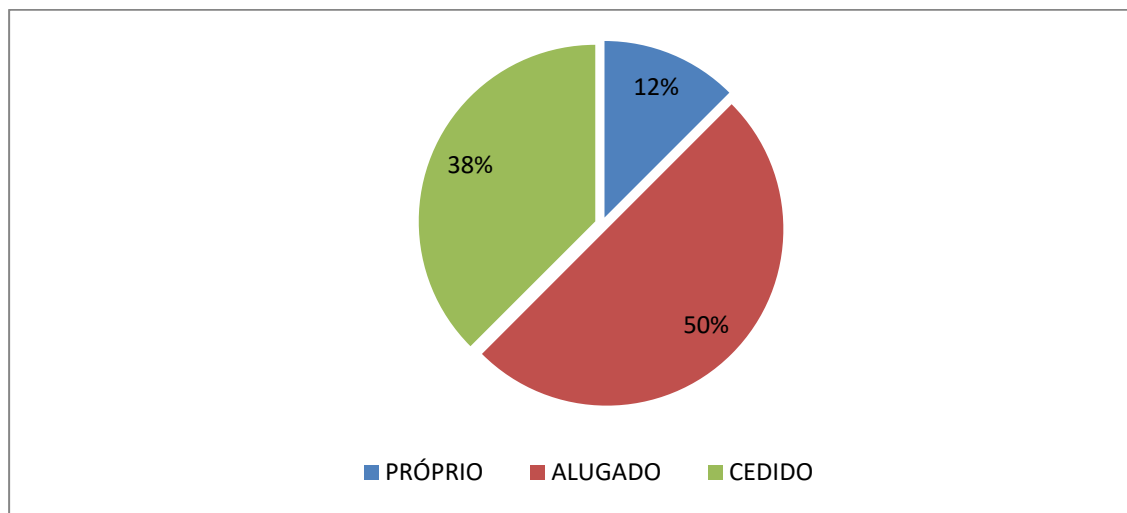


Gráfico 9. Casa-Sede da instituição

Quando questionadas quanto à identificação externa das instituições e a apresentação do regime de atendimento, apenas duas instituições expõem na sua fachada a identificação; todas as outras optam pela omissão dessa informação, acreditando que o sigilo quanto ao acolhimento das crianças preserva suas identidades e, assim, a convivência comunitária; podemos visualizar esses dados no Gráfico 10.

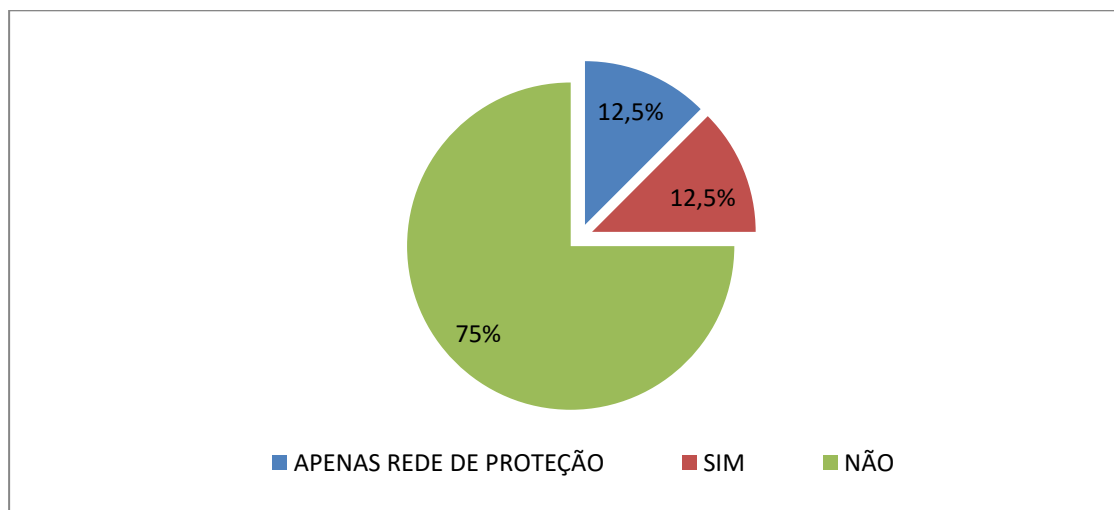


Gráfico 10. Identificação externa apresentando o regime de atendimento

Além do programa de acolhimento institucional do qual fazem parte, algumas crianças usufruem de outros Serviços ou Programas oferecidos à comunidade. Foi possível constatar que metade das instituições investigadas permitiam que as crianças acolhidas desfrutassem de

festas/recreações disponível à comunidade. A outra metade das instituições, tinha conhecimento dos eventos disponíveis para as crianças, contudo não valorizava a presença das crianças em tais eventos. Neste sentido, não foi apresentada uma causa específica para a ausência de participação (Gráfico 11).

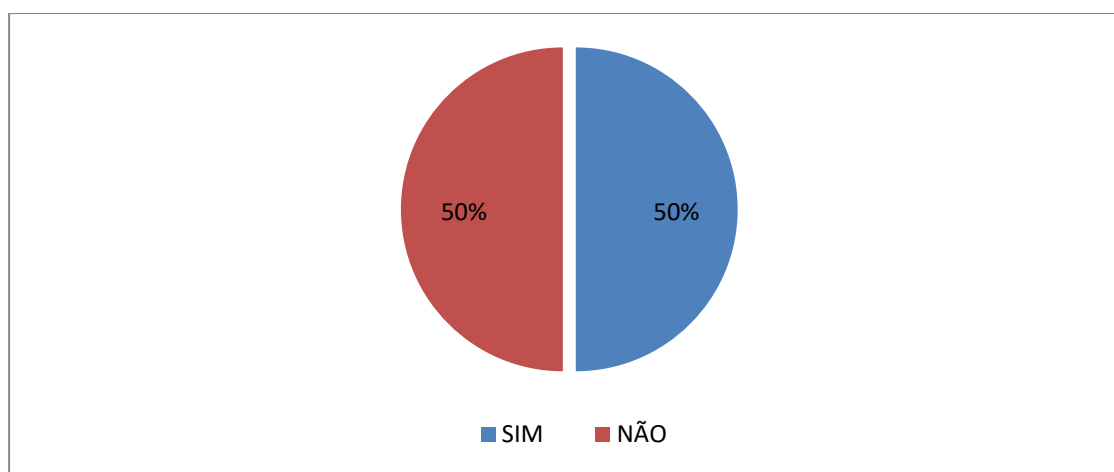


Gráfico 11. Oferta de outros serviços ou programas para crianças acolhidas

Outro dado relevante é a utilização de serviços ou equipamentos presentes na vizinhança da comunidade. Vimos que todas as instituições fazem uso, principalmente das praças (Gráfico 12).

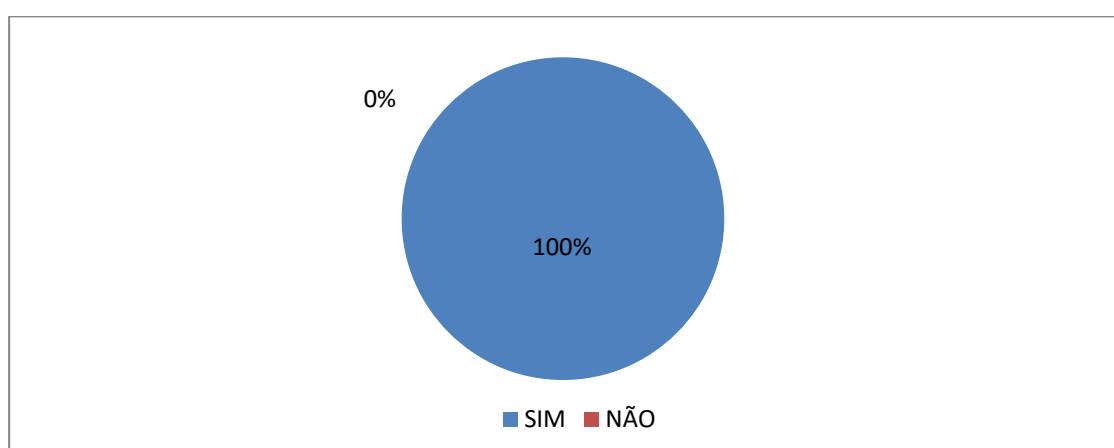


Gráfico 12. Utilização de serviços ou equipamentos presentes na vizinhança

Questionamos as distribuições dos espaços que constituem as áreas internas e externas das instituições de acolhimento infantil. Vimos que 3% das instituições responderam sobre os

espaços que constituíam a área externa, composto de uma boa estrutura de lazer: piscina, campo de futebol, quadra de vôlei e espaço para prática do skate que, nos revela, dessa forma, a excelente estrutura de recreação que disponibiliza para as crianças. Todavia, 37% das unidades descreveram somente os espaços (quantitativo) internos e externos da instituição como: quartos, salas, banheiros, cozinha, área de serviço, terraço e quintal, área administrativa, lavanderia e refeitório. Tivemos 30% das instituições que apontaram os espaços internos e externos citados acima e, também, áreas mais equipadas, como: presença de lavanderia, refeitório, sala de ludoterapia, almoxarifado, espaço educativo, área de convivência, espaço de guarda-volume, sala de psicopedagogia e apoio para funcionários.

As Orientações Técnicas, documento que regulamenta a organização e oferta dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes afastados do seu convívio familiar, sugere uma formação mínima da equipe profissional. Diz ser necessário ter um coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador. Aponta, ainda, para a necessidade de espaços físicos que são imprescindíveis para a instalação de uma instituição de acolhimento; seriam eles: os quartos, sala de estar ou similar, sala de jantar, ambiente para estudo, banheiros, cozinha, área de serviço, área externa, sala para equipe técnica, sala para coordenação e atividades administrativas e espaço para reunião ou visitas.

O estado de conservação do imóvel foi apontado como bom, em apenas duas instituições; conservados, mas precisando de melhorias, por três instituições, e status de alerta como precisando de melhorias por três instituições (Gráfico13). A pesquisadora percebeu que a maioria dos imóveis apresentava infiltrações e mofo nas paredes, pouca iluminação em alguns cômodos. Claramente podia-se observar a necessidade de pintura e reformas na maioria das casas.

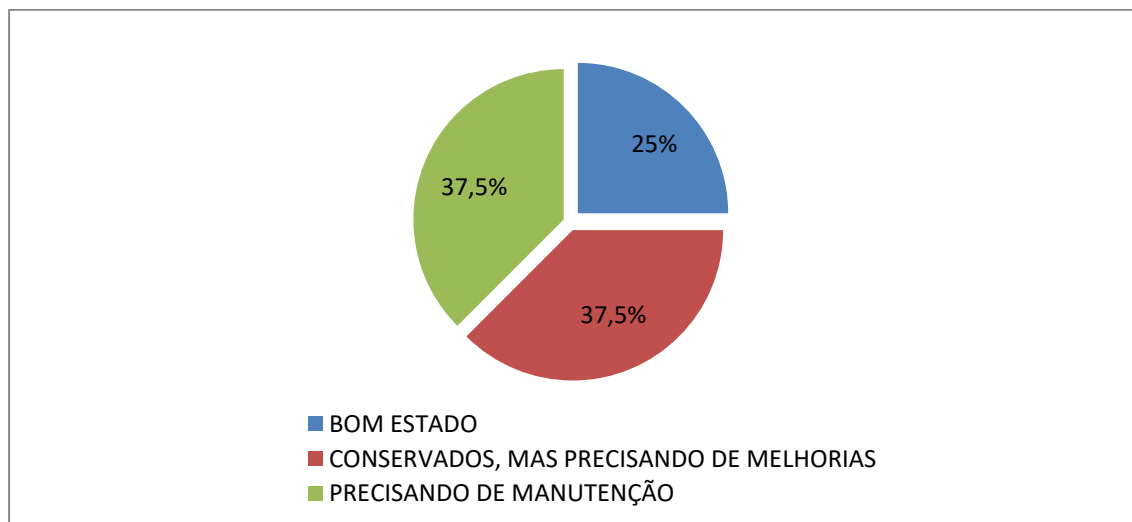


Gráfico 13. Estado de conservação dos espaços físicos da instituição

Em relação às necessidades das crianças e a capacidade da estrutura física em atendê-las, as opiniões ficaram bem divididas: três instituições afirmaram que os serviços eram desempenhados com satisfação; uma unidade acreditava que o rendimento era bom, contudo podia melhorar; três instituições sentiam que as condições físicas do imóvel interferiam na qualidade do serviço; e apenas uma unidade não soube responder. O que nos leva a crer que o estado de conservação dos imóveis precisa ser adequado, com cuidados necessários para um bom funcionamento das residências (Gráfico 14).

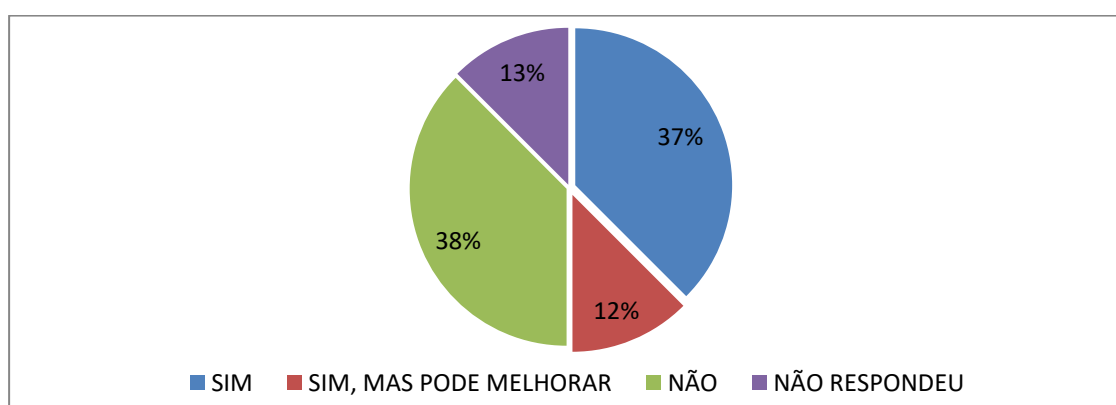


Gráfico 14. A estrutura física e o atendimento às demandas das crianças

Quanto ao esquema de horário de trabalho, identificamos as configurações mais frequentes: duas instituições trabalhavam com cuidadoras 24h e folgavam 24h seguintes; e

equipe técnica trabalhava 12h e folgava 36h sequenciais; três unidades trabalhavam com cuidadoras 24h que folgavam as 24h seguintes, e equipe técnica em horário comercial; duas instituições com técnicas que alternavam seus plantões entre 12h trabalhadas e 36 dispensadas, e cuidadoras que trabalhavam 8h diárias; apenas uma instituição/gestor não soube responder. Segundo as orientações técnicas, os técnicos/cuidadores devem estabelecer constância e estabilidade na prestação dos cuidados, evitando os sistemas de plantões. O estabelecimento de uma rotina na vida da criança favorece a criação de laços e dá maior sensação de segurança e estabilidade emocional (Gráfico 15).

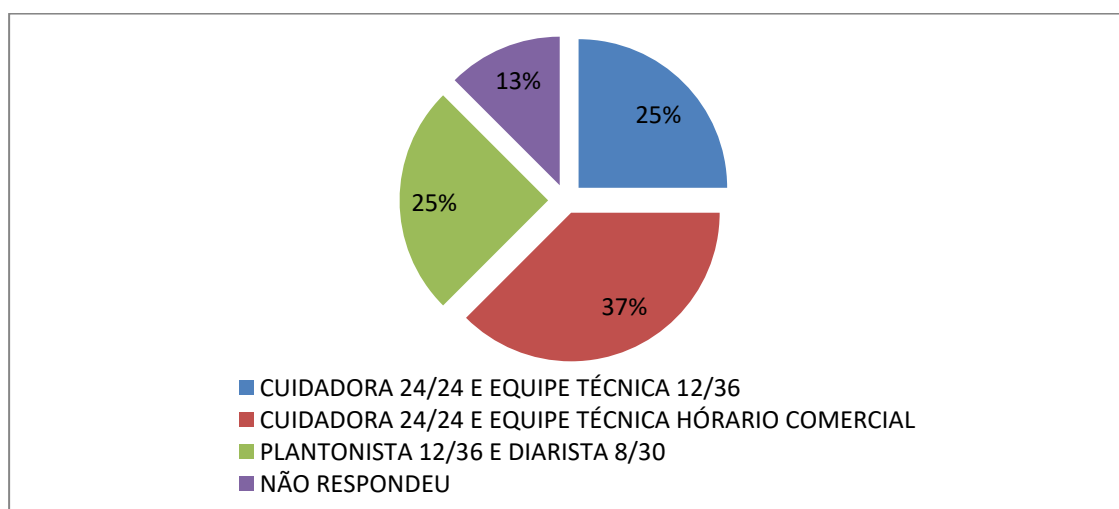


Gráfico 15. Esquema de horário de trabalho

Atendimento às crianças

Em relação à alimentação oferecida nos serviços de acolhimento, 100% das instituições informaram que o preparo da comida é realizado na própria residência institucional. Constatamos, também, que todas as instituições dizem oferecer serviços singularizados às suas crianças, no que diz respeito ao uso pessoal e exclusivo das vestimentas e de local adequado e próprio para cada um guardar seus objetos pessoais.

Quando as crianças são colocadas no acolhimento institucional, sabemos que, na

maioria dos casos, devido à situação de vulnerabilidade advinda da violência física e psicológica, do abandono e/ou da negligência, necessitarão de proteção e um acolhimento atencioso e sensível a essas fragilidades, que aumentam com o afastamento de suas famílias.

Para assegurar o bem-estar e a atenção mínima que essas crianças anseiam, faz-se necessário um preparo técnico, que as observe como singulares, ofertando segurança, um ambiente que não mecanize suas ações, alimentando-as na sua subjetividade (França & Nogueira, 2006). Portanto, em busca da preservação da singularidade de cada sujeito, o atendimento deve ser personalizado, em grupos pequenos, favorecendo o convívio familiar e comunitário.

As instituições foram questionadas quanto à existência de um regulamento interno e seu funcionamento. Todas afirmaram que existia, mas apenas duas apontaram uma flexibilidade na sua execução e na possibilidade de adequação dessas normas (Gráfico 16).

Segundo as normas das Orientações Técnicas – documento regulamentador que estabelece as orientações metodológicas e físicas para o funcionamento das entidades de acolhimento – essas normas devem construir um espaço físico, que também é social, que vise sempre ao bem-estar, a qualidade de vida e ao desenvolvimento das crianças institucionalizadas, direcionando, assim, uma estruturação dos serviços e de um projeto político-pedagógico que busque possibilitar o desenvolvimento biopsicossocial das crianças institucionalizadas. Todavia, esse regulamento deve estar sujeito a adequações em suas normas, quando necessário, para uma melhor oferta de serviços, já que esses objetivam o desenvolvimento salutar dos acolhidos durante sua passagem pela instituição.

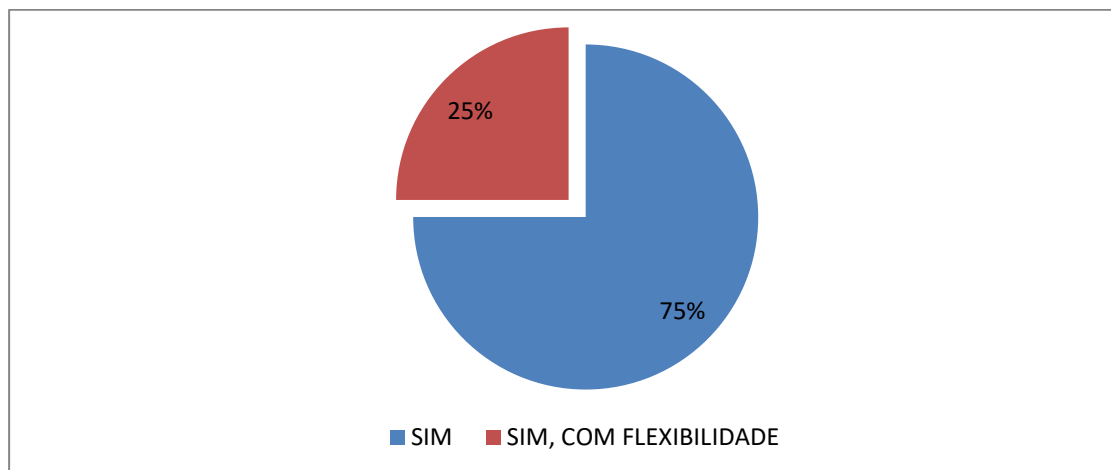


Gráfico 16. Existência de um regulamento interno

Quando questionados sobre as atividades desenvolvidas com as crianças no próprio espaço institucional, foi permitido apontar mais de uma atividade. As estratégias utilizadas pelas equipes técnicas foram: acompanhamento educacional, acompanhamento psicossocial, atividades esportivas, recreação/lazer, atividades culturais. Podemos verificar no Gráfico 17.

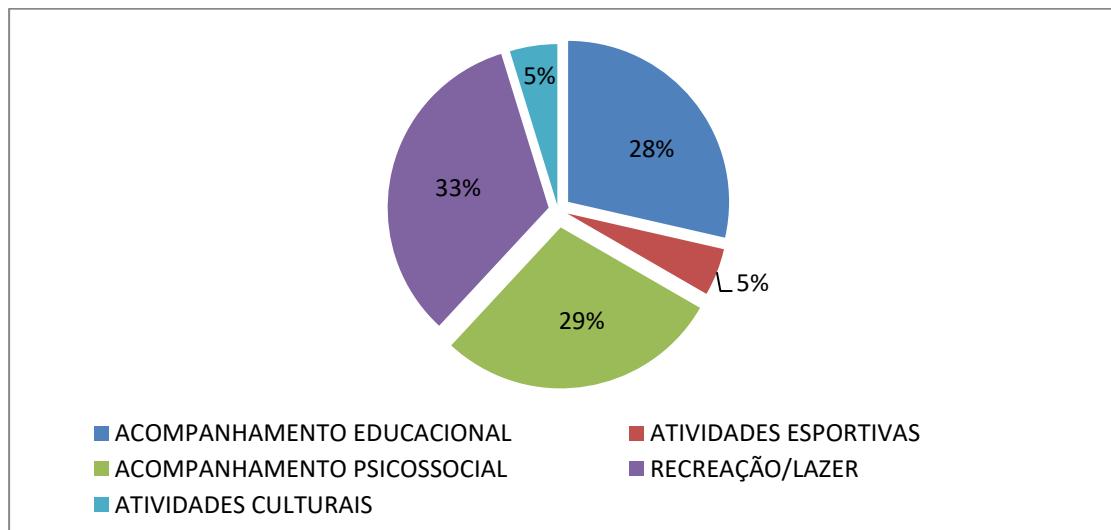


Gráfico 17. Atividades desenvolvidas no espaço institucional

Acreditamos que a instituição seja um local onde as crianças devam criar laços afetivos, construir sua identidade e sua identificação com o local onde vive. Seja longa ou curta a permanência, esta deve favorecer a criação de boas inter-relações, adequações satisfatórias com os objetos e os símbolos que envolvem a estada institucional.

Para a compreensão do movimento das instituições de acolhimento na garantia ou não do direito à convivência comunitária, questionamos os entrevistados sobre as atividades que eram desenvolvidas fora do espaço comunitário. Identificamos serviços escolares, médicos, acompanhamento psicológico, recreação e atividades esportivas. O Gráfico 18 sinaliza a sua frequência.

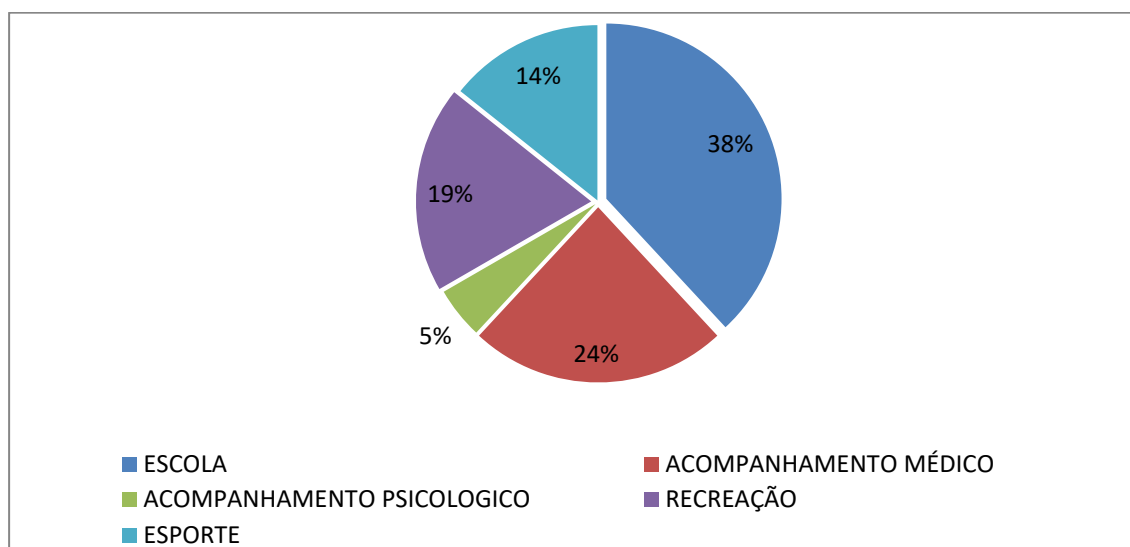


Gráfico 18. Atividades desenvolvidas no espaço institucional

Baseado em Silva (2017), algumas diretrizes podem ser sugeridas na elaboração das atividades internas e externas das instituições: os ambientes onde as crianças estão inseridas devem ser estimuladores de autonomia, criatividade, socialização e possibilitar o desenvolvimento emocional, físico e social; deve levar em consideração as orientações do ECA e do documento “Orientações Técnicas” (Brasil, 2014); inserir as crianças no convívio familiar e comunitário oferecendo um contexto socioeconômico adequado não apenas para instalação da infraestrutura, mas também, para a construção dos serviços político-pedagógicos; garantir a interação social e atividades coletivas que envolvam a sociedade; favorecer a construção de uma identidade e uma apropriação espacial da instituição, criando/fortalecendo laços afetivos e amortecendo os impactos do afastamento familiar.

Em relação ao quantitativo de crianças que estudavam na escola/creche, vimos que

havia um número alto de frequentadores. Para analisar esse dado devemos levar em consideração o número de crianças institucionalizadas e a faixa etária que cada instituição acolhe. Então, três instituições afirmaram ter até cinco crianças estudando; duas instituições afirmaram possuir até 10 crianças estudando; duas instituições disseram que tinham até 20 crianças estudando. Apenas uma instituição disse ter até duas crianças estudando (Gráfico 19). O dado aponta que na rotina dessas crianças, o processo educacional está ocorrendo conforme o esperado, estimulando uma aprendizagem contínua.

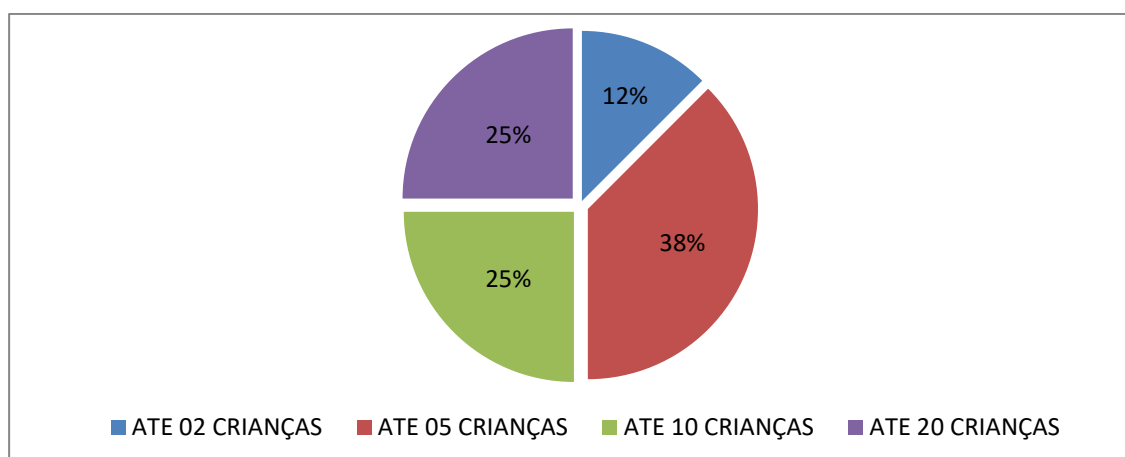


Gráfico 19. Crianças abrigadas que frequentam escola/creche

Outro dado importante é a permissão para passar final de semana/feriado/férias com familiares e/ou responsáveis. Identificamos que das oito instituições, sete unidades, só permitiam com autorização judicial (87%). Somente uma diz liberar apenas para padrinhos. Entendemos que os pais têm um papel importante para o desenvolvimento infantil e exercem essa função através da convivência familiar. Dessa maneira, os cuidadores e técnicos devem estar atentos às modificações que ocorrem no processo e facilitar esse contato, visto que a preparação para reintegração familiar só pode ocorrer com a criação de espaços de convivência; para isso, é preciso capacitar os profissionais, fazendo desses encontros familiares momentos de qualidade, tanto para criança quanto para seus familiares. Implementar um programa seguro de convivência; possibilitar espaços de acolhimento onde a

equipe técnica possa realizar um trabalho de intervenção que permita, à criança e à família, reaprender a interagir.

D- Dificuldades e necessidades da instituição

As instituições foram questionadas quanto às principais necessidades enfrentadas por elas no momento. A grande maioria disse que as adversidades centrais eram financeiras, em seguida, vinha a manutenção dos padrinhos, a estrutura física deficiente e a burocracia do sistema público (Gráfico 20).

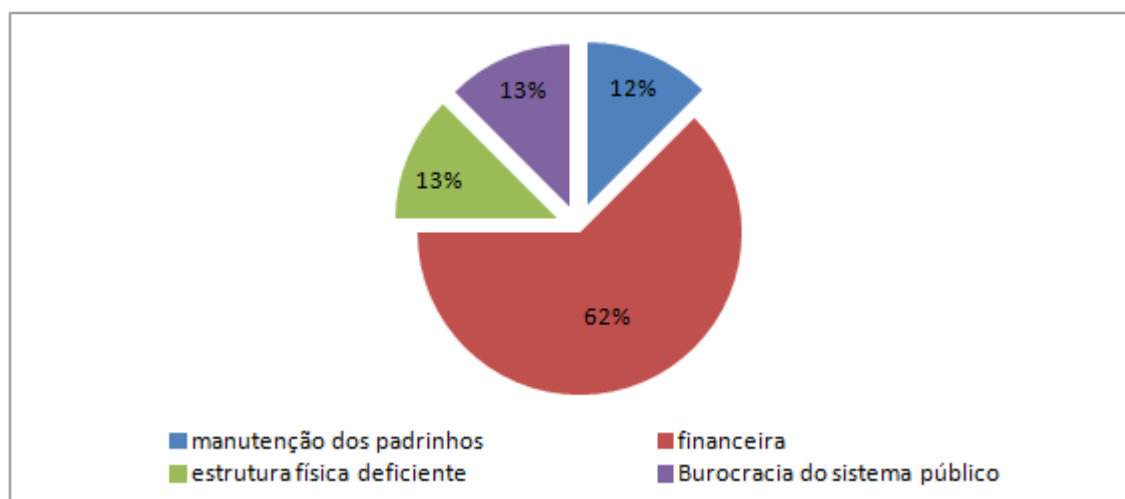


Gráfico 20. Principais necessidades que a instituição enfrenta

Também foi apontada, pelas instituições, a atitude que a sociedade deveria ter quanto ao acolhimento infantil; vimos que o apadrinhamento/adoção foi eleito como a melhor estratégia, seguida pelo voluntariado e pelo trabalho das questões afetivas dos acolhidos com os mesmos escores e, por fim, o investimento em atividades culturais (Gráfico 21).

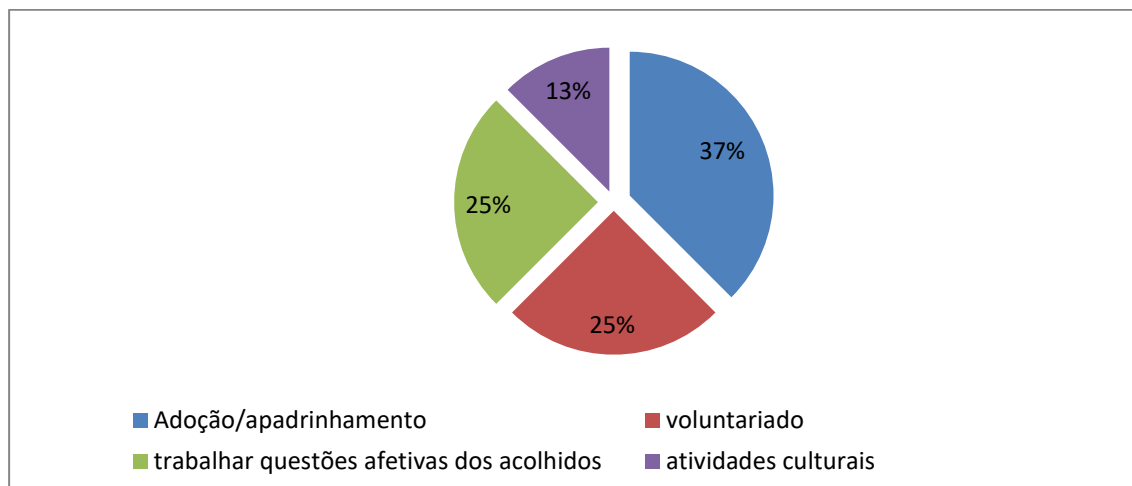


Gráfico 21. Atitudes que a sociedade deveria tomar em relação ao acolhimento infantil

Foi pedido que as instituições elencassem as estratégias que o Estado deveria adotar para melhorar o atendimento nas instituições de acolhimento infantil. Percebemos que as atitudes mais esperadas foram um maior suporte financeiro e apoio aos funcionários. Em seguida, vieram redução de danos e otimização da rede de assistência (Gráfico 22).

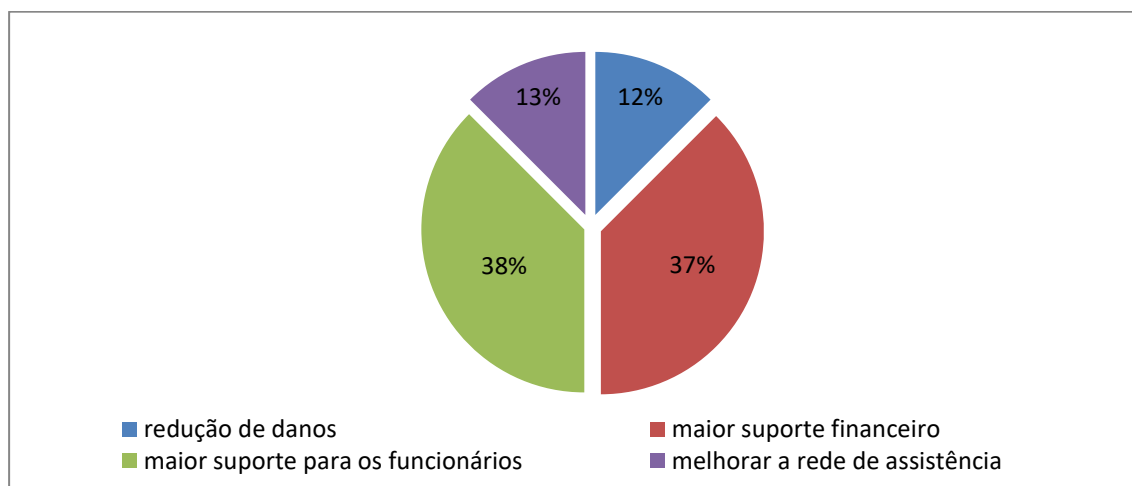


Gráfico 22. Estratégias que deveriam ser adotadas pelo estado para melhorar o atendimento na instituição de acolhimento infantil.

b) Análise das entrevistas

Inicialmente, as entrevistas foram lidas na íntegra; em seguida, foi iniciado o processo de transcrição, tentando manter o máximo de fidelidade com relação ao que foi dito e

expressado, para posterior análise. Essa etapa tem como objetivo investigar as dimensões do mesossistema, equipe técnica/cuidadores e crianças acolhidas, no que diz respeito à rotina e as práticas de cuidados oferecidas na instituição de acolhimento infantil. Trabalhamos as unidades de sentido escolhidas a priori.

1) Unidade de sentido: Caracterização da rotina de atendimento em instituições de acolhimento infantil.

Essa unidade temática foi analisada a partir das respostas aos seguintes questionamentos:

Como é vivenciada a sua experiência profissional na instituição?
Como você percebe o ambiente institucional?
Como você descreve suas atividades diárias aqui? Descreva da sua chegada à sua saída, ao final do expediente.
Como se dá sua rotina diária de trabalho, em termos das atividades ao longo do dia?
Descreva um dia de lazer das crianças. Há uma rotina para essa atividade?
Na instituição, o que você realiza como educador/técnico?
Há alguma articulação com a rede de atendimentos psicossocial da cidade?
O que você observa no dia da visita familiar?

Os técnicos destacaram dois pontos importantes da atuação profissional deles na instituição: um ambiente propício para colocar em prática as teorias aprendidas na graduação; e uma ferramenta de educação para essas crianças:

“Então a minha vivência é pondo em prática aquilo que eu vi na faculdade, e nem tudo que a gente viu lá, tem a ver com a nossa prática. A gente tem que trabalhar, e eu digo sempre isso, com bastante amor, porque essas crianças precisam muito, são carentes de tudo principalmente, de educação. A gente sabe que o estado já não dá uma educação de qualidade, e quando eles são tirados da família, que a família não tem instrução, cabe a gente tá dando essa educação que eles tanto precisam” (Técnica 2).

Os cuidadores também percebem a responsabilidade com a educação das crianças como um fator determinante no exercício do trabalho:

“eles vêm muitas vezes pelo Conselho Tutelar, aí, às vezes, é a mãe que é usuária, drogada, ou por abandono. Aí a gente pega eles para cuidar, não sabemos do histórico deles, a gente cuida, dá comida, banho, carinho, amor, porque chegam todos carentes. Aí a gente faz isso” (Cuidadora 2).

Essa forma de pensar corrobora com a criação de um ambiente institucional adequado para execução não apenas das técnicas aprendidas, mas também, para a aplicação de um olhar humanizado:

“Eu percebo assim, é uma instituição séria, com princípios sólidos de uma educação mais sadia com as crianças, com grandes preocupações de quem está coordenando para que essas crianças possam realmente não se sentir tão abandonadas, diante de tantos traumas que elas trazem. Essa instituição tem trabalhado, temos trabalhado porque também me incluo nesse momento, dando ensinamento para que elas também possam se sentir mais acolhidas, sentirem-se respeitadas. A gente tá fazendo esses resgates na vida delas: de respeito, de autoestima, de algumas coisas que elas possam se transformar, à medida que a gente vai mostrando ou dando condições de uma vivência mais saudável” (Técnica 2).

Observamos que todos os entrevistados, nas suas falas, consideram as influências de outros níveis do contexto ecológico, ou seja, o potencial de desenvolvimento dos ambientes. A harmonia do mesossistema pode criar confiança mútua, uma orientação positiva, e também um consenso de objetivos entres esses contextos, gerando assim, um equilíbrio de poder que favorece o desenvolvimento do sujeito em questão.

“E a gente aprende um pouquinho de tudo; é uma profissão que você tem que ser advogado, psicólogo, administradora, coordenadora que administra as coisas. A

gente administra pessoas, então, tentar manter na linha e não perder o controle. Tentar manter um equilíbrio pra focar naquilo que quer, manter o foco, um alvo que a gente tá trabalhando. Então quando a gente tem um trabalho com a comunidade, a gente foca no objetivo, traçar um alvo, tem um planejamento, mesmo que seja mental, procedimentos, plano A e plano B, e não somente processar” (Técnico 1)

Quanto à rotina das crianças, ficou clara a presença de diversos subsistemas interagindo para a construção de uma estrutura possibilitadora de um desenvolvimento bioecológico, como: comunicação ativa entre as partes, instrumentos reguladores de indicativos para maior supervisão (livro de ocorrência e reuniões constantes). Vejamos um exemplo disso na fala da Cuidadora 03:

“Eu pego às 7:00; o plantão é de 12h. A gente já organiza as crianças pequenininhas; cada educador tem dois ou três crianças de referência para tudo. No meu caso eu tenho três meninas. Aí tudo o que é delas: médico, escola, reforço, higiene, eu resolvo. Desde o café da manhã com as crianças, até a ida à creche, apoio escolar. Organizo o quarto, as suas camas, suas roupas, roupa suja, a organização do espaço”.

A partir de uma abordagem Bioecológica, constatamos que os diversos ambientes influenciam simultaneamente nos níveis meso, exo e macrosistêmicos, podendo possibilitar condições favoráveis ou de risco para as crianças acolhidas e seu desenvolvimento. Essas interferências estão situadas em um determinado tempo e caracterizadas por suas especificidades.

Técnica 04:

“Quando elas (crianças) chegam da escola, tenho a responsabilidade de olhar a blusa, ver as tarefas de casa, se há alguma tarefa, olhar os trabalhos, essas atividades são parte da minha rotina. Chegar, sentar junto com elas, olhar as atividades que têm para elas fazerem, ver os assuntos que elas estão trabalhando na escola, estudar,

prepará-las para as provas e também fazer oficinas. Preparar algumas oficinas temáticas que serão realizadas quinzenalmente. Trabalhamos o meio ambiente, contação de história, pintura com todos juntos, proporcionando uma integração tanto das crianças que estudam pela manhã, com as que estudam à tarde”. (Díade - escola/instituição)

Observamos nessa fala o quanto é importante o acompanhamento da vida das crianças pela instituição, porque cria a oportunidade de saber o que será necessário para elas aprenderem e, assim, o técnico tentará construir essas ferramentas educativas que situassem as facilidades e as dificuldades de aprendizagem, direcionando a sua intervenção.

No discurso da Técnica 03, sinalizado abaixo, está representada a tríade: serviços de saúde/comunidade/instituição.

“Algumas crianças fazem algum tipo de terapia. Geralmente os atendimentos ocorrem nas segundas-feiras, também temos uma parceria com o NEAS, um grupo espírita que tem atividades pedagógicas, atividades de espiritualidade, acontecendo duas vezes na semana.”

Dessa forma, os relatos acima e as diferentes propostas de atividades voltadas para o benefício das crianças acolhidas, ratificam que um mesossistema com qualidade favorece para ampliar o potencial desenvolvimental das relações.

Observamos que o lazer das crianças ocorre diariamente, em praças, parquinhos ou na própria casa de acolhimento, com horários previamente destinados a essas atividades:

“Um dia de lazer pode ser na casa. Quando tá chovendo, a gente coloca cinema, com pipoca, uma leitura e brincadeiras. E quando faz sol é na parte externa, pode ser praia. Na praia a gente leva lanche e água” (Cuidadora 04).

Assim como acontece com crianças criadas por suas famílias de origem, há saídas a shoppings, praias, ou seja, ambientes públicos semelhantes:

“Temos bicicleta, colocamos as crianças para brincarem como em uma casa normal. Como nossos filhos, que a gente põe pra brincar na rua, a gente trabalha bastante isso com as crianças da instituição. Elas brincam na rua, interagem com os vizinhos, tem o momento delas de lazer” (Técnica 03).

Sobre o relato dos técnicos e cuidadores sobre a rede de assistência psicossocial da cidade, observamos uma diversidade de realidades a partir do contexto socioeconômico de cada município. Na maioria dos relatos, foi pontuado que a escassez de serviços dificultava o desenvolvimento biológico das crianças:

“A gente tenta se articular, mas, como sabemos que há uma escassez muito grande, às vezes, como eu já disse, é normal não que a gente não tenha regalias, mesmo acreditando que o Estado deveria nos proporcionar essa atenção. Temos um posto de saúde próximo, só utilizamos para vacinas, pois para consultas não conseguimos. Muitas vezes, a gente tem que pedir doação para conseguir uma consulta urgente para uma criança que precise ir, por exemplo, ao psiquiatra. Procuramos parceiros, pediatras e dentistas que atendam de maneira voluntária. É uma articulação de atividades de voluntariado, já que não temos uma rede do Estado eficiente para contar” Técnica 03 - (Tríade – Instituição/Estado/Comunidade).

A abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano, indica fatores relevantes sobre o relacionamento da instituição com o Estado e a comunidade: a oferta de serviços com eficácia, a comunicação e parceria com a comunidade (atividades voluntárias, doações) e a bidirecionalidade das interações. Esses aspectos são indicadores de trocas que acontecem no mesossistema, para assegurar o seu bom funcionamento.

Todavia, outras realidades de serviços oferecidos às instituições de acolhimento foram encontradas; vejamos:

“A gente tem diversas redes; tem um Caps aqui perto, que podemos contar com eles.

Tem a pediatria, o próprio programa da família que nos atende, porque às vezes a demanda tem um prazo para receber crianças, mas, em se tratando da instituição, eles dão certa prioridade”. (Técnica 02).

Ainda,

“Sim, existe uma pediatra que vem sempre, diariamente, e além disso, tem o postinho que fica do outro lado da rua, que eles são atendidos toda terça-feira e nos dias de consulta já agendados anteriormente. Existe também um voluntário que corta o cabelo das crianças uma vez por mês. Apenas as meninas maiores que não obrigamos a cortar os cabelos, deixamos elas a vontade; só cortamos quando pedem” (Cuidadora 02).

Outro ponto relevante para nossa análise é a percepção desses técnicos/cuidadores a respeito da visita familiar. Constatamos os impactos desse mesossistema no desenvolvimento emocional dessas crianças:

“É interessante e difícil, no sentido assim: para elas, aquele momento é muito gratificante. Mas depois é difícil quando as pessoas precisam sair. Eles (familiares) podem vir constantemente, mas toda a saída tem choro, tem tristeza, tem baixa. Às vezes eles estão com raiva, mas quando a família chega é aquela alegria” (Técnica 02).

A partir dos relatos dos técnicos/cuidadores a respeito da visita familiar, vimos os impactos do exossistema:

“O que eu acho bem interessante, que eu nunca imaginei isso, é ouvir uma criança de quatro anos dizer assim: - tia, o Juiz vai me dá a minha guarda quando? Porque às vezes escuta conversas de um adulto. Perguntam: – tia, foi o conselho tutelar que me trouxe, minha mãe disse que não era para está aqui, mas foi o conselheiro que me trouxe. E o que esse Juiz vai dizer?” (Técnica 02).

A rotina dessas visitas também pode ser vistas. Em algumas instituições, o acesso era liberado, sem dias e horas pré-estabelecidas objetivando uma reaproximação dessas famílias de origem. Contudo, identificamos instituições que determinavam esses encontros, pois acreditavam que os impactos afetivos mobilizavam as crianças:

“Eles ficam supercontentes, animados; é uma festa, apesar de também muitos não receberem visitas dos pais. O ruim é na hora de ir embora: muitos choram muito, entram em desespero porque pensam que vão embora e sabemos que aquilo não vai acontecer; nessas horas tentamos dar o máximo de carinho e consolar eles... existe um dia para essas visitas; geralmente dias pares e com a autorização da juíza; aí, a equipe técnica solicita aos familiares que venham visitar. Essas famílias não podem vir diariamente, só quando é marcado as visitas. Percebo que eles ficam mais abalados depois que os pais se vão, porque muitos pensam que já podem ir embora” (Cuidadora 04).

Em diversas entrevistas foi possível constatar, nas falas dos entrevistados, que o momento da visita era o mais esperado pelas crianças, mas também, uma das situações mais delicadas. As crianças eram afetadas intensamente, com a ansiedade da espera por seus familiares e com a tristeza de sua partida. Questionamentos eram feitos pelas crianças aos técnicos e cuidadores, gerando uma necessidade de preparação e acompanhamento dessas crianças para o contato com suas famílias e/ou membros da comunidade. Com isso, visa-se a um encontro de acolhimento, conforto e privacidade, para que ocorra de forma esperada trazendo benefícios tanto para a criança quanto para o familiar, conforme já pode ser identificado em estudos anteriores (Carvalho & Delgado, 2014; Siqueira & Dell’Aglío, 2011).

2) Unidade de sentido: A percepção dos educadores e cuidadores sobre a qualidade das práticas de cuidado oferecidas pela instituição.

Essa unidade temática foi analisada a partir das respostas aos seguintes questionamentos:

Como você percebe o seu trabalho em relação à rotina institucional?
Fale sobre as dificuldades e facilidades no exercício do seu trabalho institucional.
Na instituição em que você trabalha existem regras para regulamentar as rotinas e práticas de cuidado? Se sim, quais são? E como foram criadas? Há a prática de rediscuti-las? Se não, por que não existem?
A instituição em que você trabalha realiza um trabalho de preparação dos profissionais, orientando-os para essa rotina e práticas de cuidado?
Para você, como essa preparação pode contribuir para o processo relacional educador/criança?
Como você descreve a sua relação com o corpo profissional da instituição?
O que fez você escolher trabalhar nesta instituição?
O que você pensa da realidade enfrentada pela criança em acolhimento institucional e sobre a história dessas crianças?

Sobre a percepção que o funcionário tem do seu trabalho quanto à rotina, vimos que há um claro entendimento dos profissionais envolvidos na rotina e nas práticas de cuidados sobre sua atuação para o andamento das atividades em que a criança está inserida. Vejamos as falas a seguir:

“Eu acredito que é de suma importância, porque é exatamente essa rotina deles terem tarefas na escola, das cuidadoras serem responsáveis pelo cuidado, pelo banho, pelo trocar roupa, ir buscar na escola, ter sempre aquela pessoa que senta com eles, para olhar a tarefa, pra ensinar mesmo. Eu acredito que minha profissão aqui é de suma importância; é preciso ter alguém para está olhando, para está chamando, para está ensinando, indo na escola, conversando com o professor, matriculando as crianças na escola, quando necessário, pegar uma documentação. Então, acredito que é de suma importância! Diariamente são oito crianças que estudam, ou seja, são oito cadernos para olhar, oito atividades diferentes”. (Técnica 03).

Percebe-se nessa fala uma perspectiva sistêmica do fenômeno instituição, sucesso e

escola. Torna-se possível identificar a dependência dessas duas estruturas para a rotina bem-sucedida de ambas. É relevante salientar que, embora não fosse determinada inicialmente a importância efetiva da escola nesse processo de desenvolvimento - já que a escola não foi alvo do nosso estudo - as trocas nesses contextos reforçam o que já foi apontado pela teoria Bioecológica sobre a influência do mesosistema. O fortalecimento das trocas entre esses dois contextos, escola e instituição, possibilita os efeitos potencializadores das atividades e, conseqüentemente, os impactos positivos no desenvolvimento bioecológico dessas crianças.

Ao avaliar as dificuldades e facilidades no exercício do seu trabalho institucional, encontramos falas que revelam a importância da discussão sobre o ambiente institucional enquanto local de inserção imediata, onde as crianças viverão períodos curtos ou longos de suas vidas. Diante disso, observamos a fala da Técnica 02, ao refletir sobre suas facilidades e dificuldades:

“Eu acho que a maior facilidade assim, é ter me identificado em trabalhar com crianças nesse meio. A princípio, eu diria que nunca pensei em trabalhar com crianças que não tivessem os pais, porque algumas situações que elas trazem, e eu não imaginaria antes. Quando eu cheguei, fiquei muito insegura, lamentando os traumas que eles traziam sendo tão pequenos; tem momentos que a gente sai daqui, e eu já sai daqui muito mobilizada, e triste né, com os sentimentos abalados de ver situações de crianças que eu mesma como adulta, nunca tinha vivido. Eles conversam, têm ouvido, eles podem falar das tristezas deles, das dores, eles são crianças vão tendo oportunidade de falar, e não ficar mais sozinho com aquelas questões né? São coisas que perturbam o desenvolvimento deles, algumas dificuldades, e eu tenho como ajudar a ele, eu posso buscar alívio para o sofrimento. E isso é o dificultador; vamos dizer que não é uma coisa que facilita muito, penso: – meu Deus, estou passando mal, está doendo demais vê esse menino falando isso. Tem outra situação que as vezes

dificulta: é lidar com todo o grupo, principalmente os cuidadores. Elas acham: mas esse menino já é assim! Já tem alguns estereótipos, já tem alguns pré-julgamentos, que você vai ter, não apenas lidar com as questões das crianças”.

Ressalvamos, na fala, aspecto relevante sobre a instituição de acolhimento, que não pode deixar de ser analisado devido ao seu grau de importância para o entendimento dos contextos e sua interferência no desenvolvimento humano. Seriam as crenças e valores da equipe profissional, que trabalha nesse local, acerca do acolhimento e das práticas, que refletem e interferem nas atitudes e padrões de comportamentos presentes na equipe técnica. Todavia, há outros fatores que devem ser avaliados: seria o ambiente físico e social, ou seja, os espaços, rotinas e equipamentos que compõem o ambiente institucional. Esse ponto foi salientado pela Técnica 03, quando nos disse:

“As dificuldades hoje, da casa, é a estrutura física, o tamanho da casa que infelizmente é pequena. Não temos um ambiente para estudo, uma sala onde eu possa sentar e conversar. Como é uma casa com muita criança, a dificuldade hoje seria o nosso espaço, para gente sentar, para conversar com a criança”.

É importante considerar com essa fala, que a estrutura física interfere diretamente na rotina e práticas de cuidado, já que será necessário existir uma condição mínima para desempenhar as atividades propostas, pois a pequena oferta de repertório padroniza o atendimento, sobrecarregando os cuidadores. Essas variáveis podem ser de risco, impactando negativamente no desenvolvimento infantil.

Outro ponto que merece destaque é a influência do macrosistema, este apresenta características gerais das diversas culturas, que podem influenciar a prática de atividades e determinar estruturas de regras sociais, que individualizam as sociedades. Consiste em variáveis como: valores, crenças, modos de viver (Bronfenbrenner, 1996, 2011; Narvaz & Koller, 2004). Foi possível perceber a influência desse mecanismo nos discursos da Técnica

03, vejamos:

“A gente tem dificuldade na rede pública de ensino, em questão de vaga, principalmente dos pequenos. Geralmente temos doações, daí colocamos a criança na escola particular, às vezes, são seis meses para um doador. Temos também problema com o sistema de saúde! O posto de saúde daqui não funciona; quando precisamos, temos que levar a criança no Pan de Areias, necessitando de toda uma logística: transporte, uma pessoa que leve, que fique lá com a criança. A gente faz parte da rede, mas só que a rede não atende às nossas necessidades”.

Outro ponto importante a considerar pela Cuidadora 01:

“As facilidades encontradas nesse trabalho vêm do esforço da equipe, que é uma equipe comprometida com as crianças e com a instituição. As dificuldades que encontramos se dirigem mais na parte burocrática, falta de agilidade na contratação dos profissionais que encerram seus contratos, a formalidade para atender às necessidades urgentes quebra um pouco o andamento da prestação de serviço de qualidade a essa instituição e aos que dela fazem parte”.

A burocratização da oferta de serviços, apontada pelas participantes, sugere que as interconexões entre os principais cenários/contextos que a criança em desenvolvimento está situada demonstra as afetações típicas de uma cultura. Essa população, ao longo da sua construção social, é submetido a impasses socioeconômicos e culturais que dificultam a execução de projetos e programas sociais com qualidade e eficiência.

Ao questionarmos se haveria um regulamento na rotina e práticas de cuidados, e, se este poderia ser rediscutido, constatamos que há um direcionamento nacional que conduz grande parte da rotina dessas instituições, o CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado em 1991 pela Lei nº 8.242, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como o principal órgão de garantia desses direitos. É a sociedade

civil e o governo, através de uma gestão compartilhada, que definem as diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Os acontecimentos históricos, como a criação das Leis e das Políticas de Assistência, como também valores culturais. O macrosistema é fator influenciador dos outros sistemas ecológicos. Vejamos nos discursos das Técnicas 01, 02 e 04, respectivamente:

“Toda casa de acolhimento tem um projeto, então, tem que obedecer ao estatuto e ao regimento da casa, que será apresentado às autoridades que liberam o funcionamento do apoio aqui. O CONANDA nacional, nos dá um manual de como nós devemos proceder em relação a todos os aspectos, do acolhimento ao desacolhimento. A partir do CONANDA, tem que manter uma rotina. Nós somos livres para gerar a nossa rotina, mas ela tem que seguir algumas normas” (Técnica 01);

“Algumas situações, a rotina é estabelecida pelo próprio juizado e ela toda regida pelo ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, o que às vezes pode ser modificado são alguns comportamentos, algumas situações de rotina, que são desenvolvidas de tal forma” (Técnica 02);

“Existe o Projeto Político Pedagógico que regulamenta todas as nossas diretrizes, nos dando suporte para atender com qualidade aos usuários desta instituição” (Técnica 04).

Embora o foco desse texto esteja no mesossistema, consideramos as influências de diversos níveis do contexto ecológico, haja vista o proposto por Bronfenbrenner (1979, 1996) “na pesquisa ecológica, as propriedades da pessoa e do meio ambiente, a estrutura dos cenários ambientais e os processos ocorrendo dentro e entre eles devem ser considerados como interdependentes e analisados em termos de sistemas” (p. 33).

Considerando a realidade das crianças institucionalizadas, as atividades propostas pela

instituição podem favorecer a adesão dessas crianças à rotina estabelecida e, assim, possibilitar os processos proximais, “formas particulares de interação entre organismos e ambiente que operam ao longo do tempo” (Narvaz & Koller, 2004, p. 54). Para isso, as instituições pesquisadas, na sua totalidade, apresentaram uma política de abertura constante a rediscussões dos procedimentos internos, permitindo a participação das crianças a partir do grau de satisfação das atividades, sem interferir nos regulamentos estabelecidos pelos órgãos competentes:

“A gente está reforçando para as crianças. E essas regras foram feita por elas, para elas. Tem sempre a possibilidade de mudar as regras e a gente acata, dentro do que dê pra todo mundo, visando sempre ao direito e aos deveres de cada um, porque, como eu já te disse, são crianças que só querem mais os direitos (riso)” (Cuidadora 01).

Endossado pelas técnicas:

Técnica 01:

“Rediscutimos as regras sim, porque se uma rotina foi estabelecida para um e a gente vê que não está respondendo, ou não está conseguindo alcançar, temos que sentar novamente com a equipe, repensar e programar. Então, essa rotina é flexível para atender à necessidade do usuário. E a gente tem que repensar também nela, ela tá sendo funcional? Então, a gente precisa sempre estar fazendo reuniões para avaliação dessa rotina, avaliação desses procedimentos, onde poderíamos melhorar”;

Técnica 02:

“A gente não redimensiona regulamentos. O que a gente tem, a gente faz adaptação, redireciona, às vezes, os procedimentos internos. Vamos dizer, a gente tem uma rotina; os turnos, eles funcionavam de sete da manhã às sete da noite; dois cuidadores saíam de manhã. Começamos a repensar a questão dos turnos e das atividades”.

Quando a instituição elabora atividades com diferentes graus de aprofundamento, gerando interações promotoras de desenvolvimento e favorecendo uma análise crítica, dentro de um ambiente com materiais e estruturas que possibilitem sentimentos de pertencimento e engajamento das crianças, está promovendo desenvolvimento humano a partir de padrões duradouros de interação (Narvaz & Koller, 2004). Vimos esse posicionamento nas instituições investigadas:

“Estamos atualizando e aprimorando o processo pedagógico. Temos também a atualização dos termos de convivência, das regras, dos trabalhos que são feitos, mudança de horários. Para isso, temos reunião com toda a equipe técnica, de quinze em quinze dias. E com a equipe toda junta, com os cuidadores, da mesma forma. Aí, nesse momento, falamos o que está acontecendo, quais são as dificuldades e juntos tentamos melhorar. A gente vai mudando as regras de convivência, regras de visitas, se estão tendo alguma dificuldade elas passam para a gente quais são as dificuldades que estão enfrentando, essas observações são feitas em reunião” (Técnica 03).

As instituições afirmaram haver um trabalho de preparação dos profissionais, orientando-os para essa rotina e práticas de cuidado. Vimos tanto na fala dos técnicos, quanto dos cuidadores.

“Na semana passada, a gente fez uma capacitação. Pelo menos a cada seis meses fazemos uma reciclagem, capacitando os capacitadores, capacitando o cuidador. Então, trazemos novamente a leitura do nosso regimento, a questão da legislação”.
(Técnica 01)

“Tem capacitações, fizemos no mês de maio (2017) duas vezes: rito de passagem, de história de vida. Foi excelente, teve o momento de leitura e fora outros; estamos sempre nos reunindo, nos capacitando, eles (direção) têm essa preocupação”

(Cuidadora 03).

Vimos um mesossistema que favorecia o potencial desenvolvimental dos ambientes que mantinham inter-relação. A comunicação era próxima e pessoal, através das diversas atividades propostas em grupo para discussão, sobre os casos e rotina existente. Os profissionais recebiam orientações e eram escutadas em suas experiências vividas, podendo compartilhá-las, proporcionando confiança mútua, orientação positiva e um equilíbrio de poder; assim, os objetivos eram coerentes em favor da pessoa em desenvolvimento, no caso, as crianças. Destacamos falas que apresentam essas situações:

“Sempre vêm cursos profissionalizantes”. Aqui são vários cursos, para todas nós que somos cuidadoras. A última vez foi há 15 dias. Geralmente temos cursos de 15 em 15 dias ou de mês em mês, sempre estamos tendo cursos; nossa pasta está cheia de certificados. Também somos orientadas como deve ser a rotina pela equipe técnica e pela diretora. As crianças também estão sempre falando para a equipe quando não fazemos algo correto” (Cuidadora 04).

Observamos que essa preparação contribuiu positivamente no processo relacional educador/criança. Em Pernambuco, não temos pesquisas que apontem as práticas de cuidado, contudo, nas cidades de Curitiba e Santos pesquisadores (Prada, Cavalcanti, Weber, 2007) identificaram que as instituições investigadas nesses centros urbanos tinham práticas disciplinares que prevaleciam: práticas coercitivas sobre a prática não coercitiva, ou seja, práxis educativas notoriamente inadequadas, constituindo-se como uma função discriminativa para essas crianças. No nosso estudo, o que podemos identificar como resposta à preparação e seus reflexos no processo relacional são práticas educativas que possibilitam os processos proximais, a comunicação e, assim, o aumento do potencial desenvolvimental dos ambientes, como dito anteriormente. Vejamos nos discursos a seguir:

“Essas capacitações favorecem muito a qualidade do atendimento a essas crianças

que chegam em estado de vulnerabilidade, fazendo com que a equipe tenha uma visão mais ampla, mudança de atitudes e soluções para o enfrentamento das dificuldades que essa criança venha a passar” (Técnica 04).

“Então eu acho que isso traz sim, traz um novo repensar de postura. Repensar em participar como equipe, e a questão de trocar experiência: comigo funcionou assim!; funcionou o que?; o que é que tu fez?; O que não deu certo?. A legislação mudou como assim? Então, eu gosto de estimular os nossos educadores, para eles valorizarem o que somos e o que fazemos, que todos são voluntários” (Técnica 01).

“Difícil de descrever, acho que é um momento único! Nesses quatro anos que estou aqui, foram crianças indo e vindo. Somos chamadas de mãe; é muito afeto. O momento que eu estou com elas tem afeto, aquela troca, aquela parceria. Escutamos cada coisa, às vezes, são perguntas que temos que responder como mãe. Muitas vezes, as mães não vão e eu estou lá presente! Quando eu chego, vejo a carinha deles na porta, na reunião: - olha, a tua mãe veio! – não, né minha mãe não, é minha tia! Mas estou ali sempre presente, sempre procurando por eles e observando o que sentem. O meu trabalho é proteger eles” (Técnica 03).

Outro ponto relevante é a construção de díades, que é peça fundamental no modelo ecológico, podendo acontecer em maior proporção em estruturas de inter-relações interpessoais como mais de dois membros (tríade, tétrades) ocorrendo de maneiras diferentes no seu potencial de impacto psicológico nos indivíduos. Encontramos a díade observacional.

“Facilita muito, principalmente quando você pega uma boa facilitadora. É importante uma facilitadora com muita carga de assistência. Para a gente ficar por dentro das mudanças e atividades.” (Cuidadora 01)

Encontramos também a díade de atividade conjunta; vejamos:

“Eles (técnicos) ajudam muito; a gente tem aprendido bastante, muitas coisas que não sabíamos e colocamos na prática” (Cuidadora 03).

Os técnicos e cuidadores afirmaram, em sua maioria, ter escolhido trabalhar na instituição por uma questão de cunho social. Chama-nos a atenção que nenhum mencionou o fator financeiro, de sobrevivência, no custeio de seus gastos, como determinante para a execução dessa atividade laboral. Comentou a Técnica 01:

“Eu tenho uma paixão pelo trabalho comunitário, é uma realização do ponto de vista que eu estou fazendo aqui o que realmente eu quis fazer. Eu estou atendendo uma necessidade, eu quero focar, gastar mais energia, mas, nesse momento, nessa atividade”.

A Técnica 03, endossa essa perspectiva quando afirma:

“O lado social né! Eu sempre gostei de estudar, de estar na sala de aula; queria ensinar em uma escola particular. Mas eu acredito que o social é importante, poder fazer a diferença na vida dessas crianças, que realmente precisam. No primeiro dia que eu vim para a entrevista que eu fiquei ali sentada (aponta para o terraço), as crianças chegaram perto, nem me conheciam, vieram e me abraçaram, e eu vi que elas realmente precisavam. Dessa forma, eu abracei a causa e estou aqui até hoje (risos)”.

Os discursos já construídos sobre abrigamento infantil afirmavam a importância desse local geográfico, considerando como o lugar que acolhe e possibilita o desenvolvimento salutar, contribuindo para a formação das crianças. Contudo, como os olhares de investigação partiam de um modelo que tinha como referência a família constituída pela figura paterna e materna, dessa forma muitos artigos consideravam a ausência desse modelo tradicional como um meio favorável ao fracasso no desenvolvimento saudável desses sujeitos (Ayres, Coutinho, Sá & Albernaz, 2010). Tomando com base essa perspectiva, foi possível verificar,

nas falas dos entrevistados, coerência com esse levantamento realizado quando questionamos o que os profissionais pensavam da realidade enfrentada pelas crianças acolhidas e sobre as histórias pessoais dessas:

“É assim, aprendemos a lidar com eles que são crianças difíceis; temos que está sempre com a cabeça tranquila, ser organizado e não deixar nada afetar a eles, os nossos problemas. Damos amor, carinho por que eles vêm de lugares difíceis. A gente tenta sempre dar o melhor para essas crianças” (Cuidadora 02).

“Tem crianças que a gente fica assim entendendo que, talvez uma mudança, partindo para adoção possa ter muito mais oportunidade do que permanecer na família. Mas a gente não tem nenhum olhar, nenhuma direção, de sair tirando todo mundo da sua família, sabe que aquela criança, a história dela pode mudar. Até naquela mesma família que ela veio, mas existe uma preocupação porque todos que chegam aqui têm alguns déficits, passaram por algumas negligências que são comprometedoras. Existe uma preocupação, no geral, porque elas têm situações que precisam de muita reorganização para que tenham um futuro melhor” (Técnica 02).

Todavia, ao estudarmos o contexto de desenvolvimento e a função das díades, entendemos que se deve considerar as diferentes formas pelas quais uma terceira pessoa pode facilitar ou comprometer a capacidade da díade atingir suas funções desenvolvimentais. Diante disso, entendemos como importante não apenas o vivenciado pela criança no seu microssistema familiar, mas a sua inserção e adaptação no seu microssistema institucional. Concordamos com Rosier e Stoltz (2014) quando dizem ser importante a atividade conjunta na díade criança-adulto para o desenvolvimento desta, pois o adulto traz segurança emocional, como também, é uma figura mais experiente no ambiente da criança.

Outro ponto chave é a inserção em novos ambientes, pois traz consigo a possibilidade

de ampliação do mesossistema e uma maior conexão entre o que foi visto e o que se experienciou. As fronteiras são ampliadas para além do microsistema familiar, favorecendo o protagonismo, não se restringindo apenas às referências dos adultos, mas à construção de uma autonomia que visa à formação de uma análise crítica (Rosier & Stoltz, 2014).

Não podemos deixar de levar em consideração uma ferramenta fundamental para a construção da autonomia e do desenvolvimento bioecológico: a convivência com os iguais, que não foi mencionada pelos técnicos e cuidadores, entretanto, é destacado por sabemos que os iguais exercem uma forte influência, diminuindo a dependência de um adulto, tornando a criança capaz de funcionar efetivamente.

3) Unidade de sentido: As práticas de cuidado oferecidas às crianças em instituição de acolhimento.

Essa unidade temática foi analisada a partir das respostas aos seguintes questionamentos:

Como você descreve o seu contato com as crianças?
A partir da sua percepção, como você vê a interação das crianças umas com as outras? Ou entre si? E com as demais pessoas do ambiente institucional?
Descreva um dia de visita familiar: como as crianças interagem?
Como os profissionais se relacionam com as crianças? E com os demais membros institucionais?
A equipe de profissionais se reúne com frequência? Há espaço para comentários pessoais e exposição de sentimentos?
Para você, como essas reuniões podem contribuir para o processo relacional educador/criança?
As manifestações familiares sobre as crianças são acolhidas e debatidas?

Quando questionados sobre o seu contato com as crianças, os técnicos e cuidadores apresentaram, no geral, um quadro de muita harmonia e dedicação para com as crianças. A percepção das relações estabelecidas é que as vinculações favoreciam ao desenvolvimento, não apenas do ser humano em formação, mas de uma rotina que provocaria uma agregação de valor nessa construção subjetiva. Vejamos as falas:

“As crianças vêm em busca da questão afetiva. Então é muito importante esse tipo de trabalho, a manutenção desse vínculo, entender que nós não somos os pais, porque toda criança será reinserida na sua família, mas oferecer esses cuidados e lembrar que são crianças, de 3 a 6 anos que estão sem a figura familiar, mas que precisam ter essa referência. Então, como nós trabalhamos com esse sistema de casa Lar, tentamos manter essa visão de uma casa, de uma família. Tentamos trazer o máximo de aconchego e cuidamos bem das suas feridas, oferecer essa proteção básica aos pouquinhos” (Técnica 01).

“Tem o monitoramento que é feito pelas meninas (administrativo) que é de seis meses, elas (as crianças) vão e, às vezes, para sempre. Como diz o diretor, são nossos filhos de coração, então estarão aqui pra sempre, dentro do coração. Marcamos na vida delas e elas, sempre procuram aqui (instituição) e a gente também sempre procura manter o contato através de telefone, através de foto, né. Nas nossas festas, a gente procura chamar essas crianças que passaram pelo nosso lar, e elas vêm e participam, acho que é um vínculo eterno que eles têm” (Técnica 03).

“Nossa relação é muito boa; quando eu chego, elas vêm logo me abraçar, pedir algo que querem, pedem sempre algo da cozinha. Sempre dou uma fruta; tento criar vínculo com eles” (Cuidadora 03).

Todavia, houve discursos que revelaram preocupação apenas com a execução do proposto pelo cargo, observando o cumprimento das competências cobradas pela gestão da instituição, sem estabelecer propriamente uma vinculação afetiva:

“Tranquilo! Acho que a gente tem que ser, eu falo forte, não grito. Para impor, também se não for assim, você não consegue trabalhar. Tem que se impor mesmo com eles, já que são tão agressivos, que podem tudo. Na minha casa, os meninos não

fazem o que querem, tem que ser um diálogo, na conversa, para aprender as coisas diárias, eu acho tranquilo a relação. Com as crianças e os adolescentes sempre procuro conversar, procuro ser justa, porque a coordenação vê muito isso. Fazer com todos iguais, não ter diferença porque eles percebem. Então, pela minha experiência, eu trago comigo de não ter preferência com nenhum” (Cuidadora 01).

Vimos que diversos estudos indicam que a rotina institucional e pessoal, quando tem suas normas cumpridas, favorece o desenvolvimento infantil. Outro dado relevante é a interferência da estrutura física, higiene e do cronograma de atividades; esses fatores também demonstram o padrão de qualidade nessas práticas de cuidado. No nosso estudo, vimos que ao abordamos fatores que representam qualidade do acolhimento infantil aos participantes, percebemos que, em sua maioria, apontaram que os espaços físicos e a rotina possuem coerência entre o ambiente físico e social, proporcionando práticas cotidianas que refletem e interferem em um desenvolvimento bioecológico. Todavia, alertaram para ausência de equipamentos que facilitariam essas práticas, tornando-as mais eficazes. Outro ponto analisado por nós foi a interferência das crenças e valores da equipe que trabalha nas instituições, acerca do acolhimento infantil. Alguns entendiam essa circunstância como algo negativo e prejudicial, a ponto de influenciar no desenvolvimento salutar.

Entrevistar os técnicos e os cuidadores nos serviram como norte para a análise das variáveis que contribuem para o desenvolvimento das crianças acolhidas. Visto que a passagem pelo acolhimento institucional deixa marcas através das práticas de cuidado que foram oferecidas. Essas crianças serão submetidas a padrões de convívio social que as transformarão em adequados ou inadequados ao meio ambiente, ao executarem seus papéis sociais e ao estabelecerem relações interpessoais no percurso da sua vida.

A fala dos participantes é considerada importante, uma vez que revela os processos de interação que, ao nosso ver, não se limitam ao contato com os técnicos e cuidadores, mas

com as outras crianças, os iguais. Nas falas dos entrevistados foi possível identificar a presença do microssistema e suas particularidades, disposição, recursos e demandas, que interferem no local imediato em que as crianças estão inseridas e estabelecem suas relações mais proximais:

“As crianças entendem que são parte de um conjunto, que podem interagir entre si. Sabem que almoçam, tomam café, lancham, brincam, dormem, acordam e que estamos com elas” (Técnica 01).

“Tudo é uma questão da própria adaptação; eles vão se acostumando, vão diminuindo o choro. Nos primeiros dias, vão se adaptando às rotinas que existem para almoçar, tomar banho, lanchar, brincar, e tudo isso faz com que se adapte. Tem um período, no começo, que é bem difícil para quem está com eles” (Técnica 02).

“Às vezes a criança chegou hoje, eles nunca se viram, 10 minutos depois, 15 minutos elas já estão amigas. A gente sempre trabalha muito isso com elas, que são irmãos de coração, sempre dizemos: - vocês são irmãos de coração! E eles se tratam como irmãos de coração realmente” (Técnica 03).

“As crianças interagem como em qualquer família. Brincam, brigam, sentem dificuldades, demonstram alegrias, tristezas, cada uma com a sua necessidade. Como falei anteriormente, elas escolhem os profissionais e criam laços de maternidade” (Técnica 04).

Em uma perspectiva Bioecológica, os momentos de interação e processos proximais transformam as práticas educativas e sociais em ferramentas promotoras de desenvolvimento infantil. E revelam também, que as mudanças que acontecem sem aviso prévio – podendo ser mudanças temporárias ou duradouras – interferem nesse desenvolvimento bioecológico.

Chamamos essas mudanças nos contextos de *Efeito de Segunda Ordem*. Nos discursos dos entrevistados, identificamos a influência desse efeito:

“Eles não são irmãos, mas são amiguinhos que a vida deu. Tem um texto que fala que “há amigo mais chegado que irmão”, e é esse amiguinho mais chegado que virou mais que um irmão de coração, juntos vivenciam situações semelhantes” (Técnica 01).

“Eles brigam um pouco, principalmente os que chegam recentemente, mas depois que criam laços e vínculos, tudo volta ao normal. Eles sabem que se brigarem, vai ficar no lugar pra pensar. No normal, eles se dão bem, os maiores gostam muito de interagir com os menores, principalmente com os bebês. Com a equipe, sempre vejo que eles se sentem bem e felizes quando são chamados para as atividades. Todos eles nos chamam de tia e existe um vínculo formado” (Técnica 04).

Quando questionamos sobre as visitas familiares e como as crianças interagem nessas circunstâncias, percebemos que a adaptação ao contexto, com papéis e rotina alterada devido ao processo de acolhimento institucional, faz emergir a necessidade de adequação dessas crianças às novas circunstâncias, ritmo e estímulos diários. Esse movimento das crianças foi percebido claramente pelos técnicos e cuidadores. Nós denominamos de transição ecológica, quando a criança faz parte de vários microssistemas abrangendo o conhecimento e a participação em diversos ambientes (família de origem, instituição de acolhimento, escola) solidificando diversas relações e exercitando papéis específicos dentro de cada contexto:

“A dificuldade tá nesse vínculo, que ele volta de novo a estabelecer e daqui a pouco a família vai embora. Eles (parentes) só ficam umas horinhas e às vezes demora muito. As crianças perguntam: - tia, nunca mais mainha veio! Ficam (crianças) pedindo pra gente ligar; os maiores aqui só têm seis, sete e oito anos de idade. Alguns pais demoram a voltar, eles não compreendem que quando saem, essa criança fica muito

mais fragilizada. Por incrível que pareça, as crianças se alegram naquele tempo, naquele momento, mas o sofrimento de novamente se afastar dos pais, é tão maior, que é como se as crianças tivessem ficado piores” (Técnica 02).

“Observo que as crianças ficam mais calmas, mais reservadas; ficam conversando com a família” (Cuidadora 03).

“Eles ficam numa alegria só; falam que vão sair, que vão ver as mães, damos banho, arrumamos e eles se divertem muito. Percebo que eles ficam mais abalados depois que os pais se vão porque muitos pensam que já podem ir embora” (Cuidadora 02).

Esse processo de socialização promove o desenvolvimento, sendo essa ação mais efetiva e saudável na medida em que a criança é acolhida e tem a participação de suas relações significativas nesse processo. Os ciclos da vida são constituídos por mudanças e regularidades sofridas no decorrer do tempo. Esses eventos podem alterar e/ou direcionar o desenvolvimento humano, pois interferem na direção dos acontecimentos da vida.

Analisando o relacionamento dos profissionais e dos demais membros institucionais com as crianças, observamos que, de uma forma geral, há um bom relacionamento entre os funcionários e as crianças. Outro ponto importante é a interferência dos microssistemas onde os técnicos e cuidadores estão inseridos. Nesses casos, a vinculação também ocorre por identificação dos papéis exercidos em outros microssistemas:

“Geralmente eles adoram os cuidadores. No meu ponto de vista eles nunca reclamam; é sempre uma festa quando a gente chega. Adoram também quando a equipe técnica vem fazer os trabalhos nas salas; eles vão logo que a gente chama, ficam alegres porque vão ter um momento pra conversar” (Cuidadora 02).

“Se relacionam bem porque eles sabem, eles conhecem as fragilidades dessas

crianças; é uma função que mobiliza quase todo mundo que tem filhos, e é uma situação de família, de crianças sem pais, então, eles tratam bem, se apegam, tem hora que se apegam muito. Usam expressões: – ah, ele é como se fosse meu filho! As crianças também escolhem alguns, e dizem: – você é meu tio preferido! você é minha tia preferida! Às vezes tem voluntários que chegam aqui e eles adotam assim. Então, há essa relação mútua, tanto as crianças se apegam quanto eles” (Técnico 02).

“A relação das crianças com os profissionais é bastante intensa porque elas buscam a maternidade nessa equipe e elas escolhem para si uma mãe, um pai, um tio, um irmão, como se estivessem no seio familiar” (Técnica 04).

O microsistema pode ser definido como todo ambiente em que a pessoa em desenvolvimento frequenta, interage com outras pessoas, objetos e símbolos. É dentro dos microsistemas que serão identificados os processos proximais, incluindo as atividades de complexidade crescente, o exercício de habilidades específicas e o convívio social. A perspectiva Bioecológica caracteriza o microsistema como sendo um padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento em um dado momento, face a face, com características físicas, sociais, simbólicas particulares, que convidam, permitem ou inibem o compromisso sustentado em atividades progressivamente mais complexas em interação com o meio ambiente.

Assim, buscamos saber se havia reunião de trocas em que os sentimentos pudessem ser expostos, as dúvidas retiradas e algumas temáticas trabalhadas a partir disso. Então, vimos que os encontros eram frequentes e abertos para trabalhar anseios pessoais e retirar dúvidas frequentes:

“Sim, semanalmente temos reuniões para estudos de casos e avaliar o que se precisa mudar ou melhorar para que essa criança tenha uma evolução enquanto ser humano”

(Técnica 04).

“Sim, de 15 em 15 dias nos reunimos, sempre temos uma boa comunicação e podemos nos expressar, falamos o que estamos sentindo e somos bem acolhidos pela equipe. Sempre que estou com dificuldades, procuro a diretora e também sou bem acolhida”

(Cuidadora 02).

Todavia, houve falas que expressaram a insatisfação com as providências tomadas após a exposição das dificuldades do dia a dia, ou seja, mesmo com a realização das reuniões e o espaço dado a cada cuidador ou técnico para expressar e resolver seus problemas, as atitudes frente às demandas não pareciam eficazes, reforçando a ideia de pouca utilidade e aproveitamento dos encontros. Vejamos no discurso a seguir:

“Sim. Não muda muito, mas nos reunimos uma vez a cada duas semanas. De quinze em quinze dias” (Cuidadora 01).

Persistimos quanto às contribuições trazidas pelas reuniões para o processo relacional educador/criança e obtivemos *“feedbacks”* que expressaram não o consenso, mas boa parte das opiniões partilhadas conosco pelos entrevistados:

“Fazemos essas reuniões para trocas, algumas pessoas adquirem mais habilidades. A gente troca experiência, isso é muito bom, proporciona reciclagens. Essa troca gratifica” (Técnica 01).

A partir desses dados, analisamos que essas posturas na rotina e/nas práticas de cuidado estariam atreladas ao fator Pessoa, que se refere ao fenômeno de mudança ou permanência no percurso que o ser humano em desenvolvimento percorre, nas fases do ciclo da vida. Características pessoais seriam determinantes e influenciadoras na forma como os outros lidam com a pessoa em desenvolvimento, e como ambos construiriam uma relação social. Qualidades e/ou defeitos poderiam contribuir ou impedir os processos de crescimento

psicológico, já que essa perspectiva teórica entende que as características pessoais podem existir ou exercer influência sobre o desenvolvimento isoladamente.

Trata-se de considerar a influência das características biopsicológicas e de seus movimentos de estabilização e mudanças, ao longo do ciclo da vida, sobre o desenvolvimento humano. Os autores ainda destacaram que a transmissão entre as gerações também interferia nesse processo.

Finalizamos nossos questionamentos visando entender se as manifestações familiares sobre as crianças eram acolhidas e debatidas entre os familiares e os técnicos e cuidadores. Houve duas posições bem distintas:

- De acolhimento, pela instituição, desses anseios da família de origem com relação ao processo de institucionalização dessas crianças:

“Há uma recomendação que se faça o acolhimento e acompanhamento familiar. A família vem aqui, e tira um tempinho, a psicóloga escuta; no tempo da visita, a gente conversa um pouquinho, participa, pergunta como está em casa. Quando a gente vai na casa dessa família visitar, fazer uma observação, que são frequentes, vemos como está a família, como posso ajudar dentro e fora da instituição, eu supervisiono” (Técnica 01).

“Sim, a equipe sempre escuta e tenta fazer o melhor por eles. Os familiares recebem toda nossa atenção” (Técnica 04).

- De encaminhamento dessas famílias para órgãos do governo que pudessem oferecer esse suporte:

“Encaminhamos através dos nossos relatórios. Descrevemos todos os comportamentos dessa pessoa, que a gente percebeu que precisa de acompanhamento e ajuda. Quando a gente encaminha, no relatório a gente diz as situações e aí esses pais são chamados. Se eles estão na tentativa de reinserção da criança, o juizado

presta atenção e trata as coisas e faz o procedimento. Não é a gente que encaminha na formalidade, em requerimento, não é uma prescrição, a gente encaminha verbalmente e faz através do relatório daquela criança para o juizado” (Técnica 02).

“Sim, estamos sempre escutando as famílias e assim que verificamos a necessidade de um suporte maior, solicitamos a ajuda da rede CREAS, CRAS, PSF entre outros” (Técnica 04).

Considerações finais

A pesquisa analisou as práticas de cuidado nos contextos de acolhimento institucional infantil em oito instituições, localizadas em Recife e na Região Metropolitana, em que participaram a equipe técnica e os cuidadores das crianças acolhidas.

No procedimento de rotina, identificamos que as instituições obedecem ao que é estabelecido pelas Orientações Técnicas e Tipificações Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014) enquanto capacidade de atendimento, lembrando que esses atendimentos ficam apenas a cargo das instituições, visto que não sofrem fiscalização das instâncias maiores: Conselhos de Direito, Varas da Infância e Juventude e gestores públicos.

A faixa etária das crianças atendidas é bem diversificada, contudo, esse fator pode sofrer influência direta do perfil dos participantes investigados: crianças entre 3 e 6 anos. Estas podiam ter o livre acesso às suas famílias em 37% das instituições, no geral, em 50% dos casos, o contato acontecia em dias preestabelecidos. Das visitas realizadas pela instituição às famílias, os dados revelaram um número expressivo referente a um encontro mensal.

Compreendemos que os vínculos familiares poderão ser prejudicados, ao passo que as visitas só podem acontecer em datas preestabelecidas. Dessa forma, o processo de reintegração pode ficar comprometido, devido ao afastamento – das famílias de origem e

extensa – das instituições acolhedoras. Com relação aos familiares que realizavam as visitas, constatamos que a maior parte era realizada pela família de origem, seguida pela família extensa, deixando uma pequena parcela para a sociedade civil.

Quanto aos serviços oferecidos para o estabelecimento de uma rotina, vimos a existência de um acompanhamento escolar em todas as instituições investigadas. Outros serviços constantes em sua oferta foram as assistências psicológicas e sociais; entretanto, os serviços de lazer, saúde e esportes, para estimular o desenvolvimento, foram pouco acionados.

Nas características físico-funcionais da instituição, constatamos que a maioria evita expor na fachada a função da moradia, preservando o sigilo e a identidade das crianças. Os serviços funcionam em grande parte nas sedes, alugadas ou cedidas, ou desfrutam dos serviços ofertados pela comunidade. A utilização de serviços ou equipamentos presentes na vizinhança da comunidade é comum, como é o caso, por exemplo, dos serviços de saúde; espaços recreativos como: praças, quadras e piscinas; além dos grupos terapêuticos relacionados a entidades religiosas que se disponibilizam para tal atendimento.

As Orientações Técnicas apontam os espaços físicos que são imprescindíveis para a instalação de uma instituição de acolhimento: quartos, sala de estar ou similar, sala de jantar, área externa, ambiente para estudo, banheiros, cozinha, área de serviço, área externa, sala para equipe técnica, sala para coordenação e atividades administrativas, e espaços para reunião ou visitas. Verificamos que 37% das unidades disseram possuir somente espaços quantitativos (internos e externos): quartos, salas, banheiros, cozinha, área de serviço, terraço e quintal, demonstrando que os espaços qualitativos, como salas de ludoterapia, espaços recreativos, sala de apoio para os funcionários, área de convivência, dentre outros, não foram priorizados para a oferta dos serviços aos acolhidos, educadores e funcionários das instituições.

Quanto ao esquema de horário de trabalho, os educadores/cuidadores devem fixar uma constância e estabilidade na prestação dos cuidados, evitando os sistemas de plantões, a fim

de se estabelecer uma rotina na vida da criança, possibilitando a criação de laços e uma sensação de segurança e estabilidade emocional.

Em relação ao atendimento às crianças, percebemos que todas as instituições informam que preparam a comida na própria residência institucional. Outro ponto relevante é que todas as instituições dizem oferecer serviços singularizados às suas crianças, tanto no pessoal e exclusivo das vestimentas, como no local adequado e próprio para guardar seus objetos pessoais, refletindo um olhar singularizado e um ambiente que ajuda no processo de singularização da criança.

Outro dado importante é o consentimento para passar final de semana/feriado/férias com familiares e/ou responsáveis. Identificamos que das instituições pesquisadas oito só permitiam com autorização judicial, interferindo no convívio familiar e comunitário diretamente. Foi possível constatar essa informação através das falas recorrentes dos técnicos ou cuidadores quando essa temática foi explorada especificamente ou atravessada por outros questionamentos, durante a entrevista.

Quanto à existência de um regulamento interno e seu funcionamento, todas afirmaram ter, mas, apenas duas instituições disseram manter uma flexibilidade na sua execução e na adequação dessas normas. Quando investigamos as dificuldades e necessidades da instituição, o que vimos foram as dificuldades financeiras, a manutenção dos padrinhos e a estrutura física precária como os grandes empecilhos. As instituições esperam um maior apoio da sociedade, através do voluntariado e apadrinhamento, e do Estado, com um suporte financeiro que reduza danos e aperfeiçoe a rede de assistência, inclusive, oferecendo apoio aos funcionários, com capacitações e remuneração adequada.

A entrevista pode nos apontar aspectos a serem analisados quanto à caracterização da rotina de atendimento em instituições de acolhimento infantil. Vimos, nas falas dos educadores e cuidadores, que a rotina das crianças, criada pela instituição, possibilita a

oportunidade de desenvolvimento, com ferramentas educativas que facilitam a aprendizagem. Os atores envolvidos, em seus relatos, disseram buscar diferentes propostas de atividades voltadas para o benefício das crianças acolhidas, edificando um mesossistema com qualidade. Este visa ampliar o potencial desenvolvimental das relações proximais com confiança mútua, uma orientação positiva, e também de um consenso de objetivos entres esses contextos, gerando assim, um equilíbrio de poder que favorece o desenvolvimento do sujeito em questão.

A rotina das crianças articula os diversos subsistemas, em uma proposta que favorece a comunicação ativa entre as partes, com instrumentos reguladores que indicam uma maior supervisão. Os técnicos e os cuidadores apontaram que a rotina deve ser uma ferramenta de educação para essas crianças, estes precisam ter sempre a consciência da responsabilidade envolvida no exercício do trabalho para a construção de uma atuação educativa, e também de um ambiente mais humanizado.

Quanto à percepção dos educadores e cuidadores sobre a qualidade das práticas de cuidado oferecidas pela instituição, encontramos falas que revelam a importância da discussão sobre o ambiente institucional; seriam as crenças e valores da equipe profissional que trabalha nesse local, sobre o acolhimento e as práticas; estas impactavam as crianças através das atitudes e padrões de comportamentos trazidos pela equipe para o cotidiano das crianças. Entretanto, os aspectos físicos e sociais também foram alvo de avaliação. Os espaços, rotinas e equipamentos que compõem o ambiente institucional, também foram considerados fatores fundamentais para o estabelecimento das práticas e cuidados diários.

As instituições pesquisadas, através de seus profissionais, disseram manter uma política de abertura para reflexão dos procedimentos internos, onde todos os envolvidos podiam opinar quanto ao grau de satisfação da rotina e práticas de cuidado. O processo de capacitação foi destacado como ferramenta utilizada para compartilhar experiências e receber

orientações. Todavia, a burocratização da oferta de serviços foi uma limitação exposta pelos entrevistados que, apesar de experienciarem vivências ricas em trocas de informações, não conseguiam ter suas sugestões aderidas, e assim com a ausência dessas modificações, a qualidade das atividades e das relações interpessoais diminuía.

Em relação às práticas de cuidado oferecidas às crianças em instituição de acolhimento, percebemos que os técnicos e os cuidadores criaram um processo de vinculação que era permeado pela harmonia e dedicação às crianças. Eles relataram que essa aproximação contribuía na formação dessas ao promover o acolhimento, através do cumprimento das atividades estabelecidas, mas também através de suas relações significativas nesse processo.

Referências

- Ayres, L. S. M., Coutinho, A. P. C., Sá, D. A., & Albernaz, T. (2010). Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ*, 10(2), 420-433. Recuperado em 20 de maio de 2012, em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a09.pdf>
- Brasil. (2002). *Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90*. (4ª Ed.) Rio de Janeiro: DP&A, 156 p. (Coleção Legislação Brasileira, 11).
- Brasil. (2014). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Departamento de Proteção Social Especial.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. *Annals of Child Development*, Greenwich, CT, JAI Press, (6), p.187-249.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, Washington, DC: American Psychological Association, (32),

p.513-531.

- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon & R. M. Lerner (Orgs.), *Handbook of child psychology. Theoretical models of human development* (Vol. 1, 5a ed. pp. 993-1028). New York: John Wiley.
- Carvalho, J. M. S., & Delgado, P. (2014). Contact in Foster Care: Bridge or Collision between Two Worlds? *Journal of Applied Research on children: Informing Policy for Children at Risk*, 5(1).
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). (2016). Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Recuperado em 29/08/2018, de: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>
- França, D. B., Nogueira, P. (2006). *Proposições para um abrigo modelo* (artigo). Brasília.
- Guimarães, B. (2011). Breve cartografia dos acolhimentos de Pernambuco: instituições, cuidados e direitos. In.: B. Guimarães (Org.). *Acolhimentos em Pernambuco: a situação de crianças e adolescentes sob medida protetiva*. Recife: Instituto Brasileiro Pró-Cidadania.
- Instituto Brasileiro Pró-Cidadania (2010). Recuperado em 29 de agosto de 2018, de: <http://www.institutoprocidadania.org.br/2013/>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2004). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC*. Brasília. Recuperado em 12 de outubro de 2015, de: <http://www.ipea.gov.br/portal/>.
- Minayo, M. C. S. (2010) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (10ª Ed.). São Paulo: Hucitec.
- Ministério Público (2018). *CAOP: Defesa da criança e do adolescente*. Recuperado em 29 de agosto de 2018, de: <http://www.mppe.mp.br/mppe/institucional/caops/caop-defesa-da-infancia-e-juventude/2015-09-11-20-25-00/instituicoes-de-acolhimento>.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In S. H. Koller (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo. Recuperado em 17 de outubro de 2014, de: <http://books.google.com.br/books?id=Ntljjs0UtGUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>.
- Prada, C. G., Williams, L. C. A., & Weber, L. N. D. (2007, dezembro). Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. *Psicol. teor.prat.*, 9(2), 14-25, Recuperado em 10 de maio de 2018, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-3687200700020002&lng=pt&nrm=iso.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: método e técnicas*. (3ª Ed.). São Paulo: Atlas.
- Rosier, M. B.; Stoltz, T. (2014). Ambiente e desenvolvimento: a influência dos sistemas em crianças de 05 e 06 anos. *Cuarto Congreso Nacional y Segundo Internacional de*

Investigación Educativa. Recuperado em 13/08/2018, de:
<http://www.ceap.br/material/MAT11032013153756.pdf>

- Silva, I. F. (2017). *Instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Abrigo institucional para crianças de 0 a 6 anos de idade*. Monografia – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade Arquitetura e Urbanismo, Juiz de Fora.
- Silva, T. S. R. (2015). *A visita familiar no contexto do acolhimento institucional de crianças*. Dissertação (Programa de pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – Universidade Federal do Pará, Belém do Pará.
- Silva, T. S. R., Magalhães, C. M. C., & Cavalcante, L. I. C. (2014). Interações entre avós e netos em instituição de acolhimento infantil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(1), 49-60.
- Siqueira, A. C., & Dell'Áglio, D. D. (2011). Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Psicologia & Sociedade*; 23(2), 262-271.
- Trivinos, A. N. S. (1995). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. (1ª Ed). São Paulo: Atlas.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis: Vozes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo geral analisar as práticas de cuidado dos distintos contextos de acolhimento, buscando sua contribuição para o desenvolvimento bioecológico da criança. Para alcançar o objetivo, pensamos no acolhimento institucional infantil como um contexto possibilitador de desenvolvimento, a partir dos pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. A discussão também levou em consideração a legislação vigente que rege o acolhimento infantil no país.

Ao realizarmos a revisão sistemática da literatura científica acerca do acolhimento institucional infantil e a sua relação com o desenvolvimento bioecológico das crianças, considerando um período de dez anos (2008 – 2018), verificamos que havia lacunas nas investigações científicas realizadas, que necessitariam de maior aprofundamento quanto às políticas públicas de suporte às famílias, reintegração familiar e o processo de institucionalização. Contida nesses fatores, emerge a preocupação dos estudos analisados, com a construção dos vínculos afetivos vivenciados pelos educadores (técnicos e cuidadores) e a capacitação desses profissionais que atuam no âmbito do acolhimento.

Sendo assim, identificamos um número expressivo de pesquisas que apontaram as práticas inadequadas e desfavoráveis ao desenvolvimento psicossocial das crianças como: oferta de repertório, padronizando o atendimento; sobrecarga dos funcionários; ausência de equipamentos e estrutura física que facilite a execução dos serviços, entre outros. Esses dados revelam o processo de institucionalização como medida a ser evitada ao máximo, caso não sejam revistas as ações, atuações, bem como o planejamento das estratégias de intervenção junto às crianças, os profissionais da área, as famílias e os demais contextos envolvidos no processo de acolhimento. Além disso, o estudo constatou que poucos artigos utilizaram a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, demonstrando que este campo teórico

pode ser mais explorado, por dispor de arcabouço capaz de responder a questionamentos que enfoquem as inter-relações, nas dimensões individuais e contextuais.

Na elaboração da discussão sobre os principais conceitos da teoria bioecológica do desenvolvimento humano, entendemos que o ambiente imediato não pode ser observado de forma isolada, mas interconectado com os diversos contextos em que a criança, alvo do nosso estudo, está inserida e com a dinâmica das inter-relações, que ocorrem simultaneamente, ao longo do tempo.

Então, nossa análise ecológica considerou o cenário do abrigo infantil como um espaço que acolhe não apenas pessoas com suas características biopsicossociais, mas seres humanos que estão em interação e em circunstâncias que exigem adaptação a novos contextos, papéis e rotina alterada. Desse movimento, que denominamos de transição ecológica, demandaram adequações a novos ritmos, estímulos diários, ao solidificar as relações e ao exercitar papéis característicos que fazem parte dos diversos microssistemas (família de origem, instituição de acolhimento, escola, comunidade).

Encontramos nas falas dos entrevistados dados a serem pontuados: observamos, de forma geral, um bom relacionamento dos técnicos/cuidadores com as crianças, facilitando o processo de vinculação afetiva; contudo, detectamos também, uma sobrecarga de trabalho dos cuidadores que, sem condições mínimas estruturais, desempenham atividades com baixa oferta de repertório, o que pode pôr em risco o desenvolvimento infantil. Na fala dos profissionais, sentimos a ausência de relatos sobre a convivência das crianças entre si, já que a partir dos nossos pressupostos teóricos, percebemos essa convivência como peça fundamental para a construção da autonomia e a diminuição da dependência da criança por um adulto.

Diante da realidade acima exposta, alertamos para a possibilidade de baixa adesão à rotina e às atividades propostas pelo corpo técnico institucional. Isso poderá resultar em uma interferência direta nos processos proximais, que são sustentados pelos princípios da

reciprocidade, do equilíbrio de poder e das relações de afeto. Quando essas trocas ocorrem, elas produzem frutos que chamamos de díades, ou seja, trocas entre duas pessoas que observam, participam e aprendem simultaneamente, proporcionando desenvolvimento. Constatamos o alcance teórico das díades, ao analisar de forma sistemática e contextualizada as falas dos pesquisados. Por exemplo, identificamos díades: observacional – quando um cuidador relata prestar atenção na atividade que um técnico faz, que por sua vez, demonstra empenho na execução da atividade; díade de atividade conjunta – quando técnicos e cuidadores preparam e orientam juntos o acolhimento familiar no dia da visita; e a díade primária – quando técnicos e cuidadores, mesmo que distantes, influenciam fenomenologicamente na execução das atividades em sentimentos e pensamentos.

Em relação aos microssistemas, consideramos como dinâmicos, em que a pessoa em desenvolvimento inter-relaciona-se com outros sistemas (pessoas objetos e símbolos), e mudam, com o passar do tempo (cronossistema). É essa participação da instituição de acolhimento infantil, na prestação do cuidado com a criança – que possui necessidades a serem atendidas – que pode gerar o desenvolvimento, segundo o nosso entendimento. Compreendemos neste estudo, desenvolvimento humano como um processo que ocorre por meio das inter-relações, que se dão entre um sujeito e outras pessoas, nos variados contextos, ao longo do curso da vida. As atividades adquirem a capacidade mais ampliada, o exercício de habilidades específicas, o convívio social e também a motivação para efetuar atividades com propriedades, que sustentam ou restituem os ambientes.

Ao refletir dessa maneira, foi possível apontar, através das informações colhidas pela pesquisa, que a rotina criada pelas instituições possibilita oportunidades de desenvolvimento salutar. As ferramentas utilizadas pelos técnicos e cuidadores foram consideradas educativas, beneficiando as crianças acolhidas por meio de um fortalecimento das relações proximais, gerando confiança mútua, uma coesão entre os objetivos dos contextos, por exemplo: escola –

instituição, serviços de saúde da comunidade – instituição. O que representa uma edificação consistente e de qualidade do mesossistema.

Reforçamos que – ao compreendermos através dos discursos dos participantes – as interações que foram estabelecidas e que ocorreram entre as crianças e os técnicos/cuidadores, no ambiente imediato (microsistema), nos ambientes externos, mas que geram afetações (mesossistema, exossistema e macrosistema), e considerando o tempo de interação e de acolhimento (cronossistema), identificamos a possibilidade permanente de um impacto salutar no desenvolvimento das crianças acolhidas. Todavia, algumas limitações e dificuldades foram apontadas como empecilhos para o favorecimento do desenvolvimento infantil, seriam elas: dificuldades financeiras, estrutura física precária, ausência de um número significativo de apadrinhamentos e voluntariado, falta de uma maior participação do Estado com um suporte quantitativo e qualitativo na rede assistencial, como também nas capacitações e remunerações dos funcionários.

Ao analisar teoricamente as instituições de acolhimento infantil, no contexto das políticas públicas de assistência social, constatamos que ocorreram variadas formas de acolhimento das crianças em estado de vulnerabilidade social, de acordo com os períodos históricos e culturais existentes no Brasil. Cada proposta de intervenção impactava o desenvolvimento das crianças, de acordo com as variáveis impostas àquele momento: a condição socioeconômica, a qualidade do ambiente, a nutrição, a convivência comunitária. Assim, só após o Estatuto da Criança e dos Adolescentes – ECA foi possível a construção de diversas leis e instâncias que visavam à garantia dos direitos e a da cidadania das crianças. Dessa forma, vimos avanços significativos que perduram até os dias atuais, como mostram os dados da nossa pesquisa: uma legislação que cria diretrizes para as ações a serem executadas – Orientações técnicas e tipificação de serviços socioassistenciais (2014) –; necessidade de contato com a familiar de origem através de visitas e, também, convivência comunitária;

espaços estruturais capazes de ofertar serviços adequados, o estabelecimento de uma rotina e práticas de cuidado por educadores especializados.

Todavia, quando caracterizamos a rotina de atendimento em instituições de acolhimento voltadas para as crianças de 3 a 6 anos, com o intuito de responder nosso segundo objetivo específico, identificamos que a rotina das instituições é guiada pelos documentos e órgãos reguladores; contudo, os serviços são adequados de acordo com cada instituição. Isso se deve ao fato de que não há fiscalizações constantes para averiguação dos procedimentos internos das instituições de acolhimento investigadas.

Com base nas falas dos participantes, o processo de reintegração familiar é prejudicado por haver bloqueios nas visitas dos familiares às crianças, como por exemplo: dias preestabelecidos (observado em 50% das instituições); uma visita semestral da instituição à família de origem (observado em 50% das instituições); consentimento para passar final de semana/feriado/férias com familiares e/ou responsáveis (100% das instituições analisadas). Se levarmos em consideração que o ECA determina que o tempo de permanência da criança não deve se prolongar por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao superior interesse, devidamente justificada pela autoridade judiciária, entendemos que os vínculos familiares podem ser prejudicados pela interferência institucional ao convívio familiar e pela clara ausência de propostas e ações socioassistenciais que busquem fortalecer os elos parentais e a redução máxima de um ambiente familiar hostil.

Outro dado analisado - e que merece atenção - refere-se à estrutura física das sedes institucionais e o seu estado de conservação. Foi possível identificar a necessidade imprescindível de reformas físico-estrutural na maioria das casas: melhorias nas condições existentes (37,5 dos casos), e manutenção (37,5 das casas). O estado de conservação dos imóveis precisa ser adequado, com cuidados e necessidades específicas, para um bom funcionamento das atividades que devem ser desenvolvidas, a fim de atender a população

alvo. Foi constatado que apenas 30% das instituições tinham espaços mais elaborados (salas de ludoterapia, espaços recreativos, sala de apoio para os funcionários, área de convivência), estimuladores de autonomia, criatividade, socialização e motivação, este último serve, inclusive, para os educadores envolvidos. Assim possibilitará o desenvolvimento emocional, físico e social das crianças acolhidas.

Em contraponto às adversidades apontadas, é importante reconhecer que nenhuma instituição ultrapassou o limite recomendado pela legislação vigente, que é de 20 crianças para formato abrigo e 10 crianças para formato casa lar, modalidades de atendimento que pesquisamos. Em todos os casos, a faixa etária era bem diversificada, contudo, detivemos-nos ao perfil populacional que investigamos, crianças de 3 a 6 anos. Ressaltamos a preocupação de 75% das instituições na preservação da identidade das crianças, na promoção do convívio comunitário salutar e na busca por uma equidade social, ao omitir, em sua fachada, uma exposição desnecessária da função institucional daquela moradia.

Todas as instituições ofereciam, como rotina, acompanhamento escolar, e eram constantes os serviços de assistência psicológica e social. A utilização de serviços ou equipamentos presentes na comunidade ao redor das instituições (mesossistema), também era acessada com frequência, como por exemplo: serviços de saúde; espaços recreativos como praças, quadras e piscinas; e grupos terapêuticos relacionados a entidades religiosas. As instituições também afirmaram cuidados importantes com o preparo das refeições, sendo realizado na própria sede; serviços singularizados quanto aos objetos utilizados por cada criança como roupas, locais para guardar seus pertences pessoais. Essa prática demonstra um avanço significativo nas condutas anteriores aplicadas, constatado no levantamento bibliográfico que realizamos nos estudos um e dois desta tese.

No percurso da análise da percepção dos educadores e cuidadores, a qualidade das práticas de cuidado oferecidas pela instituição, como objeto de estudo, encontramos discursos

que revelaram a importância do ambiente institucional e as crenças e valores da equipe profissional, que trabalha nesse local, sobre o acolhimento e sobre as práticas. Houve uma compreensão que o exossistema interferia positiva e negativamente nas atitudes e padrões de comportamentos apresentados pela equipe nas práticas de cuidado cotidiano das crianças.

Os técnicos e os cuidadores indicaram a rotina como estratégia de intervenção educativa para as crianças, entendendo que o exercício consciente de sua responsabilidade gerava mais humanização nas ações. Por esse motivo, vários aspectos eram constantemente revistos como: espaços, equipamentos e formas de comunicação. Este último elemento era dos fatores considerados fundamentais para a garantia da qualidade dos serviços prestados, exigindo uma maior supervisão por parte dos gestores, que de uma forma geral, buscavam criar políticas de abertura para comunicação entre todos os atores envolvidos no processo de acolhimento.

Tais resultados revelaram também que o processo de capacitação acontecia, que o regulamento interno era posto como passível de modificações frente às demandas verificadas, e a existência de trocas promovidas por vivências grupais, que ambicionavam a escuta e a captura de sugestões e opiniões críticas construtivas. Porém, a maioria dos participantes, afirmaram uma ausência de atitude e adesão na modificação efetiva dos problemas elencados, gerando um processo de ineficiência das ações e desmotivação dos funcionários.

Vale destacar a contribuição relevante do nosso terceiro objetivo específico, uma vez que ele visa responder um dos questionamentos iniciais que fizemos sobre a forma como os serviços prestados impactavam as crianças acolhidas. As mediações realizadas por toda equipe, que deveria criar uma infinidade de possibilidades desenvolvimentais, geram questionamentos e anseios manifestados pela família de origem, crianças e os técnicos/cuidadores quanto ao processo de institucionalização, ao estabelecer uma comunicação direta com órgãos do governo e outros contextos que podem oferecer suporte e

assim evidenciar aspectos importantes para ampliar o potencial desenvolvimental dos contextos familiar e institucional. Tais resultados confirmam os impactos positivos através do fortalecimento dos processos proximais e do mesossistema, ao modificar concepções e atividades das duas dimensões citadas.

Para alcançar o desafio de problematizar, a partir do conceito de desenvolvimento bioecológico, as práticas de cuidado oferecidas às crianças em instituição de acolhimento, foram discutidos o objetivo central das instituições. Estas possuem caráter provisório, visando ofertar serviços personalizados que promovam o desenvolvimento salutar por meio da inserção das crianças na rede de proteção integral, possibilitando práticas de cuidado de qualidade e intervenção psicossocial eficiente.

Nesse sentido, foram encontrados diferentes propostas de atividades voltadas para o benefício das crianças acolhidas, ratificando um mesossistema com qualidade e com possibilidades de ampliar o potencial desenvolvimental das relações. No entanto, os técnicos/cuidadores relataram uma escassez de serviços na rede de assistência psicossocial que dificultava a bidirecionalidade das interações. De modo que a indicação de abreviar o período de afastamento e permitir o retorno das crianças para seus lares em condições de segurança, foi motivo de muitas falas, reiterando estudos realizados por outros pesquisadores.

Os psicólogos enfrentam desafios diários quanto à pesquisa e à atuação nas instituições de acolhimento infantil. As inúmeras adversidades encontradas, burocratização dos serviços, limitações/desvios de recursos, interdisciplinaridade nas intervenções de forma qualitativa são avaliados como obstáculos que precisam ser superados para a construção de práticas de trabalho que promovam a mediação e a facilitação da edificação da autonomia, independência emocional, social e financeira dessas crianças, gerando assim, desenvolvimento salutar e qualidade de vida.

As instituições pesquisadas sinalizaram, através dos profissionais entrevistados, que o

ambiente possuía uma política de abertura para reflexão dos procedimentos internos, dando voz a todos os atores envolvidos na rotina e práticas de cuidado. Essa estratégia utilizada conduzia a capacitações, trocas de experiências e reciclagens. A boa repercussão dessas interações e processos proximais transformavam as práticas educativas e sociais estabelecidas, promovendo o desenvolvimento infantil.

Todavia, ocorrem ciclos de mudança temporária e duradoura, sem aviso prévio, que interferem nesse desenvolvimento bioecológico. Denominamos essas mudanças de *Efeito de Segunda Ordem*, bastante presente nos discursos dos entrevistados. A adequação dessas crianças a essas mudanças e regularidades sofridas, no decorrer do tempo, que promovem o desenvolvimento, esbarravam em variáveis que interferem negativamente para esse ambiente saudável, seriam eles: a burocratização na oferta dos serviços e a interdisciplinaridade comprometida pela ausência de uma adesão às sugestões de melhorias expostas nas trocas de informações colhidas através das experiências ricas e construtivas, que prejudicam as modificações necessárias para a qualidade das atividades e das relações interpessoais.

Entendeu-se, através dos discursos dos entrevistados, que o maior número de crianças atendidas no estado de Pernambuco, encontra-se no Recife e na região metropolitana, não sendo identificados, no levantamento bibliográfico, estudos científicos que observassem as práticas de cuidado nesse estado. Entretanto, na nossa pesquisa, as práticas de cuidado proporcionadas às crianças, em instituição de acolhimento, eram cumpridas de acordo com o estabelecido por Lei vigente e pelas normas criadas pelas próprias instituições, que visavam singularizar, personalizando os serviços de cada sujeito, facilitando a autonomia, a independência emocional, social e uma reinserção familiar (lar da família de origem ou adotivo, dependendo de cada caso específico).

Os técnicos e os cuidadores relataram que a dedicação e a coesão entre os funcionários e as crianças geravam um campo fértil para formação de vínculos afetivos, e,

consequentemente, a construção de relações significativas no processo de acolhimento e na formação das crianças proporcionando um desenvolvimento salutar. Consideramos esse ponto como um dos principais elementos novos da presente pesquisa, haja vista que esses dados contradizem a realidade nacional, retratada pela revisão de literatura realizada sobre as características de acolhimento infantil no Brasil.

Os demais resultados da tese corroboram com estudos anteriores ao destacarem a importância de uma melhor e mais ampla articulação entre os microssistemas e o macrosistema para assegurar ações de apoio às crianças e suas famílias de origem, ao objetivar o empoderamento das funções parentais e o enfrentamento da pobreza, diminuindo os anos de acolhimento institucional, e assim, os possíveis danos. Estes também podem ser evitados com propostas, atuações e acompanhamento do planejamento de ações institucionais na garantia de prestação de serviços de qualidade e especializados para cada necessidade específica.

Cabe uma reflexão sobre os impactos da pesquisa ao identificarmos, na fala dos técnicos e cuidadores, as variáveis que contribuem para o desenvolvimento das crianças acolhidas, visto que a passagem pelo acolhimento institucional deixa marcas através das práticas de cuidado que foram oferecidas. Essas crianças estão submetidas a padrões de convívio social que as transformarão em cidadãos adequados ou inadequados aos princípios do meio ambiente.

Caso tivéssemos observado e escutado diretamente as crianças, teríamos tido mais condições de aprofundar os dados da pesquisa, ao esclarecer a extensão dos efeitos dos processos proximais no microssistema (instituição de acolhimento), mas também, na articulação entre os diversos contextos (mesossistemas, exossistema, macrosistema). Assim, tornar a criança produtora e produto do seu próprio desenvolvimento, com caráter mais ativo e protagonista, das suas capacidades emocionais, cognitivas e sociais. Como sugestão a novas

pesquisas, apontamos a utilização da Inserção Ecológica. Este método foi criado por pesquisadores brasileiros fundamentados no Modelo Biológico do Desenvolvimento Humano, que considera a interação de pesquisador com pesquisados, em determinado período de tempo, proporcionando avanços e diálogos entre as partes (Cecconello & Koller, 2003).

Outra limitação observada nesta pesquisa refere-se à dificuldade de acesso às instituições. Os endereços físicos de algumas instituições, veiculados pelo órgão regulador, por exemplo, o Ministério Público, e as redes virtuais e telefônicas não foram encontrados no período de coleta de dados. Verificou-se, ainda, o desinteresse de participar da pesquisa, já que essa não era de caráter obrigatório. Encaixaram-se nesse último perfil as instituições que se configuravam como ONGs.

Como proposta de devolutiva às instituições pesquisadas, pensamos em palestras sobre os achados da pesquisa e das contribuições que os pesquisados podem dar, ampliando o repertório de trocas inter-relacionais, como também, oficinas facilitadoras, que pudessem trabalhar os pontos de fragilidades apontados pelo estudo, a fim de criar um espaço de troca e valorização das experiências, que colaboraria para fortalecer os processos proximais, inicialmente do microsistema, mas que repercutiriam nas outras dimensões contextuais.

Nessa perspectiva, sugerem-se novos estudos, objetivando a ampliação da temática devido à complexidade das relações que envolvem a instituição, criança acolhida e os técnicos/cuidadores, com a finalidade de apresentar subsídios teóricos e práticos, tendo em vista os desafios enfrentados por esse contexto.

Frente a esse entendimento, embasamos-nos no nosso aporte teórico Bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998), que tem como objetivo explícito, desde os seus primórdios, correlacionar dois pontos importantes: a criação de novas hipóteses e projetos de pesquisas que questionem resultados existentes, e que também produzam novos resultados, mais ampliados e possíveis de serem replicáveis, incentivando a produção de conhecimento

científico válido; além do fornecimento de conhecimento científico para a produção de políticas e programas sociais atuantes, que gerem desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C., Lima, M. L. L. T., & Assis, S. G. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(2), 529-542. Recuperado em 23/07/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018232.01172016>
- Aquino, L. M. C. (2004). A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária: A experiência em nove municípios. In E. R. A. da Silva (Ed.). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* (pp. 325-365). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. (2ª Ed). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Ayres, L. S. M., Coutinho, A. P. C., Sá, D. A., & Albernaz, T. (2010). Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ*, 10(2), 420-433. Recuperado em 20 de maio de 2012, em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a09.pdf>
- Azor, A. M. G., & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: Conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 77-89.
- Brandão, A. S., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 334-352. Recuperado em 17/03/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300003>
- Brasil (2004). Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília.
- Brasil (2013). *Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1990*. Rio de Janeiro: Imprensa oficial.
- Brasil. (2002). Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90. (4ª Ed.) Rio de Janeiro: DP&A, 156 p. (Coleção Legislação Brasileira, 11).
- Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Departamento de Proteção Social Especial.
- Brasil. (2014). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Departamento de Proteção Social Especial.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. Em W.

- Damon & R. M. Lemer (Orgs.), Handbook of child psychology. *Theoretical models of human development* (Vol. 1, 5a ed. pp. 993-1028). New York: John Wiley.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, Washington, DC: American Psychological Association, (32), p.513-531.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. *Annals of Child Development*, Greenwich, CT, JAI Press, (6), p.187-249
- Bronfenbrenner, U. (1993). The ecology of cognitive development: Research models and fugitive findings. In R. Wozniak & K. Fischer (Eds.), *Development in context: Acting and thinking in specific environments* (pp. 3-44). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bujes, M. I. E. (2002). *Infância e maquinarias*. (1ª Ed). Rio de Janeiro: DP&A.
- Câmara, J. B. D. (2013). Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), 125-146. Recuperado em 13/07/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000200008>
- Carlos, M. D., Ferriani, M. G. C., Silva, M. A. I. S., Roque, E. M. S. T., & Vendruscolo, T. S. (2010). *O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática?* Recuperado em 14/05/2018, de: https://issuu.com/paideiausp/docs/paideia-v26n63-book-p4_completo
- Carvalho, A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In: E. Lordelo, A. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carvalho, J. M. S., & Delgado, P. (2014). Contact in Foster Care: Bridge or Collision between Two Worlds? *Journal of Applied Research on children: Informing Policy for Children at Risk*, 5(1).
- Cavalcante, L. I. (2008). *Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituições de abrigo*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Pará, Belém do Pará.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2009). Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. *Ciênc saúde coletiva*, 14(2), 615-625. Recuperado em 05/07/2018, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000200030>
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007b). Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre diferentes concepções e suas interfaces. *Mal estar e Subjetividade*. (2). 329-352. Recuperado em 10/07/2018, de: <http://www.mpsp.mp.br>

/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_abrigos/cavalcante_abrigo_para_criancas_de_0_a_6_anos.pdf.

- Cavalcante, L., Magalhães, C., & Reis, D. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45(1), 90-99.
- Cavalcante, L.I. C., Magalhães, C. M. C. & Pontes, F. A. R. (2007a). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*. (25) 20-34. Recuperado em 08/06/2018, de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n25/n25a03.pdf>.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Cintra, A. L., & Souza, M. (2010). Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 10(3), 809-833. Recuperado em 24 de setembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000300006&lng=pt&tlng=pt.
- Conselho Nacional do Ministério Público. (2013). *Relatório da Infância de Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). (2016). Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Recuperado em 15/03/2018, de: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>
- Corazza, S. (1998, jan./jun.). A Roda do Infantil. *Revista Educação & Realidade*. 23(1), 87-141.
- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2010). Casa abrigo: a solução ou o problema?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 633-641. Recuperado em 03/09/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000400007>
- Cruz, E. J. S., Dias, G. B., & Pedroso, J. S. (2014). Estudo do "Ages and Stages Questionnaires" com cuidadores de crianças institucionalizadas. *Psico-USF*, 19(3), 411-420. Recuperado em 10/11/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-82712014019003004>
- Del Priori, M. (2012). A criança negra no Brasil. In. A. M. Jacó-Villela, L. Sato (Orgs.) *Diálogos em psicologia social* (pp. 232- 253). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
- Diniz, E. & Koller, S. H. (2010). O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. *Educar em Revista*, (36), 65-76. Recuperado em 16/03/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602010000100006>
- Faleiros, V. P. (2005, agosto) Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento.

- Políticas Sociais - Acompanhamento E Análise, 11*. Recuperado em 12/05/2018, de: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4569/1/bps_n.11_ENSAIO1_Vicente11.pdf
- Fonseca, J. B. (2013) *Código de Menores e o Estatuto da Criança e do adolescente*. Recuperado em 14 de janeiro de 2019, de: <https://juliabr.jusbrasil.com.br/artigos/155146196/codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>
- França, D. B., Nogueira, P. (2006). *Proposições para um abrigo modelo* (artigo). Brasília.
- Franco, E. C., Lopes, A. C., & Lopes-Herrera, S. A. (2014). Linguagem receptiva e expressiva de crianças institucionalizadas. *Rev. CEFAC.*, (16), 1837-1841. Recuperado em 23/05/2018, de: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v16n6/1982-0216-rcefac-16-06-01837.pdf>
- Gabatz, R. I. B., Schwartz, E., Milbrath, V. M., Zillmer, J. G. V., Neves, E. T. (2017). Teoria do Apego, Interacionismo Simbólico e Teoria Fundamentada nos Dados: articulando referenciais para pesquisa. *Texto & Contexto Enfermagem*, 26. Recuperado em 18 de setembro de 2018, de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71453540024>.
- Gabatz, R. I. B.; Padoin, S. M. M.; Neves, E. T. & Terra, M. G. (2010). Fatores relacionados à institucionalização: perspectiva de crianças vítimas de violência intrafamiliar. *Rev. Gaúcha Enferm.* (31). 670-677. Recuperado em 19/04/2018, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472010000400009&script=sci_abstract&tlng=pt
- Garbarino, J., & Abramowitz, R. H. (1992). Sociocultural risk and opportunity. In: Garbarino (Ed.), *Children and families in the social environment* (2a. ed., pp. 35-70). Berlin: Aldine de Gruyter.
- Giacomello, K. J., & Melo, L. L. (2011). Do faz de conta à realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (Supl. 1), 1571-1580. Recuperado em 22/02/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700093>
- Guedes, C. F., & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 58-67. Recuperado em 25/02/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500007>
- Guimarães, B. (2011). Breve cartografia dos acolhimentos de Pernambuco: instituições, cuidados e direitos. In.: B. Guimarães (Org.). *Acolhimentos em Pernambuco: a situação de crianças e adolescentes sob medida protetiva*. Recife: Instituto Brasileiro Pró-Cidadania
- Haddad, L. (1997). *A ecologia do atendimento infantil: construindo um modelo de sistema unificado de cuidado e educação*. 327f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, USP, São Paulo.
- Iannelli, A. M., Assis, S. G., & Pinto, L. W. (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 39-48. Recuperado em 23/03/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014201.19872013>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). *Estatísticas da população por estado 2010*. Recuperado em 03 de julho de 2018, de: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pe&tema=resultgeramostra_censo2010_
- Instituto Brasileiro Pró-Cidadania (2010). Recuperado em 29 de agosto de 2018, de: <http://www.institutoprocidadania.org.br/2013/>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2004). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC*. Brasília. Recuperado em 12 de outubro de 2015, de: <http://www.ipea.gov.br/portal/>.
- Jager, M. E., & Dias, A. C. G. (2014). Paternidade adolescente e o envolvimento paterno na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano. *Pensando famílias*, 18(1), 45-54. Recuperado em 12/11/2018, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Lauz, G.V. M., & Borges, J. L. (2013). Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicol. cienc. prof.*, 33(4), 852-867. Recuperado em 27/12/2017, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400007>.
- Lockmann, K., Mota, M. R. A. (2013, jan./jun.). Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica. *Revista Linhas*, 14(26), 76-111.
- Lordello, E. R. (2002). Interação social e responsabilidades em ambientes domésticos e de creche: cultura e desenvolvimento. *Estudos de Psicologia*, 7, 343-350.
- Lordello, S. R., & Oliveira, M. C. S. L. (2012). Contribuições conceituais e metodológicas do modelo bioecológico para compreensão do abuso infantil sexual intrafamiliar. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, 43(2), pp. 260-269.
- Luthar, S. S. (1999). *Poverty and children's adjustment* (Developmental Clinical Psychology and Psychiatry, Vol. 41.). London: Sage.
- Magalhães, C. M. C., Costa, L. N., & Cavalcante, L. I. C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Journal of Human Growth and Development*, 21(3), 818-831. Recuperado em 24 de setembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000300008&lng=pt&tlng=pt.
- Marques, C. C., & Czermak, R. (2008). O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 360-366. Recuperado em 21/01/2017, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000300006>
- Martins. E., & Szymanski, H. (2004). Abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, (1), 63-77. Recuperado em 15/11/2017, de: <http://www.revispsi.uerj.br/v4n1/artigos/Artigo%205.pdf>
- Minayo, M. C. S. (2010) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (10ª Ed.). São Paulo: Hucitec.

- Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). (2010). *Capacitação para controle social nos municípios: assistência social e Programa Bolsa Família*. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Ministério Público (2015) *Um retrato: dados de 2014* (vol. 4). – Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
- Ministério Público (2018). *CAOP: Defesa da criança e do adolescente*. Recuperado em 29 de agosto de 2018, de: <http://www.mppe.mp.br/mppe/institucional/caops/caop-defesa-da-infancia-e-juventude/2015-09-11-20-25-00/instituicoes-de-acolhimento>.
- Misquiatti, A. R. N., Nakaguma, P. G., Brito, M. C., & Olivatti, A. G. (2015). Desempenho de vocabulário em crianças pré-escolares institucionalizadas. *Rev. CEFAC*. (17). 783-791. Recuperado em 29/12/2017, de: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v17n3/1982-0216-rcefac-17-03-00783.pdf>
- Moré, C. L. O. O., & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519-528. Recuperado em 09/02/2017, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000300012>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In S. H. Koller (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo. Recuperado em 17 de outubro de 2014, de: <http://books.google.com.br/books?id=Ntljjs0UtGUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>..
- Nascimento, M. L., Lacaz, A. S., & Travassos, M.. (2010). Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. *Aletheia*, (31), 16-25. Recuperado em 23 de setembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2010). *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: AMGH.
- Pereira Júnior, A. A. (2008). Legitimidade e governabilidade na regulação do sistema financeiro. *Revista Direito GV*, 4(2), 517-538. Recuperado em 14/04/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322008000200008>
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N., & Oliveira, R. V. C. (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 135-143.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008, julho- setembro). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25(3), 405-416.
- Polônia, A. C., Dessen, M. A., & Silva, N. L. P. (2005). O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen, & A. L. Costa Júnior (Orgs.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp.71-89) Porto Alegre: Artmed.
- Portes, J. R. M., Vieira, M. L., Crepaldi, M. A., More, C. L. O. O., & Motta, C. C. L. (2013). A criança com síndrome de Down: na perspectiva da Teoria Bioecológica do

- Desenvolvimento Humano, com destaque aos fatores de risco e de proteção. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 33(85), 446-464. Recuperado em 11/08/2018, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2013000200015&lng=pt&tlng=pt.
- Prada (2007). *Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil*. 2007. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Prada, C. G., Williams, L. C. A., Weber, L. N. D. (2007, dezembro). Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. *Psicol. teor.prat.*, 9(2), 14-25, Recuperado em 10 de maio de 2018, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872007000200002&lng=pt&nrm=iso.
- Prati, E. P., Couto, M. C. P. P., Moura, A., Polleto, M., & Koller, S. H. (2008). Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia, reflexão e crítica*, 21(1), 160-169.
- Rey, G. F. (2010). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. (1ª Ed.). São Paulo: Cengage Learning.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: método e técnicas*. (3ª Ed.). São Paulo: Atlas.
- Rizzini, I. (1997). *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás – BR; Ministério da Cultura; USU Ed. Universitária.
- Rizzini, I., & Pillotti, F. (2009). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Ronca, A. C. C., Alves, L. R. (2015). *O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: educar para a equidade*. São Paulo: Fundação Santillana.
- Rosier, M. B.; Stoltz, T. (2014). Ambiente e desenvolvimento: a influência dos sistemas em crianças de 05 e 06 anos. *Cuarto Congreso Nacional y Segundo Internacional de Investigación Educativa*. Recuperado em 20/05/2018, de: <http://www.ceap.br/material/MAT11032013153756.pdf>
- Rotondaro, D. P. (2002). Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. *Psicol. cienc. prof.* 22(3), 8-13. Recuperado em 13/05/2017, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000300003>.
- Savi, A. E. (2008). *Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Senkevics, A. S., & Carvalho, M. P. (2016). O que você quer ser quando crescer?.

- Escolarização e gênero entre crianças de camadas populares urbanas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 97(245), 179-194. Recuperado em 27/05/2017, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/380613879>
- Silva, A. P. T. (2013). Proteção social no Brasil: impactos sobre a pobreza, desigualdade e crescimento. Anais do *III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*. Recuperado em 15 de janeiro de 2019, de: http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simpósio/PROTE%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20NO%20BRASIL_%20IMPACTOS%20SOBRE%20A%20POBREZA,%20DESIGUALDADE%20E%20CRESCIMENTO.pdf
- Silva, I. F. (2017). *Instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Abrigo institucional para crianças de 0 a 6 anos de idade*. Monografia – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade Arquitetura e Urbanismo, Juiz de Fora.
- Silva, T. S. R. (2015). *A visita familiar no contexto do acolhimento institucional de crianças*. Dissertação (Programa de pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – Universidade Federal do Pará, Belém do Pará.
- Silva, T. S. R., Magalhães, C. M. C., & Cavalcante, L. I. C. (2014). Interações entre avós e netos em instituição de acolhimento infantil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(1), 49-60.
- Siqueira, A. C., & DellÁglio, D. D. (2011). Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Psicologia & Sociedade*; 23(2), 262-271.
- Siqueira, A. C., & DellÁglio, D. D. (2011). Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Psicologia & Sociedade*; 23(2), 262-271.
- Siqueira, A.C. (2012). Avanços na legislação de proteção à criança e ao adolescente: superando desafios e construindo novas perspectivas no atendimento ao jovem em situação de institucionalização. In D. M. Arpini, & A. C. Siqueira (Eds.), *Psicologia, famílias e leis: desafios à realidade brasileira* (pp.19-44). Santa Maria: Editora da UFSM.
- Sousa, K. K., & Paravidini, J. L. L. (2011). Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. *Psicologia: ciência e profissão*, 3(31), 536-553. Recuperado em 23 de outubro de 2014 de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000300008.
- Souza, F. H. O., & Brito, L. M. T. (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psicologia Clínica*, 27 (1), 41-57.
- Szelbracikowski, K., Corcete, J., & Nascimento, L. A. (2016). Reflexões sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de abrigamento sob a perspectiva dos direitos humanos. In: L. Orsolin. (Org.). *Temas sociais: Reflexões Contemporâneas*. (1ª Ed, vol. 1, pp. 143-150). São Luiz Gonzaga: EDIURI.
- Szymanski, H. (1995). Teoria e teorias de famílias. In. M. C. B. Carvalho (Org.), *A família contemporânea em debate* (pp. 23-77). São Paulo: Educ/Cortez.

- Tomas, D. N. & Vectore, C. (2012). Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. *Psico. Cien. Prof.*(32). 576-587. Recuperado em 23 de outubro de 2014 de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932012000300005&script=sci_abstract&lng=pt
- Trivinos, A. N. S. (1995). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. (1ª Ed). São Paulo: Atlas.
- Tudge, J. (2008). A Teoria de Bronfenbrenner: uma teoria contextualizada? In.: L. V. C. Moreira, A. M. A. Carvalho (Eds.) *Família e educação: Olhares da psicologia* (pp.209-231). São Paulo: Paulinas.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M., & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia*, Ribeirão Preto, 19(43), 221-229. Recuperado em 23/08/2018, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000200010>.
- Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), 441-449. Recuperado em 06/09/2018, de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200015>
- Waiselfsz, J. J. (2016). *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Flacso Brasil. Recuperado em 14/06/2018, de: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf
- Wolff, P. H., Fessecha, G. (1999). The orphans of eritrea: a five-year follow-up study. *Journal Child Psychology and Psychiatry*, 40, 1231-1237.
- Yunes, M. A. M., & Juliano, M. C. (2010). A bioecologia do desenvolvimento humano e suas interfaces com a educação ambiental. *Caderno de Educação*, (37), 347-379.

APÊNDICES

Apêndice A– Entrevista Semiestruturada

Data do preenchimento ____/____/____

I) DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO:

1. Iniciais ou nome fictício _____
2. Idade: _____
3. Sexo: () masculino () feminino () outros
4. Estado civil: () casado (a) () solteiro (a) () divorciado (a) () outros ()
5. Escolaridade/ profissão: _____
6. Tempo que trabalha na instituição: _____
7. Função: _____
8. Localização institucional: _____

Eixo temático 1: A experiência como educador na instituição foco:

- Como é vivenciada a sua experiência profissional na instituição?
- Como você percebe o ambiente institucional?
- Como você descreve suas atividades diárias aqui? Descreva da sua chegada à sua saída, ao final do expediente.
- Como se dá sua rotina diária de trabalho, em termos das atividades ao longo do dia?
- Como você percebe o seu trabalho em relação à rotina institucional?
- Descreva um dia de lazer das crianças. Há uma rotina para essa atividade?
- Fale sobre as dificuldades e facilidades no exercício do seu trabalho institucional
- Na instituição em que você trabalha existem regras para regulamentar as rotinas e práticas de cuidado? Se sim, quais são? E como foram criadas? Há a prática de rediscuti-las? Se

não, porque não existem?

- A instituição em que você trabalha realiza um trabalho de preparação dos profissionais orientando-os para essa rotina e práticas de cuidado?
- Para você, como essa preparação pode contribuir para o processo relacional educador/criança?
- Na instituição, o que você realiza como educador/técnico?
- Há alguma articulação com a rede de atendimentos psicossocial da cidade?

Eixo temático 2: Interação com o ambiente e com as crianças:

- Como você descreve o seu contato com as crianças?
- A partir da sua percepção, como você vê a interação das crianças umas com as outras? Ou entre si? E com as demais pessoas do ambiente institucional?
- O que você observa no dia da visita familiar?
- Descreva um dia de visita familiar: como as crianças interagem?
- Como você descreve a sua relação com o corpo profissional da instituição?
- Como os profissionais se relacionam com as crianças? E com os demais membros institucionais?
- A equipe de profissionais se reúne com frequência? Há espaço para comentários pessoais e exposição de sentimentos?
- Para você, como essas reuniões podem contribuir para o processo relacional educador/criança?
- As manifestações familiares sobre as crianças são acolhidas e debatidas?
- O que fez você escolher trabalhar nesta instituição?
- O que você pensa da realidade enfrentada pela criança em acolhimento institucional e sobre a história dessas crianças?

Apêndice B – Questionário de Caracterização da Instituição

Nome da instituição: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Data da fundação da entidade: _____

Natureza do programa da instituição:

Público municipal: _____

Público estadual: _____

Público federal: _____

A - Procedimentos de rotina

1. Qual a capacidade de atendimento da instituição? _____

2. Qual a média de atendimento por mês? _____

3. Qual a idade das crianças atendidas? _____

4. Qual o regime de permanência das crianças? _____

5. Quais atividades a instituição oferece como serviços? _____

6. Como é realizado o processo de visitas da família a instituição? _____

7. Como é realizado o processo de visita da instituição à família? _____

8. Quem visita as crianças? _____

9. A família/visitantes também são acolhidos com algum serviço ofertado? _____

B - Características físico-funcionais da instituição

1. A instituição funciona em um imóvel:

- a. Próprio _____
- b. Alugado _____
- c. Cedido _____
2. Existe identificação externa, apresentando o regime de atendimento? _____
3. Além do programa de instituição de acolhimento infantil, oferece outros serviços ou programas para crianças da comunidade? _____
4. As crianças utilizam serviços ou equipamentos presentes na vizinhança da instituição?

5. Indique a distribuição dos espaços que constituem as áreas interna e externa da instituição de acolhimento infantil: _____

6. Indique o estado de conservação de alguns espaços físicos da instituição de acolhimento infantil:

7. A estrutura física atende as demandas das crianças? _____
8. Qual o esquema de horário de trabalho? _____

9. Qual a quantidade de adultos em cada setor da instituição de acolhimento? _____

C - Atendimento às crianças

1. As refeições que são servidas às crianças são preparadas na instituição? _____

2. As roupas que são usadas pelas crianças são de uso pessoal exclusivo? _____

3. Existe local apropriado para a criança guardar seus objetos pessoais? _____

4. Há um regulamento interno? Ele vigora? _____

5. Que atividades são desenvolvidas com as crianças no próprio espaço institucional? _____

6. Que atividades são desenvolvidas fora do espaço institucional? _____

7. Quantas crianças abrigadas frequentam a escola e creche? _____

8. As crianças tem permissão de passar o final de semana, férias e feriados com os familiares ou responsáveis? _____

D - Dificuldades e necessidades da instituição.

1. Quais as necessidades que a instituição enfrenta no momento? _____

2. Na sua opinião, o que a sociedade deveria fazer para melhorar o atendimento na instituição de acolhimento infantil? _____

3. Na sua opinião, o que o Estado deveria fazer para melhorar o atendimento na instituição de acolhimento infantil? _____

PERFIL DO DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO INFANTIL/RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO E DEVOLUÇÃO DO QUESTIONÁRIO:

Qual a sua idade: _____

Qual a sua escolaridade: _____

Qual a sua formação profissional: _____

Há quanto tempo exerce a função na instituição: _____

ANEXO A
(Parecer consubstanciado do CEP)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE CUIDADO À LUZ DA SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO BIOECOLÓGICO INFANTIL

Pesquisador: Albenise de Oliveira Lima

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67646217.0.0000.5206

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNABUCO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.147.232

Apresentação do Projeto:

Projeto intitulado “Crianças em acolhimento institucional: Um estudo sobre as práticas de cuidado à luz da sua contribuição para o desenvolvimento bioecológico infantil”. Trata-se de projeto de tese apresentado à Banca de Qualificação do Programa de Doutorado em Psicologia Clínica da Unicap. Parte do conceito de desenvolvimento bioecológico, considerando este desenvolvimento humano como um processo contínuo e temporal, relacionado a diversos contextos que se comunicam entre si. Nesse sentido, existem críticas ao processo de institucionalização de crianças, caracterizadas como práticas de cuidado despersonalizadas, muitas vezes privadas da convivência familiar e comunitária. Portanto, é elaborada uma primeira problematização: Qual o panorama de instituições de acolhimento a crianças na Região Metropolitana do Recife e quais as respectivas práticas de cuidado? Muitas das crianças são afetadas por situações adversas, entre elas violência familiar, pobreza extrema, maus tratos, orfandade, abandono, negligências, entre outros, sendo, muitas delas, levadas à institucionalização. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Artigo 101, a autoridade competente pode determinar o acolhimento institucional como uma medida protetiva, considerando-se os espaços institucionais como moradia alternativa até ao retorno à família de origem ou ida para uma família substituta. Portanto, a inserção de crianças e de adolescentes em ambiente institucional é uma estratégia

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 7º Andar - Setor A

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.050-900

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2119-4376

Fax: (81)2119-4004

E-mail: cep_unicap@unicap.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 2.147.232

utilizada quando há riscos efetivos para a integridade física, psíquica, sexual e social do indivíduo. Segundo Wolff e Fesseha (1999), o acolhimento e o cuidado institucional são vistos como uma realidade presente no contexto socioeconômico de países do terceiro mundo. Dessa forma, elabora-se o pressuposto de que o acolhimento institucional fere a individualidade das crianças e dos adolescentes, afetando o respectivo desenvolvimento, quando esses são submetidos a regras gerais circunscrevendo um repertório comportamento pouco variado para o enfrentamento das circunstâncias do cotidiano. Existem, inclusive, repercussões na vida adulta, quando esses sujeitos tenderiam a ter poucas habilidades sociais, dependência afetiva, dificuldades para resolução de problemas, incapacidade de expressar sentimentos, entre outros aspectos. Em termos metodológicos, trata-se de um estudo qualitativo descritivo-exploratório. Em se tratando do ambiente de realização do estudo, será um conjunto de unidades de acolhimento institucional da Região Metropolitana do Recife para crianças de 3 a 6 anos, podendo ser municipal, estadual, privada ou ONG's. Os participantes serão escolhidos propositalmente por serem os educadores e/ou cuidadores destas instituições, com trabalho há mais de dois anos. Entre os instrumentos, entrevista semiestruturada e questionário de caracterização da instituição. O procedimento de coleta de dados a partir de uma autorização da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Recife (Funase). Após esta autorização, serão enviadas cartas convite às instituições para verificar interesse de participação. O tratamento dos resultados será a partir da Análise Temática de Conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Geral:

- Analisar as práticas de cuidado dos distintos contextos de acolhimento, buscando sua contribuição para o desenvolvimento bioecológico da criança.

Específicos:

- Discutir os principais conceitos da teoria bioecológica do desenvolvimento humano;
- Caracterizar a rotina de atendimento em instituições de acolhimento voltadas para a crianças de 3 a 6 anos;
- Analisar, através da percepção dos educadores e cuidadores, a qualidade das práticas de cuidado oferecidas pela instituição;
- Problematicar, a partir do conceito de desenvolvimento bioecológico, as práticas de cuidado oferecidas às crianças em instituição de acolhimento.

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 7º Andar - Setor A
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.050-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2119-4376 **Fax:** (81)2119-4004 **E-mail:** cep_unicap@unicap.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 2.147.232

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Afirma-se inexistirem riscos físicos aos participantes da pesquisa, entretanto aponta-se para a possibilidade de mobilização emocional, havendo da parte da pesquisadora uma atitude de esclarecimento sobre os benefícios da pesquisa em termos de uma intervenção mais eficaz desses profissionais. Sendo necessário, poderá haver encaminhamento para a Clínica de Psicologia da Unicap. Em termos dos benefícios, ampliar o conhecimento das práticas de acolhimento e aprimorar a qualidade desse acolhimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante em termos teóricos ao ampliar o conceito de desenvolvimento a uma dimensão bioecológica. Contribui para uma análise crítica sobre as práticas de acolhimento de crianças e adolescentes, podendo engendrar recomendações, o que implica em importante retorno acadêmico e social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória estão ADEQUADOS: Carta de Anuência da Orientadora e da Doutoranda, Carta de Aceite assinada pela Gerente Geral de Gestão do Sistema Único de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado de Pernambuco, Folha de Rosto assinada pela Pro-reitora Acadêmica da Unicap e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Recomendações:

Nenhuma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acompanha o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_906401.pdf	27/04/2017 09:27:58		Aceito
Outros	CurriculoJanaina.pdf	27/04/2017 09:27:11	Albenise de Oliveira Lima	Aceito
Outros	LattesAlbenise.pdf	24/04/2017 11:20:44	Albenise de Oliveira Lima	Aceito

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 7º Andar - Setor A

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.050-900

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2119-4376

Fax: (81)2119-4004

E-mail: cep_unicap@unicap.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 2.147.232

Outros	DocumentoBancaJanaina.pdf	24/04/2017 11:18:54	Albenise de Oliveira Lima	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	24/04/2017 09:50:05	Albenise de Oliveira Lima	Aceito
Outros	CartadeanuenciaJanaina.pdf	24/04/2017 09:48:13	Albenise de Oliveira Lima	Aceito
Orçamento	ORCAMENTODETALHADO.docx	24/04/2017 09:46:16	Albenise de Oliveira Lima	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CartadeanuenciaAlbenise.pdf	24/04/2017 09:44:10	Albenise de Oliveira Lima	Aceito
Outros	CartadeAceite.pdf	24/04/2017 09:43:38	Albenise de Oliveira Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTELIVREEE SCLARECIDO.docx	24/04/2017 09:42:38	Albenise de Oliveira Lima	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	24/04/2017 09:40:11	Albenise de Oliveira Lima	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto1.pdf	24/04/2017 09:39:20	Albenise de Oliveira Lima	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 29 de Junho de 2017

Assinado por:

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
(Coordenador)

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 7º Andar - Setor A
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.050-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2119-4376 **Fax:** (81)2119-4004 **E-mail:** cep_unicap@unicap.br